

BH/UFC

IGREJA, SINDICATO E A
ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES

RONALD DE FIGUEIREDO E ALBUQUERQUE

DISSERTAÇÃO SUBMETIDA À COORDENAÇÃO DO
CURSO DE Mestrado em Sociologia do Desenvolvimento,
COMO REQUISITO PARCIAL
PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

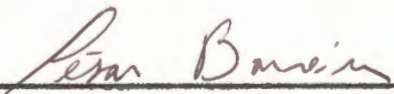
FORTALEZA - 1991

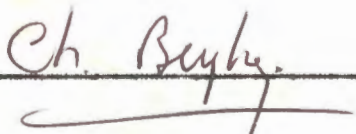
Esta Dissertação foi submetida como parte dos requisitos necessários à obtenção do Grau de Mestre em Sociologia do Desenvolvimento, outorgada pela Universidade Federal do Ceará, e encontra-se a disposição dos interessados na Biblioteca da referida Universidade.

A citação de qualquer trecho desta Tese é permitida, desde que seja feita de conformidade com as normas da ética científica.


Ronald de Figueiredo e Albuquerque

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 24/09/91







AGRADECIMENTOS

A Tese que ora apresento, é fruto de uma relação que envolveu várias pessoas que foram personagens de todo processo de organização dos trabalhadores da região caririense e que me estimularam no sentido de realizá-la, como uma forma de sistematizar uma experiência histórica para que, a partir daí, fosse possível avaliar o percurso realizado. Dentre elas agradeço com especialidade, a Maria Ferreira de Alencar, Alda Leandro e Osmar Flor, por terem contribuído para que a escolha do tema recaísse sobre a Diocese do Crato e a Organização dos Trabalhadores Rurais do Município. Delas, colhi a maior parcela de informações iniciais, relatórios de encontros, como a indicação das pessoas a serem buscadas para entrevistar. Com elas mantive longas discussões que permitiram a determinação do objeto e os questionamentos básicos que determinariam o encaminhamento da pesquisa e o sentido que ela tomaria, posto às claras os percalços e as vitórias do processo de organização dos trabalhadores rurais.

Agradeço também aos dirigentes sindicais Laurindo dos Santos, Teúnas, Francisco Paixão, Francisco de Assis dos Santos e Antonio Barros, pelas informações dadas sobre os acontecimentos que passaram quando diretores do sindicato do Crato, informações importantes para o clareamento da relação entre o sindicato e a Diocese local. Agradeço ainda a Teresa Siebra que, tendo acompanhado a criação dos sindicatos no Cariri e os primeiros passos dessa entidade, forneceu importantes dados à compreensão do tema aqui desenvolvido.

Gostaria ainda de ressaltar a ajuda muito significativa dos líderes comunitários Socorro Silva e seu marido Assis Batista, que souberam compreender a importância de uma caminhada independente e a necessidade da discussão sobre o processo organizativo em que estiveram envolvidos. Também a

Expedito Guedes, que fez todo um percurso de trabalhador rural à membro da ELIRUR, chegando finalmente a dirigente sindical e vereador pelo Partido dos Trabalhadores.

Agradeço a Universidade Estadual do Ceará - UECE, por me ter dado a oportunidade de ir à Fortaleza para cursar o mestrado que ora concluo e aos meus colegas da Faculdade de Economia da Universidade Regional do Cariri pelo estímulo que me deram especialmente a Marcos Eliano.

À César Barreira que orientou a elaboração dessa Tese pela amizade, disponibilidade e compreensão dedicada ao trabalho de orientação, fazendo-o de forma segura, apontando caminhos e soluções para os empasses que apareceram no decorrer dessa Tese.

À Maria Matias, coordenadora do Departamento de Letras da URCA, que com muita paciência corrigiu os muitos erros dos rascunhos, sugerindo mudanças de redação de forma que a apresentação do objeto fosse clara e compreensível.

À minha família, esposa e filhos, agradeço a paciência e a resignação em adaptar-se às mudanças de Crato para Fortaleza, sempre me estimulando e compreendendo as muitas ausências que um trabalho dessa natureza implica, quebrando a normalidade do nosso relacionamento. A eles, dedico este trabalho.

À Jovelina Bastos datilógrafa e amiga, a paciência com que soube "bater" e "rebater" os capítulos desta tese. Aos funcionários e professores do mestrado especialmente a Zefinha.

Acredito que levei a bom termo o trabalho que ora introduzo, pelo menos me trouxe satisfação, na medida em que ajudou-me a compreender o processo de formação da classe trabalhadora. Não sei se os que puderem vê-lo sentirão o mesmo entusiasmo que tive em realizá-lo ou se terão a compreensão dos acontecimentos que propiciaram aos trabalhadores rurais dessa região, perceber-se como sujeitos, senão tanto, pelo menos detentores de direitos.

SIGLAS E ABREVIATURAS

CENDEP	- Centro de Documentação, Estudos e Pesquisas da FPI
CONTAG	- Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
DNOCS	- Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
ELIRUR	- Escola de Líderes Rurais da FPI
FALTAC	- Federação das Associações de Lavradores Agrícolas do Ceará
FETRAECE	- Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Ceará
FPI	- Fundação Padre Ibiapina
IDPR	- Instituto Diocesano de Promoção Rural da FPI
INDA	- Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário
LCT	- Legião Cearense do Trabalho
LEC	- Liga Eleitoral Católica
MEB	- Movimento de Educação de Base
MODAC	- Movimento Diocesano de Ativação Comunitária da FPI
ODER	- Organização Diocesana de Escolas Radiofônicas
PCB	- Partido Comunista do Brasil
PTB	- Partido Trabalhista Brasileiro

LISTA DE TABELAS

Tabela

1	Cursos Ministrados entre 1962-1967	113
2	Estrutura Sindical - 62/72	121
3	População e comunidades atingidas pela ELIRUR	123

RESUMO

Neste estudo, é analisada a organização dos trabalhadores rurais no município do Crato, tendo em vista o papel exercido pela Diocese do Crato na criação dos sindicatos em toda região. São esses sindicatos que permitiram num primeiro momento, a discussão dos problemas que envolvem os trabalhadores do campo, criando um espaço antes inexistente onde o encontro era possível permitindo a visualização da realidade vivida por cada um.

A diocese quando enveredou pelo caminho da organização sindical não pretende radicalizar a oposição entre trabalhadores e proprietários de terra, entre trabalhadores e o Estado como instrumento de dominação. Seu projeto estava antes voltado para a melhoria das condições de vida do trabalhador mas dentro da ordem burguesa instituída, era sua pretensão, como aqui é mostrada, retomar o trabalho desenvolvido por Pe. Ibiapina no sentido de criar comunidades rurais onde o homem do campo tivesse atendido alguns reclamos permitindo a "paz" e a ordem através da mediação realizada pelo Estado no atendimento das demandas mais urgentes dos trabalhadores.

Num primeiro momento, associa-se a diocese local às preocupações de toda a Igreja Católica brasileira em criar impedimentos à organização dos trabalhadores de esquerda, principalmente pelo Partido Comunista, e cria sindicatos para depois centrar sua preocupação com as comunidades até um momento em que a ruptura entre as bases e a diocese se processa por não poder estar dentro do seu projeto, levar a luta dos trabalhadores a radicalização pretendida por eles e suas necessidades.

Desta maneira, é analisado os motivos que levaram a Igreja Católica a buscar de início, a organização dos trabalhadores depois a inserção da diocese do Crato neste processo, mostrando suas peculiaridades por estar voltada mais para a

realidade local, sua relação com os trabalhadores da região e as mudanças que esse processo sofre em decorrência de uma conjuntura nacional que se modifica, implicando em comportamentos diferenciados por parte da Igreja, (diocese local), dos trabalhadores e da equipe da ELIRUR (Escola de Líderes Rurais).

Por outro lado, verifica-se também a organização sindical, as transformações sofridas em consequência das mudanças políticas no contexto posterior ao golpe de 64 e as consequências no Cariri, com especialidade no município do Crato. Os sindicatos da região não sofrem com o golpe mas seu relacionamento com os trabalhadores, a equipe da ELIRUR e com a própria diocese transforma-se, principalmente após 72, distanciando-se da diocese e procurando atuar a partir de parâmetros impostos pela ditadura.

Volta-se a ação da diocese e da Escola de Líderes Rurais da Fundação Pe. Ibiapina mais para a comunidade rural, principalmente a ELIRUR que passa a realizar seu trabalho dentro de uma perspectiva de mudança nas relações de produção existente. Essa ação da ELIRUR é posteriormente confrontada com os objetivos da diocese que afasta seus membros mais expressivos e com isso afastando-se das lideranças comunitárias que optam em permanecer juntos aos membros dissidentes da diocese criando uma entidade que dê continuidade ao acompanhamento das comunidades agrícolas dentro de uma perspectiva mais radical, mais independente e inteiramente voltada para as suas necessidades.

Na realização desse trabalho, foi procurado o contato com as pessoas mais expressivas do movimento sindical e de organização dos trabalhadores da região com o intuito de perceber com a maior clareza possível os motivos da organização dos trabalhadores do município do Crato e os objetivos que se encontravam por traz desse processo de organização. As mudanças ocorridas e suas consequências são também um dos objetivos buscado na medida em que implicaram em comportamentos diferenciados nos segmentos envolvidos.

Da mesma maneira, procura-se as razões que impediram

o processo de organização dos trabalhadores rurais do Crato atingisse um grau de maturidade capaz de provocar a realização de um projeto que atendesse às carências dos trabalhadores associando-se às lutas nacionais desenvolvidas pelos trabalhadores urbanos e rurais no sentido de uma maior participação na vida política do país. Isto porque, as mudanças que ocorreram no movimento sindical a partir de 1977 procuraram muito mais a ampliação dos direitos políticos mobilizando greves e manifestações nacionais, que não obtiveram ressonância na região como se poderia esperar de um processo de organização iniciado há quase vinte anos.

S U M Á R I O

1. INTRODUÇÃO	1
1. A IGREJA NO CONTEXTO DA SOCIEDADE CIVIL	24
1.1. <u>Do Cristianismo Primitivo ao Catolicismo</u>	24
1.2. <u>A Ação Católica e a Inserção da Igreja Católica na Ordem Burquesa</u>	33
1.3. <u>A Ação Católica no Brasil</u>	36
1.4. <u>Dom Eugênio Sales e a Inserção da Igreja no Meio Rural Nordestino</u>	44
2. A DIOCESE DO CRATO E SUA PRESENÇA NA REGIÃO DO CARIRI	50
2.1. <u>A Criação da Diocese do Crato</u>	50
2.2. <u>A Reestruturação da Casa de Caridade do Crato</u> ...	56
2.3. <u>Objetivos da Fundação Padre Ibiapina e sua Prática Política Educacional</u>	63
3. A ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES RURAIS NO CEARÁ	77
3.1. <u>As Origens do Movimento Sindical no Brasil</u>	77
3.2. <u>O PCB e o Movimento Sindical</u>	84
3.3. <u>O Partido Comunista vai ao Campo</u>	94
3.4. <u>Movimento Sindical no Ceará antes de 64</u>	97
4. O SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DO CRATO	109
4.1. <u>Condições Reais da Organização dos Trabalhadores Rurais do Cariri</u>	109
4.2. <u>Os Primeiros Anos dos Sindicatos do Crato</u>	112
4.3. <u>Segundo período, momento de estabilização dos sindicatos: 68/72</u>	118
4.4. <u>O Sindicato do Crato afasta-se da Diocese</u>	131
4.5. <u>O Sindicato e as Lutas dos Trabalhadores</u>	140
4.6. <u>A Escola de Líderes Rurais</u>	148
4.7. <u>A Associação Cristã de Base</u>	156

BN/CFB

5. CONCLUSÕES	161
6. BIBLIOGRAFIA CONSULTADA	180
ENTREVISTADOS	184
ANEXOS	185



1. INTRODUÇÃO

O tema Igreja, Sindicato e Organização dos Trabalhadores Rurais, especialmente no caso Brasileiro, não poderia deixar de chamar a atenção de todos que trabalham com organização dos trabalhadores, principalmente com os rurícolas, na medida em que é, através da Igreja, que vemos aumentar substancialmente o número de sindicatos sob sua orientação.

Este fato chama a atenção para os motivos que levaram a Igreja Católica para dentro do movimento de organização da sociedade civil até porque, se mantivera durante longo período com uma inserção prioritariamente nos segmentos dominantes da sociedade, educando a elite para o domínio e controle das classes trabalhadoras. Não é meu desejo, afirmar que ela não interferisse no contexto da sociedade como um todo, mas que sua ação junto aos segmentos mais baixos, era apenas no sentido de conformar, de submetê-los à ordem instituída. Através do sobrenatural, trabalhava ideologicamente tendo por base, os interesses das classes dominantes.

Assim, a necessidade de aproximação do objeto a ser pesquisado, implica em um conhecimento anterior sem o qual a construção do objeto se torna impossível como também, de uma teoria que permite instrumental capaz de apreender a realidade em sua riqueza, em suas contradições, na medida em que cada objeto específico se situa, ou é situado, dentro de uma estrutura social ampla que o determina.

Desta maneira, busquei alguns autores por colocarem a organização dos trabalhadores de forma privilegiada e como necessária à superação da realidade na forma que aparece no modo de produção capitalista. Não se quer afirmar com isso, que os sindicatos seriam suficientes para mudar a ordem existente.

Aliás, seria essa a visão dos autores consultados. Para eles, os sindicatos teriam o objetivo de organizar os

trabalhadores com a finalidade de atenuar a exploração do capital sobre o trabalho. Neste sentido, diz Marx:

"(...) O aprimoramento contínuo e o rápido desenvolvimento das máquinas tornam a condição de vida do trabalhador cada vez mais precária; os conflitos individuais entre o trabalhador e o burguês assumem cada vez mais o caráter de conflitos entre suas classes. A partir daí os trabalhadores começam a formar uniões (sindicatos) contra os burgueses; atuam em conjunto na defesa dos salários; fundam associações permanentes que os preparam para esses choques eventuais. Aqui e ali a luta se transforma em motim."

(1) O que não é diferente do que diz Michells para quem a organização dos trabalhadores é essencial:

"Uma classe que ergue diante da sociedade a bandeira de reivindicações concretas e aspira realizar um conjunto de ideologias ou de ideais derivados das funções econômicas que ela exerce, tem necessidade de uma organização. Quer se trate de reivindicações econômicas ou políticas, a organização surge como o único meio de criar a vontade coletiva. E na medida em que repousa no princípio do menor esforço, ou seja, da maior economia de forças, a organização é, nas mãos dos fracos, uma arma de luta contra os fortes." (2)

Na mesma linha falam Martins (1984), Cruz (1985) e Ochoa (1985), para eles o sindicato é uma forma de organização da classe trabalhadora que teria como finalidade diminuir o processo de exploração econômica pelo qual passa a mesma. Martins (1984) quando se refere aos trabalhadores o faz em relação ao campesinato, onde inclui desde os trabalhadores rurais propriamente dito, os assalariados, até os pequenos proprietários e posseiros que também são explorados por aqueles que detêm o grande capital. Neste sentido, fala na construção de uma categoria conceitual

(1) MARX e ENGELS. Manifesto Comunista. Zahar Editores. 2ª edição. 1978. p. 101.

(2) MICHALLS. Robert. Os Partidos Políticos. Editora Senzala. 1969.

que não comporta apenas o trabalhador assalariado mas inclui os demais segmentos camponeses, que seria o conceito da pobreza com a qual trabalha as comunidades eclesiais de base. Este conceito teria o poder de reunir todos aqueles segmentos que não sendo assalariados se vêm explorados. Vejamos o que diz:

"Ao invés de cada uma se ver no isolamento da vítima irremediável das condições sociais e históricas iníquas, ele se descobre como vítima coletiva da opressão e injustiça. Penso que é muito importante considerar que a categoria explicativa que organiza o pensamento dos membros dessas comunidades é a categoria de pobre. Mas, certamente, errará quem julgar que para os cristãos das CEBs pobre é quem tem pouco dinheiro. Se assim fosse, essas comunidades não teriam tido nenhum papel relevante nestes anos todos. A categoria pobre é ampla e abrange todo tipo de pobreza - desde a miséria da fome até a falta de justiça e direitos, a desigualdade, a opressão a falta de liberdade, o comprometimento da fé pela degradação do homem. É diferente da situação de classe social, que se define por uma categoria econômica, como o salário ou a propriedade, que por isso fica centrada na produção. A categoria pobre ao contrário, tem uma definição ética e histórica que implica em considerar os resultados da produção, não sob a acumulação do capital, mas também a acumulação da pobreza, que dela resulta. A realidade social passa a ser considerada não a partir da igualdade jurídica que sustenta as ficções básicas sobre os direitos, mas a partir das desigualdades econômicas e social que desmascara e denuncia a falta de direitos. É por isso também que é outra a concepção e a prática das relações sociais. Não a concepção societária, abstrata e ideológica das relações de conteúdo contratual, que pressupõe a equivalência, a igualdade, a negociação do eu e do outro. Mas a concepção comunitária, concreta e utópica, democrática, do nós. É comum na linguagem desses movimentos, grupos e entidades a palavra união e na sua prática a busca das condições para unir os pobres - os

famintos, os injustiçados, os marginalizados." (3)

Para ele, a abrangência da organização não se fixa apenas nos trabalhadores assalariados, até mesmo pela própria maneira como o capitalismo no Brasil evoluiu criando formas de exploração que não apenas as assalariadas. Isto ocorreria principalmente no campo mas não exclui a cidade. No campo, porque os próprios sindicatos dos trabalhadores rurais têm sua base formada por estas categorias, pelos posseiros, pelos pequenos proprietários, meieiros, etc. Categorias diferentes e que se postam diante do capital de modo diverso, ao contrário do que ocorreria antes de 1964, quando se deu o golpe militar que instaurou a ditadura militar no Brasil.

Até esse momento, como fala Ochoa (1985) o movimento organizativo dos trabalhadores do campo, se dava em função de uma base homogênea, podendo mesmo, no Brasil, se ter mais que um sindicato na mesma área. Depois, o que ocorre é a existência de um único sindicato a representar lutas heterogêneas como a dos posseiros, dos assalariados e dos pequenos proprietários, todos com reivindicações específicas em função de sua própria inserção no modo de produção capitalista. Na visão de Martins (1984), a unificação dessas lutas fica por conta das CEBs ao construir a categoria conceitual de pobreza, abrindo espaço, que não conseguiam ter nos sindicatos. A falta de abertura dos mesmos, se devia também ao acúmulo de atividades que os sindicatos começam a ter com o assistencialismo via FUNRURAL, o burocratismo e a intensa fiscalização dos sindicatos que impedia, em nome da "cooperação entre as classes sociais" uma atuação mais independente.

É a burocratização, o assistencialismo e a cooperação dos sindicatos com os governos que os fazem de instrumento de luta em entidades amorfas, sem combatividade. Segundo Michelle (1969), as organizações trabalhistas, quer sindicatos, quer partidos políticos de classe têm uma tendência natural ao afastamento das suas bases em função da complexidade das suas atividades, que implica em um conhecimento especializado incapaz de ser apreendido pela massa

dos trabalhadores, seus associados, exigindo de seus diretores uma dedicação cada vez maior que os afaste daqueles que são por eles representados:

"À medida que a atividade política se complica e as leis sociais se multiplicam, é necessário possuir, para se orientar na política, experiência cada vez maior e conhecimento cada vez mais vasto. Assim também aumenta mais e mais a distância entre os chefes e o grosso do partido, chegando o momento em que os primeiros perdem todo o sentimento de solidariedade para a classe de onde saíram... Ao criarem seus chefes, os operários criam, com suas próprias mãos, novos senhores cujo principal instrumento de dominação consiste em sua maior instrução." (4)

Vendo assim, parece ser uma lei natural, "a lei de ferro da oligarquia", o afastamento dos representados daqueles que os representam o que, entre nós, é acrescentado à interferência dos governos que, como já foi dito acima, tira dos sindicatos sua combatividade através do aumento de suas funções. Ao lado disso, a ameaça constante que pesa sobre os trabalhadores a partir da legislação que determina a ação cooperativa dos sindicatos.

São vários, aliás, os motivos que levam os dirigentes sindicais a se afastarem das suas bases e, no entender de Michells, seriam eles responsáveis pela formação de oligarquia; que passariam a controlar os sindicatos, manipulando-os em função de seus próprios interesses. No Brasil, este fato se repete e se acentua como já falei, na medida em que, em função de seus projetos, partidos políticos e o Estado, além da Igreja, passam a buscar respaldo entre os trabalhadores.

As ingerências desses organismos acabaram por criar uma situação que diferencia os sindicatos nacionais dos demais, principalmente os europeus, na medida em que os sindicatos aqui fundados passaram a existir não em função da própria luta dos trabalhadores mas, em função dos interesses de controle sobre os trabalhadores por parte

(4) MICHELLS, Robert. Obra citada. Editora Senzala. 1969.

destes organismos, tendo em vista seus próprios projetos. Neste caso, já nasciam distanciados das bases, geridos por pessoas que antes de terem um compromisso com os associados, os tinham com seu próprio partido ou com a Igreja.

Martins (1981), ao falar do campesinato brasileiro faz a esse respeito uma análise que deixa clara a vinculação da organização dos trabalhadores do campo aos interesses dos partidos e da Igreja Católica:

"A história política do campesinato brasileiro não pode ser reconstituída separadamente da história das lutas pela tutela política do campesinato. Alguns autores estrangeiros que se dedicaram à pesquisa da situação dos camponeses no Brasil, nessa fase, provavelmente porque baseados numa perspectiva arraigadamente democrático-burguesa, viram com fortes restrições a ação das Ligas Camponesas porque viam nelas apenas um novo tipo de relação de patronagem, uma nova forma de clientela. A rigor, poderiam ter estendido a crítica aos outros grupos políticos que participavam do processo, porque aparentemente a relação era a mesma." (5)

Se continuarmos sua leitura, no entanto, verificamos que apesar da clara manipulação dos trabalhadores pelos partidos políticos de esquerda e pela Igreja, esta teria de alguma forma, favorecido sua organização e teriam seus projetos mais próximos da base, do que o levado à efeito pelo Estado, principalmente a do Estado posterior a 64. Vejamos o que diz o mesmo autor:

"Pode-se contra-argumentar, assinalando que a canalização política da revolta camponesa através das ligas, ou dos outros grupos, através da tutela e do paternalismo de um Francisco Julião, não se confunde obviamente com a dominação de um coronel sertanejo. A mediação política a que nos referimos dava um novo sentido à reivindicação camponesa, situava o camponês numa perspectiva mais ampla, re

(5) MARTINS, José de Souza. Os Camponeses e a Política no Brasil. Vozes, Petrópolis, 1981, p. 81.

cuperava e trazia à luz as dimensões mais profundas da exploração e da violência que ele sofria sob a tutela do coronel. A diferença de situação foi tão radical que, com o golpe de Estado, velhos e emperdinados coronéis sobreviventes de tempo muito recuados na história da opressão sobre o campesinato foram revitalizados para construir uma precária legitimidade para a ditadura militar, enquanto que muitos dos que nas Ligas, no partido Comunista e no Governo deposto disputaram a definição do teor da palavra e da luta dos camponeses, amargaram o exílio a tortura e as Câmaras da morte. O desfecho dos acontecimentos estabeleceu o critério das diferenças." (6) Mesmo assim dirá ele adiante:

"A revolução camponesa não chegou a definir-se como um projeto naqueles primeiros tensos anos da década de 60. A rigor, não chegou a surgir nenhuma organização de amplitude nacional que o formulasse com contornos precisos. O máximo a que se chegou foi a proposta da reforma agrária radical, que, se concretizada, implicaria numa profunda transformação no regime de propriedade da terra. A revolução camponesa surgiu muito mais definida no temor de seus opositores de direita e de esquerda daquela época. Como tal, como temor, como hipótese a ser combatida, chegou a aparecer com razoável clareza nas posições e nas ações da Igreja, do PCB e do governo Goulart." (7)

Muito mais que dos partidos de esquerda, a Igreja irá mostrar uma posição conservadora, contrária às mudanças que possam de alguma forma modificar o perfil da situação do campo. Para isso, aliás, é que a Igreja se volta para os trabalhadores. Para ela, as classes sociais não traziam oposição nenhuma entre si que devesse ser superada, pelo contrário, as classes eram partes de um todo e o desenvolvimento somente poderia ser alcançado se cada uma se colocasse na sua posição natural. Parente (1985) se pronun

(6) MARTINS, José de Sousa. Obra citada. p. 82

(7) Idem. p. 93.

ciando a este respeito dirá:

"Rerum Novarum manifesta uma orientação reformista. Assim é que definindo-se pela necessidade de se proceder a reformas que minorassem a difícil situação dos trabalhadores, o papa opta oficialmente pelo capitalismo (...) embora inicialmente reconhece que é difícil, efetivamente, precisar com exatidão os direitos e deveres que devem ao mesmo tempo reger a riqueza e o proletariado, o capital e o trabalho." (8)

A encíclica RERUM NOVARUM confirma as afirmações do autor:

"O erro capital na questão é crer que as duas classes são inimigas natas uma da outra, como se a natureza tivesse armado os ricos e os pobres para se combaterem mutuamente num duelo obstinado. Isso é uma aberração tal, que é necessário colocar a verdade numa doutrina contraditoriamente oposta, porque assim como no corpo humano os membros, apesar de sua diversidade, se adaptam maravilhosamente uns aos outros de modo que formam um todo exatamente proporcionando e que se poderá chamar simétrico, assim como também na sociedade as duas classes estão destinadas pela natureza a unirem-se harmoniosamente e a conservarem-se mutuamente em perfeito equilíbrio." (9)

Não era segredo que a Igreja estivesse ligada às classes dominantes e esta ligação é acentuada por Cruz (1985) ao estudar o sindicalismo rural no Rio Grande do Norte. Para ela, o medo da expansão comunista teria motivado, por parte da Igreja, a fundação de sindicatos rurais:

"Mas a organização sindical no campo tanto no Nordeste como no Rio Grande do Norte, não obstante fazer parte de um movimento mais amplo, naquele momento, foi fruto também de uma proposta de mobilização e organização orientada pela Igreja Católica. Organização que era discutida

(8) PARENTE, Josênio C. R. Anauê. Os Camisas Verdes no Poder. Editora da Universidade Federal do Ceará. Fortaleza-Ceará. 1986.

(9) Idem. p. 72.

nas cartas pastorais desde os anos 50, inclusive com a preocupação de os "agitadores estão chegando ao campo" e precisavam ser impedidos." (10)

Além de Cruz (1985), verifica-se esta preocupação da Igreja em Martins (1981), Navarro (1983), Ochoa (1985) e em Follman (1986). Todos eles revelam de forma clara que a Igreja Católica tinha como preocupação a expansão das esquerdas organizadas, só que, na disputa com os partidos políticos marxistas, ela passa a assumir posturas diferenciadas. A própria forma como se dar a exploração no campo é um dado que irá modificar a visão da Igreja em relação a sua prática:

"Junto a esta colocação pode-se aventar a hipótese (paradoxal) de que um dos limites como também uma das riquezas do pensamento ético-político cristão no Brasil tem muito a ver com o seu confronto com o marxismo. Num clima de evidente polêmica com o pensamento marxista, deu-se um amadurecimento lento, numa direção desclitizante e sempre mais solidária com as classes dominantes, apesar da presença das características elitistas e culturalistas..." (11)

Acentua ele, uma divisão interna na Igreja Católica no Brasil, enquanto setores modificam sua visão aproximando-se das classes menos privilegiadas, outros permanecem afirmando que o compromisso da Igreja não é com essa vida mas com a outra. Assim afirma ele que, na Igreja pode perceber claramente dois setores bem delineados que são, um conservador e o outro, progressista:

"A prática das Comunidades Eclesiais de Base é motivo de polêmica ideológica porque em muitas situações concretas, como mostram os relatos, ela está identificada e encarada nas lutas das classes dominadas contra a explora-

(10) CRUZ, Dalcy da Silva. Sindicalismo Rural, Igreja e Partidos no Rio Grande do Norte, em 1960. In: Movimentos Sociais: Para Além da Diicotomia Rural - Urbano. Promoção: Centro de Estudos e Pesquisas Josué de Castro - Recife-PE. 1985. p. 72.

(11) FOLLMANN, José Ivo. Igreja, Ideologia e Classes Sociais. Editora Vozes. Petrópolis. 1986. p. 73.

ção e a opressão das classes dominantes. Neste ponto também, elucidamos um divisor de águas: quando as pequenas lutas são vistas como importantes enquanto consideradas caminho de conscientização e de libertação, temos ideologia transformadora; quando aparecem reservas frente à participação nas pequenas lutas, indigitando o perigo de manipulação ideológica (de esquerda), temos ideologia conservadora." (12)

Esta seria uma das diversas formas de perceber as diferenças entre os setores da Igreja Católica no Brasil que se alinham com as classes dominantes ou com as dominadas. Para o autor, essa diferenciação se tornou mais clara a partir da existência das Comunidades Eclesiais de Base que formam, hoje, com as diversas organizações dos trabalhadores, uma via de acesso, às mudanças que possibilitem uma modificação nas estruturas sociais de forma a atender às necessidades dos trabalhadores.

Para Martins (1984), as Comunidades Eclesiais de Base seriam como já acentuei no início, associações de pessoas que uniriam as diversas lutas levadas à efeito por diversos segmentos sociais contra a exploração do capital, se constituindo, como ele próprio o diz, em verdadeiros sujeitos das mudanças. É neste sentido, que muitos acusam a Igreja de fomentar a criação de verdadeiros sindicatos paralelos, o que enfraqueceria o movimento organizativo dos trabalhadores, principalmente os do campo.

O autor, no entanto, não vê assim, com o que concorda Follmann (1986) já que a Igreja, apesar de ser predominantemente conservadora até meados da década de 60, acaba por servir de espaço onde os diversos segmentos sociais, durante o longo período de ditadura militar, se organizam e canalizam suas lutas no sentido de mudanças reais nas estruturas vigentes:

"Não é acidental que, apesar de todas as cautelas e da clara valorização do sindicato e do partido político, como mediações institucionais necessárias das lutas popula

(12) Ibidem, Ob. citada, 1986, p. 174.

res, com frequência surjam acusações de sindicalismo paralelo que teria por finalidade apenas quebrar a unidade sindical dos trabalhadores. As tensões representadas pelas comunidades são visíveis, mas tudo indica que elas estão representando um papel criador e renovador, expressando-se por meio das oposições sindicais, que são na verdade oposições à estrutura sindical subordinada ao Ministério do Trabalho." (13)

No Ceará, inicialmente a história da organização sindical está ligada ao PCB. O aparecimento das propostas se dava através da ULTAB que cria a FALTAC, federação responsável pela fundação de entidades sindicais e associativas no interior do estado.

"Embora devamos esperar pela década de 60 para ver o surgimento dos primeiros sindicatos de trabalhadores rurais no Estado, desde os anos 40 desenvolvia-se no interior um paciente esforço organizativo das massas camponesas. Esse trabalho vinculava-se diretamente às diretrizes políticas emanadas do PCB." (14)

Neste sentido, dá-se uma intensa mobilização dos trabalhadores cearenses pelo PCB, o que preocupa a Igreja no Estado, como havia preocupado a nível nacional, fazendo com que ela se volte para a fundação de sindicatos. Assim, os primeiros sindicatos fundados pela Igreja no Ceará, são os da região do Cariri que inclusive tinham uma base intermunicipal. Segundo Ochoa (1985), esta base objetivava fechar a região do Cariri à penetração comunista:

"Chama a atenção neste depoimento o fato de um sindicato poder ter uma base territorial intermunicipal chegando, como é o caso do sindicato do Crato, a atingir seis municípios sendo eles Crato, Farias Brito, Araripe, Santana do Cariri, Nova Olinda e Altaneira. A falta de uma

(13) MARTINS, José de Sousa. A Militarização da Questão Agrária no Brasil. Vozes. Petrópolis. 1984.

(14) OCHOA, Maria Glória W. As Origens do Movimento Sindical de Trabalhadores Rurais no Ceará: 1954-1964. Mim. Fortaleza-Ceará. 1984.

BH/UFG

explicação legal é possível pensar que se tratasse de uma tentativa de fechar a região para a entrada das forças da FALTAC." (15)

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Crato foi fundado em 1962 a partir da ação pastoral da Diocese do Crato. Havia uma preocupação naquele momento com a expansão dos sindicatos sob orientação comunista e com as Ligas Camponesas.

O Crato e toda a região do Cariri, era fronteira aos estados de Pernambuco e da Paraíba onde, principalmente as Ligas Camponesas apareciam de forma preocupante. Sua expansão para essa área seria quase uma consequência natural. Deste modo, em consonância com a Igreja Católica nacional, procura a diocese local antecipar-se, criando uma estrutura sindical que impossibilitasse a fundação de novos sindicatos, principalmente, na área rural, até porque na região, a atividade industrial não tinha expressividade econômica. Nessa época, é bom que se frize, a população rural do Cariri era maior que a urbana.

Essa concentração de esforços por parte da Igreja local com os trabalhadores rurais, não era indicativa apenas de uma conjuntura regional, nacionalmente punha-se a questão dos camponeses como prioridade. Os trabalhadores urbanos, principalmente dos grandes centros industriais, em sua grande maioria, já se encontrava organizada em entidades que tinham à frente comunistas e atuavam segundo as interpretações formuladas no PCB (16). Por outro lado, havia sido iniciado um processo de penetração no interior por parte dessa agremiação política de esquerda. (17)

Assim, preocupada que estava a Igreja em não perder espaço entre as populações rurais, como havia perdido entre os trabalhadores urbanos, passou a fomentar a criação de sindicatos no campo (18). Ocorre no Rio Grande do

(15) Idem. p. 82.

(16) MARTINS, José de Sousa. Obra citada. 1981. p. 81.

(17) FUCHTNER, Hans. Sindicatos Brasileiros. Organização e Função Política. Editora Graal.

(18) MARTINS, José de Sousa. Ob. cit. p. 88. "A preocupa -

Norte (19), em Pernambuco (20), para citar apenas alguns estados nordestinos. No Ceará, esse processo é iniciado pelo Cariri onde a articulação da diocese se faz com as Arquidioceses de Natal, de Olinda e de Recife.

Essa preocupação maior com o Cariri, revelava ainda, que nesta região havia indícios de penetração da FALTAC em Assaré e Várzea Alegre. Por outro lado, a região sul-cearense caracterizava-se por uma maior concentração de trabalhadores rurais, principalmente assalariados, com um maior potencial organizativo que outras categorias. Desta forma, como manter o PCB ou as ligas distantes dessa área sem a fundação dos sindicatos?

Sendo conhecedora dessa realidade, a diocese local, como veremos, não poderia ficar alheia. O próprio projeto do PCB e demais partidos de esquerda era conhecido de todos, levar suas propostas aos diversos segmentos dos trabalhadores urbanos como também rurais. Nenhum partido que tenha um projeto político definido poderia se dar ao luxo de manter-se dentro de limites estreitos. A necessidade de viabilizar seu projeto faz com que procure ampliar suas bases a partir das quais reúne forças suficientes para buscar o poder de que precisa.

A Igreja era sabedora disto e tinha ela própria seu projeto político, seus interesses sociais, seu espaço e compromissos (21) a ponto de sentir que, ou buscava espa

ção da Igreja era com a agitação que estava chegando ao campo, com a possibilidade de a Igreja perder os camponeses, como tinha perdido os operários."

- (19) CRUZ, Dalcly da Silva. Sindicato Rural. Igreja e Partidos no Rio Grande do Norte, em 1960. In: Movimentos Sociais: Para além da dicotomia rural-urbano. p. 61. "... a pesquisa empírica, naquele momento, me deu elementos para concluir que a Igreja Católica não só no Nordeste, mas sobretudo no seu estado - R.G. do Norte - desempenhou papel relevante na organização dos trabalhadores rurais em sindicatos na década de 60."
- (20) NAVARRO, Zander S. Movimentos Rurais no Sudeste da Bahia. In: Cadernos do CEAS nº 85 de 1983... que se aprovou igualmente uma moção de congratulações ao Pe. Melo, pelo seu trabalho como organizador de sindicatos em Pernambuco..." p. 21.
- (21) MARTINS, José de Sousa. Ob. cit. p. 88. "A Igreja en-

lhar-se ou seria ultrapassada pelos demais, podendo as questões sociais ganhar uma amplitude que implicasse numa modificação radical da sociedade brasileira. Ela não desejava isto e daí sua preocupação com o campo já que nas cidades mais industrializadas, tinha perdido, ou estava em vias de perder o espaço que detinha.

Para que ela realizasse seu projeto era necessário que criasse uma estrutura organizativa que lhe desse as condições de controle sobre a classe trabalhadora rural e a cria. "Assim, ela procurou, ao lado de outras forças políticas, concentrar seus esforços no Nordeste, criando mecanismos leigos que representassem sua presença junto ao movimento camponês."

"Foi com esse propósito que se criaram, além de outras realizações, várias equipes de sindicalização rural espalhadas em toda a região." (22)

Este é o trabalho que ocorre no Cariri em 1962 através da diocese do Crato. Sua ação utiliza inicialmente, os vigários espalhados por toda a região, disseminando seu sindicalismo e criando uma estrutura organizativa com a qual tutelaria as lideranças por ela formadas. São lideranças distanciadas das bases, dotadas de um saber que lhe permitiu manipular a estrutura burocrática dos sindicatos caririenses e que o faz em seu próprio benefício.

Neste ponto, começaria a levantar minhas questões. Se se pode dizer que boa parte dos sindicatos cearenses são inoperantes e têm diretorias que se repetem sempre, pode-se dizer, por outro lado, que temos sindicatos que têm tido uma atuação muito forte em defesa dos interesses das classes trabalhadoras rurais. Até que ponto teria a Igreja formado unicamente lideranças ligadas às classes dominantes ou teria ela, na medida em que é um organismo social e, portanto, perpassada pelas contradições que se fazem no

trou na questão agrária, através da pastoral de Dom Inocêncio, por uma porta extremamente reacionária. Aquela pastoral nasceu numa reunião de fazendeiros, padres e professores rurais e não numa reunião de camponeses e trabalhadores rurais."

(22) CRUZ, Dalcio da Silva, Obra citada, p. 67.

seio da sociedade maior teria, também, forjado lideranças comprometidas com as classes que representam?

Desta decorrem outras: Até que ponto teria a atuação da Igreja a ver com a hierarquia que estivesse à frente de uma determinada diocese? Os trabalhadores rurais envolvidos na organização não teriam também um papel importante na medida em que as contradições nas relações de produção e dominação, daí decorrentes, aumentava a espoliação? Isto no sentido de ter provocado mudanças nas linhas da Igreja e do próprio sindicalismo criado para controle da classe trabalhadora?

Sabemos que, pelo menos no Cariri, esta foi a tônica que mudou a orientação da Igreja, principalmente a partir das mudanças que ocorrem na Igreja da América Latina. A "opção pelos pobres e oprimidos", teria revertido o papel da Igreja de forma a um maior compromisso com os anseios dos trabalhadores que repercutiu a nível das equipes de assessoramento aos trabalhadores das comunidades que eram por elas acompanhadas. Este fato, levou a um rompimento com a diocese local que teria tido ressonância na própria forma de atuar dos sindicatos locais, implicando em alguns, numa atuação mais coerente com sua proposta de representante de classe e, em outros, com o afastamento do sindicato da Igreja, aumentam o assistencialismo, na tentativa de continuar a manipulação dos trabalhadores, como foi o caso do Crato.

Neste caso, vamos presenciar o distanciamento de algumas dioceses dos sindicatos voltando-se para uma atuação junto às Comunidades Eclesiais de Base que passam a exercer um papel organizativo paralelo à classe trabalhadora rural. Até que ponto isto teria ocorrido e em que sentido é favorável ao movimento de organização da classe trabalhadora? Portanto, minha preocupação com este trabalho seria verificar a relação da Igreja x Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Crato, na medida em que esta relação teria permitido ou criado impedimentos à "organização livre" dos trabalhadores envolvidos.

No Crato, para dar andamento a organização dos

trabalhadores rurais em sindicatos, a diocese cria uma equipe de assessoria denominada de Escola de Líderes Rurais (ELIRUR). Ela foi composta inicialmente de pessoas ligadas à diocese e posteriormente por filhos de trabalhadores rurais da região. Essa iniciativa permite que o trabalho realizado junto aos sindicatos sofram transformação substancial. Em primeiro lugar, a ELIRUR tem um comportamento inteiramente alheio com relação ao momento político vivenciado pelos trabalhadores. Sua preocupação centra-se em esclarecer sobre os direitos procurando melhorar as relações entre trabalhador e patrão.

Posteriormente, substituindo-se a equipe muda a orientação em sua relação com os sindicatos e seus dirigentes. Inicialmente de modo tímido, depois vai radicalizando a ponto de fazer críticas aos dirigentes formados pela própria ELIRUR e, mais tarde, a ação pastoral do bispo diocesano. Por que a mudança de comportamento da equipe? Estaria ligada à origem das que a formavam? Ou às mudanças que aconteceram na Igreja? Não devemos esquecer que a Igreja faz um percurso que vai da aprovação do movimento militar de 64 até colocar-se na oposição viabilizando-se como um canal de organização da sociedade civil, num momento em que a estrutura partidária e sindical estavam sob controle dos governos militares.

Este trabalho é exatamente a tentativa de compreender as diversas facetas do processo de organização dos trabalhadores rurais do Crato a partir das mudanças que aceleraram nacionalmente no período delimitado que vem de 1962, quando da fundação do sindicatos dos trabalhadores rurais até 1982, quando da criação da Associação Cristã de Base, entidade criada pelos membros da ELIRUR para dar continuidade ao trabalho de acompanhamento e de organização dos trabalhadores da região. Neste caso, há uma ruptura a partir da compreensão de que trabalhar numa linha mais comprometida não interessava a diocese local.

A diocese do Crato, neste processo de envolvimento dos membros da equipe da ELIRUR com as lutas "mais radicais" dos trabalhadores do campo, demonstra como veremos,

o seu alheamento de um projeto de sociedade em que a participação dos trabalhadores fosse a determinante básica. Verifica-se também, que ao contrário da tendência delineada a partir de 1970 no contexto da Igreja Católica no Brasil, de organização da sociedade civil com objetivos claros centrados na redemocratização do país, a diocese do Crato afasta-se das lutas que tomavam corpo e forma definitivas em defesa dos direitos dos trabalhadores. Esta é uma questão que procuro clarear no contexto desta pesquisa.

Finalmente, o sindicato ao afastar-se da assessoria que lhe era prestada pela ELIRUR faz uma opção pelo "oportunismo". Diante da necessidade de sobreviver aos novos tempos, modifica seu discurso. Sua diretoria permanecerá basicamente a mesma de anos passados e portanto, sua ação não concretizava o discurso elaborado em consonância com o novo tempo que emergia das lutas populares. Neste caso, o que aparece como questionamento é o porquê da sua permanência durante tanto tempo à frente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Crato.

A partir da construção do objeto da pesquisa e da determinação dos objetivos surgiu como uma consequência natural, a necessidade de contatar todos aqueles que participaram da fundação do sindicato local. Desta maneira, foram entrevistados diretores sindicais que tiveram uma maior responsabilidade nos acontecimentos mais marcantes na história do sindicato do Crato, como o de sua fundação, acompanhando e procurando convencer a base da necessidade naquele momento, de um sindicato de trabalhadores rurais do Crato.

Depois, busquei aqueles diretores que foram responsáveis pela ruptura com a Igreja, levando o sindicato deste município para uma linha mais assistencialista e comprometida com os interesses dos segmentos dominantes. Finalmente, os que anteendo um momento novo na política nacional, procuram reaproximar-se da equipe da ELIRUR para retomar um trabalho de base em linha aparentemente mais comprometida.

Da mesma maneira, foram entrevistados membros da

equipe da ELIRUR, entidade que assessorava o sindicato do Crato desde seus primeiros passos até 1972, quando do afastamento dessa assessoria. Posteriormente, aqueles que participando da equipe, realizaram o trabalho junto às comunidades rurais, procurando organizá-las em clubes e associações já que o trabalho sindical ficara por conta e risco dos diretores e delegados sindicais. Inclusive que os sendo da equipe, romperam com a diocese, fundando a Associação Cristã de Base.

Nestas entrevistas foram procurados os motivos a partir dos quais se deu a fundação e o desenvolvimento do sindicato dos trabalhadores rurais. Tanto os motivos que levaram a Diocese a fundá-lo, como dos seus dirigentes nos diversos momentos da história deste sindicato. No caso específico dos membros da equipe da ELIRUR, o problema que se colocava, era se havia percepção dos objetivos da diocese a que serviam e diante deles como se portavam.

Desta maneira, procurei antes de tudo trabalhar com os projetos de três segmentos envolvidos. Verificando-se se os mesmos estavam em consonância com o desenvolvimento das lutas dos trabalhadores brasileiros por uma sociedade democrática. Aliás, até que ponto os próprios trabalhadores procuraram a construção de uma democracia em que a sua participação fosse a determinante da organização política-social dessa sociedade? Para tanto, era necessário ir além do discurso. Somente através de uma avaliação da prática dessas pessoas, poderia-se realmente aferir seu compromisso e delimitar seus reais objetivos.

Assim é que se foi atrás dos relatórios dos encontros realizados com os trabalhadores e dos cursos ministrados às lideranças. O conteúdo desses cursos como as discussões nos encontros, poderiam mostrar mais claramente as intenções que ficavam por trás da ação dos envolvidos com a organização dos trabalhadores. Mas não apenas isso, era necessário saber dos compromissos do bispo diocesano e neste caso, foram analisadas algumas de suas homilias pronunciadas na abertura dos encontros de líderes promovidos pela

ELIRUR.

Nelas foram percebidas os interesses da diocese, além do que ficaram mais evidentes, na medida em que foram conhecidos documentos sobre a ação da Igreja local, produzidos por ela, através de seus membros mais próximos e que não eram para conhecimento dos trabalhadores.

Afora tudo isso, a convivência mantida durante anos com os agentes da organização dos trabalhadores rurais do Crato, permitiram delinear questões abalizando-as com a ação ou as práticas das pessoas envolvidas. É óbvio que nesta relação, aparecem interferências decorrentes da simpatia ou antipatia que a disputa política acentuava, no entanto, procurei afastá-las me isentando de preconceitos daí decorrentes.

Afinal diz Costa Pinto: "A atitude científica diante da realidade é uma só, quer essa realidade seja física, biológica ou social, pois entre a objetividade específica com que os vários fenômenos se oferecem ao estudo e a observação o que existe é uma diferença de grau, e não de espécie, desde que, segundo a teoria do conhecimento que inspira todo o método científico, a realidade é sempre externa à consciência e às idéias e com elas não se confundem. Apesar disso, é mais fácil, sem a menor dúvida, usar o método científico como instrumento de trabalho noutros campos do que no campo das ciências sociais. O astrônomo não é astro, nem o microbiologista micróbio, mas o antropólogo é homem, o sociólogo é animal como os que ele estuda, assim como o cientista político é cidadão e o economista, necessariamente, ocupa um lugar definido num determinado sistema de produção. O problema, porém, não se resolve, apenas, pela natureza particular dos fatos que se estudam, mas sim pela atitude mental diante deles assumida por aqueles que os estudam. Essa atitude é basicamente condicionada pela estrutura social em que o pensamento se manifesta, pela posição, não raro contraditória, do homem de ciência dentro dessa estrutura e de seu sistema de valores, inclusive dos valores de sua ciência, aos quais lhe cabe, como

cientista, não somente aderir e aceitar, mas também, e sobretudo, fabricar e elaborar com o seu trabalho." (23)

Este trabalho está distribuído em quatro capítulos, em decorrência dos problemas que apareceram, necessitando um equacionamento que permitisse a compreensão do objeto tratado. Desta maneira, o primeiro capítulo irá se reportar à Igreja como uma instituição social, mesmo que assumindo características especiais em decorrência dos seus fundamentos sobrenaturais, contendo todas as contradições inerentes aos contextos em que sobreviveu. Como uma instituição milenar, o primeiro problema que aparecia era o da permanência em situações sociais tão diferenciadas no tempo e no espaço, comportando conflitos e estruturas sociais as mais diversas.

Neste sentido, procurei verificar os organismos desenvolvidos pela Igreja para tratar das questões que emergiam nas diversas situações históricas, pela qual passou. Dentre eles, a Ação Católica por situar-se dentro de um contexto mais complexo do que os anteriores, onde um maior número de agentes históricos se colocava em embate organizando-se em coletivos antagônicos e com graus de determinação nos destinos das sociedades nacionais e mundial, diferenciados mas fundamentais.

Dáí verificar o caso concreto a que me reporto, que era a realidade rural brasileira em processo de organização e com peculiaridades a serem tratadas por um organismo que se justificava internacionalmente. Mas para chegar aí, foi necessário ver todo percurso da Igreja na sociedade brasileira, sua inserção no seio do povo transformando-se mas ao mesmo tempo, tutelando-o em função dos seus interesses maiores. São exatamente esses interesses que a fazem próxima do poder através das classes dominantes, numa tentativa de conformar a sociedade como um todo aos seus princípios políticos-ideológicos.

Com relação ao segundo capítulo, verifica-se a

(23) COSTA PINTO, L. A. Sociologia e Desenvolvimento. Civilização Brasileira. 5ª edição. 1973.

ação da Igreja no contexto da região do Cariri, especificamente do Crato. Neste caso, a análise se prende a inserção da Igreja entre os municípios através de instrumentos diversos que vai da Casa de Caridade à Fundação Pe. Ibiapina, formando uma mentalidade ideologicamente afeita aos princípios gerais da Igreja.

Mas ao mesmo tempo, procura identificar encaminhamentos que divergem e dizem respeito aos interesses políticos do bispo diocesano e ao clero local. Examinando aqui questões relativas às diferenças existentes entre as dioceses em função do espaço específico em que se situa, com seus interesses e seus conflitos e a própria personalidade dos que fazem a Igreja com suas origens diversas e interesses de classe. Acredito e procuro ressaltar, que a origem de classe e a situação em que se encontra na hierarquia determina comportamentos e práticas do clero que podem até ser antagônicas.

Tendo o perfil da Igreja e as características de sua penetração na sociedade civil, procuro analisar no capítulo terceiro a organização sindical. Como foi iniciada a organização dos trabalhadores no Brasil, que orientações seguiu predominantemente e como aconteciam os conflitos com as classes dominantes e o Estado. Neste caso, vamos verificar que a organização sindical no Brasil é iniciada através do anarco-sindicalismo posteriormente combatido pelo comunismo que se faz porta voz da classe trabalhadora.

O combate entre as duas principais correntes beneficia apenas a burguesia nacional que atrela os sindicatos, ou toda estrutura sindical brasileira aos interesses de acumulação que tinha. Esta linha, foi favorecida pelo Estado Novo que cria uma legislação específica regulamentando as relações entre capital e trabalho. Para minha compreensão dos acontecimentos anteriores, a ditadura Vargas foi importante. A leitura de Tronca acentua o papel do PCB como barreira ao crescimento das reivindicações e radicalização conseqüente do movimento operário brasileiro.

De qualquer forma, o PCB tem um papel importante

a cumprir, organizando uma estrutura sindical que se espalha dos grandes centros em direção ao interior possibilitando a inserção do campesinato na vida política brasileira. Salienta-se ainda, a disputa que existe entre o PCB e a Igreja, principalmente no campo, onde o projeto democrático-burguês de um, encontra barreiras numa estrutura montada no sobrenatural e com ramificações em todos os recantos. Isso não indica porém que, em alguns momentos, motivados por um projeto mais radical como o das Ligas Camponesas se associem, firmando uma posição única.

No Ceará, acontece a disputa no interior provocada pelo PC, através da FALTAC que cria inicialmente associações de trabalhadores rurais e posteriormente sindicatos e a Igreja que utiliza o clero e a presença desse junto às comunidades menores para fundar seus sindicatos. Esse trabalho da Igreja começa pelo Cariri com cinco sindicatos expandindo-se posteriormente, principalmente após o golpe de 64 quando é a diocese do Crato beneficiada através de convênios com o Ministério do Trabalho.

Esse trabalho de organização sindical inicia-se no Cariri, sem que houvesse indicativos de qualquer forma de mobilização dos camponeses. Aqui, como em várias regiões brasileiras os camponeses se portavam "sem radicalismos" desconhecendo leis que determinavam as relações entre patrões e empregados observando uma única norma que era a vontade do proprietário. O Cariri, era uma área de ocupação antiga e ao homem do campo restava uma maneira de ter a terra para trabalhar submetendo-se à vontade do segmento que a detinha em suas mãos.

Mesmo os demais segmentos, não poderiam questionar este poder que vinha da terra mas tinha conseqüências políticas que determinavam os beneficiários dos serviços das administrações municipal ou estadual. Desta forma, eram seus dependentes os trabalhadores, parceiros e pequenos proprietários que lidavam ainda com uma outra dificuldade, a distância que impedia a relação social necessária ao desenvolvimento de qualquer forma de organização. Assim, po-

de-se afirmar, como o faço no capítulo quarto, de que foi a diocese que começou o trabalho de organização, reunindo os trabalhadores para discutir seus problemas trabalhistas.

Os motivos são vários e procuramos neste capítulo discriminá-los, tanto os de ordem institucional como aqueles que eram provenientes de uma percepção interessada do bispo diocesano. Como consequência, vamos ter uma formação de lideranças comprometidas em primeiro lugar, com a própria Igreja e depois com os interesses pessoais dos dirigentes sindicais. A análise que se processa a partir da postura das lideranças, procura relacioná-la com a formação que tiveram e com a estrutura sindical atrelada aos interesses do Estado e das classes dirigentes do país.

Mas mesmo assim, aconteceram divergências que propiciaram uma organização sindical multifacetada, com antagonismos internos geradores de lideranças, na própria Igreja, entre os membros da equipe da diocese que lidavam mais diretamente com as bases, comprometidos com as lutas dos trabalhadores. Mas, é uma situação que gera ruptura tanto com os sindicalistas como com a diocese, forçando-os a procurarem um caminho próprio de atuação e de articulação que permita organizar de maneira independente os trabalhadores rurais da região.

1. A IGREJA NO CONTEXTO DA SOCIEDADE CIVIL

1.1. Do Cristianismo Primitivo ao Catolicismo

Como parte da Igreja Católica, não podemos falar da diocese do Crato sem falarmos sobre a Igreja de forma geral. A própria forma como se organiza, centralizada em Roma, caracteriza um comportamento único em suas diversas esferas. Com isso, não estaria dizendo que apesar da unidade não existam diferenças. Essa é uma das hipóteses levantadas, dentre outras, que permitem à inserção da Igreja, uma variabilidade muito grande atendendo, em última análise as peculiaridades locais.

A diversidade no comportamento da Igreja* está diretamente ligada à sua inserção na realidade. A sobrevivência da Igreja Católica, no âmbito internacional, depende da maneira como se organiza no contexto das sociedades nacionais, observadas as relações de poder existentes, caso contrário não poderia sobreviver durante tantos séculos. Com isso, não se quer afirmar que desconheça sua mensagem fundadora (1), apenas que a adequa às situações concretas que vive.

*Deste momento em diante quando falar de Igreja estarei falando da Igreja Católica.

(1) O conceito de Mensagem Fundadora é encontrado em Follmann. Apesar de não trazê-lo definido diz dele o seguinte: "Toda religião é histórica e tem a sua origem, ou seja, o lançamento de sua mensagem fundadora circunscrita a determinadas condições econômicas, políticas e culturais. A essa mensagem fundadora sempre se segue um processo de mais ou menos intensa e complexa realização teórica e prática da mesma, como também, na maioria dos casos, um processo de maior ou menor institucionalização. É um processo comumente heterogêneo e complexo e, na medida em que ele se desenvolve, dá margem à elaboração de leituras diversas e até contraditórias da mensagem fundadora, com suas referentes práticas diversas e contraditórias." (FOLLMANN, José Ivo. Igreja e Ideologia e Classes Sociais, Vozes. p. 34).

Essa necessidade está intrinsecamente ligada à sua própria mensagem fundadora que impõe sua expansão na proporção em que se afirma como religião universal. Assim, associa-se, em primeiro lugar, aos segmentos dominantes nas sociedades nacionais. Sua viabilidade somente é possível desta forma apesar de, quando do seu aparecimento, o cristianismo, mensagem fundadora do catolicismo, caracterizava-se como oposto à dominação de Roma sobre os povos conquistados. Era ideologia das classes subalternas (2), com um forte cunho revolucionário.

Diz Engels:

"Há quase 1600 anos precisamente atuava também no Império Romano um perigoso partido revolucionário. Ele socavava a religião e todos os alicerces do Estado. Negava redondamente que a vontade do imperador fosse a lei suprema, não tinha pátria, era internacional, estendia-se em todo o Império, das Gálias à Ásia; ultrapassava as fronteiras imperiais. De há muito realizava um trabalho de sapa subterrânea e secreto. Há bastante tempo, porém, considerava-se suficientemente forte para surgir à luz do dia. Esse partido revolucionário que era conhecido em toda parte com o nome de cristão, estava fortemente representado no exército; legiões inteiras eram cristãs. Quando recebiam ordem de comparecer aos sacrifícios solenes da Igreja pagã nacional, para participar das honrarias, os soldados revolucionários levavam sua insolência ao ponto de prender em seus capacetes distintivos especiais - cruces - em sinal de protesto. Vendo como se derrocava a ordem, a obediência e a disciplina em seu exército, o imperador Diocleciano não pode conservar por muito tempo a calma. Promulgou uma

(2) O conceito de classes subalternas se encontra no sentido Gramsciano das classes que estão submetidas, abaixo das classes dominantes e em oposição a este conceito. PORTELLI, Hugues. Edições Paulinas. 1984.

lei contra os socialistas, quer dizer, contra os cristãos." (3)

Essa característica de doutrina oficial, no entanto, não prevalece. Sofre alterações na medida em que as contradições no seio da sociedade feudal fazem aparecer a burguesia como classe dominante no contexto de um novo modo de produção, o capitalismo. Como ideologia dominante anteriormente está comprometida com a velha ordem, sendo combatida por não condizer portanto, com a ordem que se institui.

É assim que Gramsci irá analisar o cristianismo. Para ele o cristianismo foi, num primeiro momento, uma doutrina que agregava as classes subalternas, com um forte teor revolucionário opondo-se à Roma e afirmando a igualdade entre os homens independentemente de sua nacionalidade e condição social. Com isso, associa-se a Engels. Mas, na medida em que se transforma em religião de Estado, o cristianismo modifica seu cerne, acentuando seus aspectos conservadores, deixando-se absorver pelo aparelho de estado, atenuando-se diante das classes subalternas.

"Todavia, a Igreja não abdica de seu caráter democrático e permanece um movimento de massas representativo das classes subalternas: trata-se inicialmente de uma aliança objetiva da Igreja e do Estado imperial. Aliás, uma aliança previsível se consideramos a estratégia adotada pela Igreja primitiva, a "revolução passiva": esta, na medida em que não se traduz numa luta decidida contra o antigo sistema e na sua superação, não pode deixar de chegar a uma recuperação das forças de contestação e a uma restauração:

teria se verificado no cristianismo no que ocorre nos períodos de restauração em relação aos períodos revolucionários: a aceitação atenuada e camuflada dos princípios contra os quais se lutara.

(3) ENGELS, Friedrich. Prefácio: As Lutas de Classes na França de 1848 a 1850, in MARX, K. e ENGELS, F. Textos. V. 3. Edições Sociais. São Paulo, p. 110.

A consequência do Edito de Milão foi neutralizar as classes subalternas pela união da hierarquia com o Império, através de algumas vantagens corporativas e sobretudo do reconhecimento do cristianismo como ideologia oficial e da Igreja como aparelho ideológico de Estado." (4)

Assim, chega na idade média com possibilidades de controle do aparelho de estado impondo-se como ideologia dominante. Mas essa característica somente é possível, ao lado desse tipo de dominação, a Igreja, ou mais especificamente o clero é parte da aristocracia. Segundo Portelli, a "Igreja está, em larga escala, na origem da sociedade feudal" (...). "Depois das invasões e diante da decadência da civilização urbana, os mosteiros tornaram-se os únicos centros intelectuais. É em torno dos mosteiros que se estabelecem as novas estruturas sociais feudais, ou antes, que se desenvolve o embrião da sociedade feudal que apareceu desde o Baixo-Império com a vila romana. Mas a originalidade do mosteiro feudal é de desenvolver este novo tipo de relações a partir de uma divisão social do trabalho entre intelectuais religiosos e servos artesãos: a regra beneditina consagrará esta feudalização." (5)

Há portanto, uma ligação orgânica do clero com a sociedade feudal diferente do que ocorria depois do Edito de Milão. Neste caso, há uma aliança "entre dois aparelhos independentes, conservando a Igreja sua própria estrutura e suas próprias regras." (6) No feudalismo, a Igreja vai estar intimamente ligada à ordem estabelecida, respaldando-a diante dos segmentos não dominantes, e atrelando sua mensagem salvacionista à observância das regras necessárias à sua produção e reprodução.

Portanto, com a emergência da burguesia e do modo capitalista de produção a Igreja e sua ideologia vão ser

(4) PORTELLI, Hugues. Gramsci e a Questão Religiosa. Edições Paulinas. 1984.

(5) Idem. p. 56

(6) Ibidem.

combatidas. Mas esse combate não se faz a nível de sua mensagem fundadora. Neste aspecto, são resgatados princípios justificadores da nova ordem entre as classes subalternas. Neste momento, se faz necessário traçarmos uma diferença entre o que se entende por religião, ideologia e filosofia.

Por religião, se entende um conjunto de elementos assentados numa mensagem fundadora com todo um sistema de práticas e normas culturais absorvidos pela população de modo diverso: "Toda religião, inclusive a católica (ou antes notadamente a católica, precisamente pelos seus esforços de permanecer superficialmente unitária, a fim de não fragmentar-se em Igrejas nacionais e em estratificações sociais), é na realidade uma multidão de religiões distintas, frequentemente contraditórias: há um catolicismo dos camponeses, um catolicismo dos pequenos-burgueses e dos operários urbanos, um catolicismo das mulheres e um catolicismo dos intelectuais, também este variado e desconexo." (7)

Para Gramsci, no interior de toda religião, de cada uma, "se possa distinguir uma filosofia, um folclore e um senso comum." Desta forma, compreendendo a filosofia como a concepção mais abrangente, contendo os parâmetros que explicam o mundo de forma ampla. Enquanto ideologia, seria a determinação prático-teórica da filosofia que nesse caso, comportaria mais de uma ideologia de acordo com a leitura feita pelos segmentos postos diante da mesma.

Assim, numa sociedade de classes, as classes que se opõem têm percepção diferentes e portanto, diante dos seus interesses buscam na religião, ou nas religiões, justificativas para sua ação, reformadora ou conservadora da ordem existente. (8)

O cristianismo conseguiu sobreviver à idade média, apesar de se ter colocado a serviço da aristocracia. Parcela da Igreja em contato com os segmentos mais baixos

(7) GRAMSCI, in Portelli, obra citada. p. 25.

(8) FOLLMANN, José Ivo. Obra citada. p. 25 e seqs.

e deles oriundos, reformularam sua doutrina, relevando os aspectos que justificavam levantes e revoltas contra a dominação feudal. Para isso, basta verificar os escritos de Engels sobre os levantes camponeses em que uma nova ordem se gestava, tendo como pano de fundo uma diferente compreensão do cristianismo.

"Os pregadores do campo e das cidades constituíam a fração plebéia do clero. Achavam-se à margem da hierarquia feudal da Igreja e eram excluídos do gozo de suas riquezas. Seu trabalho era menos controlado e - apesar de sua importância para a Igreja - era menos indispensável, naquele momento, do que os serviços policiais dos monges aquartelados. Eram, portanto, muito mais mal pagos; em sua maioria com prebendas exíguas. Graças à sua origem burguesa ou plebéia conservaram o contato com as massas e o conhecimento de suas condições de vida, o que os fazia, apesar de seu ofício, simpatizar com as causas burguesas e plebéias. Os monges, salvo contadas exceções, não tomaram parte nos movimentos da época; os pregadores, em troca, lhes deram teóricos e ideólogos e não poucos morreram no cadafalso. O ódio do povo contra os frades raramente se voltava contra eles." (9)

O catolicismo papal fechava-se cada vez mais na defesa da classe conservadora contrapondo-se às religiões que emergem a partir das lutas travadas entre burgueses em ascensão e aristocracia. Esse combate leva o catolicismo para fronteiras cada vez mais estreitas, ameaçando sua própria sobrevivência como religião.

Setores dominantes da Igreja, opondo-se à ordem instituída, sobrevivem entre segmentos mais baixos, oriundos do campo em que seu peso é considerável, principalmente a aristocracia agrária conseguiu manter parte do seu poder. Mesmo aí, as classes subalternas procuram justificativas diferentes daquelas que são oferecidas pelo clero. Nes

(9) ENGELS, F. "As guerras camponesas na Alemanha." Editora Grijalbo. 1977. p. 30.

te contexto do campo, principalmente em países de línguas espanhola e portuguesa, a velha ordem conseguiu resistir por mais tempo à revolução burguesa. As populações subalternas se organizam em torno de famílias que apresentam um mundo melhor, fora da exploração a que estão submetidos pelos senhores da terra.

Desta forma, a hierarquia viu-se ameaçada pela burguesia que se instituiu como poder ao revolucionar todas as relações anteriores de produção e reprodução das sociedades sob seu mando. Não conseguiu atender as demandas religiosas dos segmentos subalternos urbanos porque associada a interesses conservadores da antiga ordem, o catolicismo afasta-se de suas bases camponesas. Os conflitos que ocorrem no campo entre estas duas ordens antagônicas confundem o camponato que busca num messias salvador, a única possibilidade de saída para as pressões que sofrem.

Não é de todo estranho que os movimentos messiânicos tenham ocorrido em áreas em que se deu choque de culturas. No Brasil, com especificidade, se pode reparar que esses movimentos aconteceram em períodos de expansão de modo capitalista de produção. Dessa forma, resta ao catolicismo, para sobreviver, aproximar-se da ordem burguesa, ao mesmo tempo, procura aumentar sua presença junto às populações trabalhadoras.

Para a burguesia, o catolicismo aparece como uma ideologia de reforço, já que como classe instituída lhe compete a conservação da ordem. A doutrina católica traz em seu bojo larga experiência neste sentido, ao mesmo tempo, em que tem uma forte estrutura entre os segmentos populares. Igrejas espalhadas nos mais longínquos recantos, escolas e seminários que não apenas elaboram uma doutrina voltada para o respeito à ordem, como trazem à baila elementos da sua mensagem fundadora que a acentua. Principalmente, quando já destituídas de sua organicidade histórica, isto é, abstraídas de seus conteúdos históricos.

Não devemos esquecer, que no campo religioso há a inserção de pessoas oriundas dos mais diversos segmentos,

com ideologias diferentes, na medida em que o embate na sociedade maior os favorece e determina os encaminhamentos doutrinais da Igreja. (Souza, 1983) Neste contexto, há a renovação da Igreja ajudada pelos conflitos existentes na sociedade burguesa, questionada pelo movimento organizado e ideologizado pelo Marxismo ateu. (10)

Esta renovação se torna a principal preocupação da Igreja na medida em que põe em risco não apenas a estrutura de poder, mas questiona a própria mensagem fundadora do catolicismo e de todas as religiões. Para o marxismo, a religião é o ópio do povo, pelo menos é essa que fica apesar de seu pensamento ser mais rico, comportando análise menos simplista. Mas, no contexto dos confrontos ideológicos e políticos é essa a mensagem que passa. (11).

(10) "Por essa razão, as análises das religiões em geral e da Igreja Católica no que se refere a este estudo não deveriam ser relacionadas a um processo de mudanças pouco definidas ou globais, mas a classes sociais particulares. A Igreja, como expressão organizada de uma atividade religiosas, está inserida na sociedade e seus membros pertencem simultaneamente à estrutura de classes desta sociedade. Eles levam pois, para o interior da Igreja, os conflitos e as alianças da própria sociedade." SOUZA, Luiz Alberto GómeZ. p. 25.

(11) "Gramsci não se interessa essencialmente pela religião-concepção do mundo, mas sobretudo, pela norma de conduta prática que corresponde a cada religião. Deste ponto de vista, a religião pode conduzir a atitudes totalmente opostas: a ativa e progressista do cristianismo primitivo ou do protestantismo, ou a passiva e conservadora do cristianismo jesuitizado. É esta segunda forma que Gramsci qualifica de opiácea, porque ela corresponde a uma fase de declínio, na qual a religião esgotou sua função histórica e só se mantém pelos artifícios e/ou pela repressão. É o que acontece com o catolicismo: ele só se torna "ópio do povo" depois da contra-reforma e sobretudo a partir da revolução francesa, onde, como suporte ideológico de uma classe vencida - a aristocracia feudal - tornou-se inútil e não exprime mais as necessidades reais das massas que controla. A partir daí, a ideologia religiosa torna-se um freio à iniciativa das massas, à sua emancipação ideológica e política, mantendo-as na passividade." (PORTELLI, ob.cit.p.31) Acredito que esta compreensão da afirmativa de Marx é correta na medida em que os textos de Engels afirmam o caráter revolucionário do cristianismo primitivo, na In

O processo de organização dos trabalhadores facilita a aproximação da Igreja Católica à burguesia dominante, até porque a reação do catolicismo é de disputar as massas no contexto de suas lutas, de sua organização, elaborando uma doutrina de complementariedade das classes no sentido de promover o bem estar das sociedades. Para isso, conta com a sua estrutura que é ampliada de forma a se fazer mais presente entre as camadas mais pobres. Construindo um projeto apoiado no espírito religioso das classes subalternas, levanta a hipótese de que, para termos uma sociedade mais justa faz-se necessário o trabalho de todos de acordo com suas aptidões.

"O erro capital na questão é crer que as duas classes são inimigas natas uma da outra, como se natureza tivesse armado ricos e pobres para se combaterem num duelo obstinado. Isso é uma aberração tal, que é necessário colocar a verdade numa doutrina contraditoriamente oposta, porque assim como no corpo humano os membros, apesar de sua diversidade, se adaptam maravilhosamente umas aos outros de modo que formam um todo exatamente proporcionado e que se poderá chamar de simétrico." (12)

Esta é uma tentativa de evitar o alastramento do socialismo entre os trabalhadores urbanos na medida em que se dava sua expansão diante das condições de vida que se deterioravam, provocando revoltas e levantes vada vez maiores. Um exemplo claro desse processo é a afirmativa de Engels:

"Graças à inteligência com que os operários alemães utilizaram o sufrágio universal instituído em 1866, o

trodução a Lutas de Classe na França e a forma como diferencia e opõe segmentos da Igreja quanto a sua inserção na sociedade. Nesta parte as Guerras Camponezas na Alemanha revela posturas diferentes a partir da origem social do clero. Marx que partilhava da mesma matriz filosófica que ele não poderia pensar diferente.

(12) Rerum Novarum in PARENTE, Josênio. Annuê. Os Campos Verdes no Poder. Editora Universidade Federal do Ceará. 1986, p. 72.

crescimento espantoso do Partido surgiu abertamente aos olhos do mundo inteiro em cifras indiscutíveis. Em 1871, 102.000 votos sociais-democratas; em 1874, 352.000; em 1877, 493.000. A seguir vem o reconhecimento desses progressos pelas autoridades superiores, sob forma da Lei contra os socialistas; o Partido foi momentaneamente dispersado e sua votação caiu, em 1881 a 312.000. Mas esse golpe foi rapidamente superado e, desde então, sob a pressão da lei de exceção, sem imprensa, sem organização exterior, sem direito de associação e de reunião, é que principia efetivamente sua rápida expansão; (...) 1884 - 550.000; 1887 - 763.000; 1890 - 1.427.000 votos. Então foi detida a mão do Estado. Desapareceu a lei contra os socialistas, e seus votos se elevaram a 1.887.000, isto é, mais da quarta parte do total." (13)

Deste modo, é verdadeira a observação de que os segmentos dominantes e a Igreja começavam a ficar temerosos com relação ao crescimento das massas socialistas que a ameaçavam tanto quanto ameaçava o estado burguês. A partir daí estariam postas as condições necessárias à união entre a hierarquia eclesiástica e burguesa.

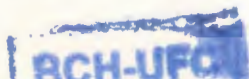
1.2. A Ação Católica e a inserção da Igreja Católica na Ordem Burguesa

O trabalho de aproximação da Igreja com as novas classes dominantes dar-se através do processo de crescimento das idéias socialistas entre os trabalhadores urbanos, como já acentuei anteriormente. Mas não poderiam os católicos envolver-se sem que houvesse uma preparação inicial que desse a esse movimento coerência e força que pudesse jogar, de forma a partilhar da estrutura do poder então existente.

Poderia dizer que, sem apoio entre as massas, sem

(13) ENGELS, F. Prefácio "As lutas de classe na França." in MARX e ENGELS. Textos p. 111.

R.616680



respaldo político, sua aliança com a burguesia não se daria na forma pretendida. A Igreja, antes de tudo, queria preservar-se como instituição independente e universal. Aliás, essa independência seria um fator primordial na sua sobrevivência. Ela sobreviveu por ter diante das instituições leigas autonomia que as resguardava nos momentos de crise mais agudas.

Não devemos esquecer que no bojo da Igreja existem facções, e sempre existiram, em disputa continuada pela hegemonia interna buscando na mensagem fundadora elementos que a respaldavam nos embates concretos fora dela. Desta forma, surgia sempre reformada, capaz de atender as demandas dos novos tempos. Neste momento é exemplo disso o apostolado de Júlio Maria (14) e do Mestre Ibiapina. (15)

Essas duas figuras exemplares levantaram a questão da ordem burguesa dentro de uma perspectiva assentada numa das classes fundamentais que era a do trabalhador esmagado pelo processo de produção capitalista. Sua ótica era a das classes dominadas e na estruturação de uma inserção que evitasse o socialismo ateu mas que encaminhasse um projeto alternativo da construção de uma ordem assemelhada à difundida entre os cristãos primitivos.

É claro que a prática apostólica desses homens

(14) "Júlio César de Moraes Carneiro nasceu no Rio de Janeiro, em 1850 e, em 1891, viúvo duas vezes, ordenou-se, passando a chamar-se Padre Júlio Maria. Foi um dos clérigos mais lúcido do seu tempo. Também historiador e sociólogo, destacou-se como uma das primeiras vozes ilustres do clero brasileiro a pugnar por uma Igreja vinculada ao povo." In MIRANDA, Júlia nota 17, p. 30. O Poder e a Fé, Discurso e Prática Católicos. Ed. UFC, 1987.

(15) "Padre Mestre Ibiapina. Nasceu José Antonio Pereira Ibiapina perto de Sobral, em 1806. Estudou Direito em Olinda e ingressou na carreira política cearense de modo promissor, interrompendo-a quando os maus fados políticos e pessoais o forçaram a deixar o Ceará, em 1837. Retornando a Recife, exerceu a advocacia e logo tornou-se conhecido como defensor dos pobres. Em 1853, com 47 anos de idade, trocou a toga pela batina." DELLA, Cava Ralph. Milagre em Juazeiro. Paz e Terra. p. 33.

não se firmasse àquela época, até mesmo porque, prevaleciam os interesses da hierarquia que tinha por base a sobrevivência de Roma como Estado e da Igreja como instituição universal. A partir daí modifica-se o comportamento doutrinário da Igreja no sentido do fortalecimento da ordem capitalista ameaçada no processo de organização dos trabalhadores em sindicatos e partidos socialistas.

Para a Igreja, tornou-se essencial penetrar nos diversos segmentos da sociedade criando mecanismos através dos quais pudesse influir nas questões sociais e políticas. Assim, foi criada a Ação Católica no pontificado de Pio XI. Através dela retoma sua importância colocando-se como parceira da burguesia liberal, assegurando sua sobrevivência como instituição por mais tempo.

"O abandono da luta contra o Estado liberal em favor da aliança com ele são devidos, conforme Gramsci, as duas essenciais: a primeira é de ordem política; a necessidade de a Igreja aliar-se ao Estado para salvaguardar seus privilégios combinou-se ao temor comum de serem varridos pela revolução. Na análise do movimento socialista, a Igreja mostrou ser mais lúcida. O perigo é anunciado desde 1870, nota Gramsci. E esta lucidez se explica se levarmos em consideração a base social do catolicismo: as classes subalternas e principalmente o campesinato. A condenação oficial do socialismo - Encíclica Rerum Novarum -, a luta autônoma contra seus progressos no meio rural - Ação Católica - não foram mais suficientes e a aliança com a burguesia liberal tornou-se indispensável." (16)

A análise de Gramsci prende-se à Itália, mas podemos transpô-la a nível mundial na medida em que as correntes socialistas, como o catolicismo, aparece onde o modo capitalista de produção se faz presente. Portanto, também no Brasil, a Ação Católica irá buscar firmar-se introduzindo-se nos movimentos sociais dando-lhes uma direção contrária

(16) PORTELLI, Hugues. Ob. citada. p. 109.

BH/UFV

ria à socialista.

1.3. A Ação Católica no Brasil

A Ação Católica veio para o Brasil com os primeiros padres que iam estudar em Roma. De volta, traziam a recomendação de fundarem grupos de estudos formadores de leigos capazes de levar o catolicismo aos segmentos mais influentes, de maneira que sua prática fosse capaz de arrastar pessoas para dentro da Igreja evitando assim, rupturas incontroláveis no seio da sociedade.

Anteriormente, já se tinha algumas experiências junto às comunidades católicas de uma prática no sentido de uma maior inserção da Igreja na vida da sociedade civil (como é o caso dos círculos operários) com o intuito de, aplicando o princípio da caridade gerar uma relação harmônica entre as classes sociais, evitando assim, a expansão das pregações socialistas ou socializantes.

"Mais tarde, já em 1915, outra importante Pastoral coletiva, a dos bispos das Províncias do Sul, destinada ao clero e ao grande público, traçava, clara e inequivocadamente, sempre baseada no princípio divino, as grandes linhas da ação social da Igreja na primeira metade desse século. Também nela se nota a coincidência de interesses com o poder temporal instituído, ante as idéias socializantes e contestadores do regime vigente. Depois de afirmar que "fora da Santa Igreja Católica Apostólica Romana é impossível alcançar a salvação eterna", ela apresenta a "caridade" como o meio para tratar as injustiças sociais, dentro de postulados éticos em perfeita consonância com os interesses do Estado Liberal. Recomenda aos párocos e curas que ensinem a todos o respeito devido aos poderes constituídos, como depositários que são da autoridade de Deus, pois dele dimana todo poder: inculquem o dever de obediência e submissão aos que governam, como representantes de Deus, tanto na sociedade civil, como na religiosa e domés

tica." (17)

Com isso a Igreja prepara sua entrada na sociedade civil como aparelho ideológico das classes dominantes defendendo o Estado Burguês e as relações de produção exigentes. A obediência e o respeito às instituições são os primados a serem seguidos por todos os cristãos.

"Aconselha ainda que induzam os fiéis a amar o próprio estado e a condição em que nasceram, e a não desprezar a vida modesta e trabalhos em que a providência os colocou, apresentando-lhes como modelo a Sagrada Família de Nazaré, a fim de que cada um aprenda a sofrer cristãmente nesta vida, à espera da felicidade futura. E acrescenta: "Só a disciplina religiosa, interpretada e dirigida pela Igreja, pode normalizar e estreitar as relações mútuas dos superiores e dos súditos, chamando essas duas classes de pessoas ao cumprimento dos deveres recíprocos. Exortamos pois a todos os depositários da autoridade e do poder que sejam constantes e escrupulosos em administrar a justiça; e aos fiéis, nossos filhos, aconselhamos que lhes prestem a devida obediência, cumprindo com as leis legitimamente estabelecidas, e todos conservem e defendam a paz pública, unidos pelos vínculos da caridade." (18)

Neste sentido, são criados os Círculos de Operários Católicos, sendo o Ceará precursor, criando em 1915 esses instrumentos de ação junto aos operários. Desta maneira, esperava controlar e ao mesmo tempo divulgar sua ideologia de complementariedade das classes sociais inculcando nos trabalhadores o respeito à ordem. O objetivo era transformá-los em refratários a qualquer ideologia aos princípios do catolicismo oficial.

Em 1922 é criado no Rio de Janeiro, sob a orientação de D. Leme, o Centro D. Vital, que irá agregar intelectuais católicos no trabalho de discutir, elaborar e divulgar a doutrina do catolicismo entre as elites. O seu objetivo é buscar entre as elites intelectuais, pessoas capa-

(17) MIRANDA, Júlia. O Poder e a Fé. Editora. UFC.

(18) Ibidem.

zes de levar a doutrina cristã aos diversos segmentos da sociedade, ao mesmo tempo em que formava lideranças católicas capazes de influir no estabelecimento de políticas sociais onde os princípios cristãos seriam a base organizadora da sociedade civil.*

Além do Centro D. Vital e sob sua orientação é criada em 1929 a Associação dos Universitários Católicos (AUC). "De acordo com um autor que analisou o meio católico da época, 'pela primeira vez que se viu estudantes brasileiros se agitaram menos por questões políticas que pelas religiosas. Esses universitários tanto mais a mensagem do evangelho, quando eles haviam combatido em suas universidades, sobretudo no direito, por seus professores comunistas.' Uma leitura superficial do texto parece opor o religioso ao político. Analisando com mais cuidado, se descobre um alto interesse político na presença do religioso para concorrer com outras posições ideológicas diferentes. Assim, debaixo de um aparente apoliticismo, se escondia o esforço para fazerem certa política de cunho cristão. É o religioso que é utilizado como ator na arena política, carregando além disso, dentro dele, toda uma série de valores e elementos ideológicos próprios da classe social com a qual estavam mais identificados." (19)

Estava preocupada a Igreja em criar lideranças preparadas para levar um projeto político adiante consolidando a sua posição como instituição dentro da sociedade civil assegurando às classes dominantes os ideólogos necessários ao controle dos segmentos subalternos. A Igreja mostrava-se indispensável, principalmente num país que não tinha grandes pensadores capazes de validarem os princípios liberais burgueses entre as massas. Assim também, vai formar a Legião Eleitoral Católica, em 1932, com a finalidade de concorrer as eleições de 1933 e "despertar os católicos da indiferença em que viviam em face dos problemas políticos, e obter dos partidos e candidatos indiferentes ou he-

(19) SOUZA, Luiz Alberto Gómez. Ob. citada. p. 93.

sitantes, em matéria de orientação social superior (problemas de família, educação, religião), compromissos de votarem com a doutrina social católica, que coincide, felizmente para nós, com a tradição histórica brasileira e com uma das renovações mais modernas do pensamento universal." (20)

Desta forma, a Igreja Católica no Brasil penetra a sociedade civil, de cima para baixo, tornando-se presença necessária ao próprio avanço da burguesia, formando intelectuais a serviço da elite dominante. Todo esse movimento coincide com o crescimento das cidades que se dava no bojo do estabelecimento das forças produtivas burguesas. Com elas, os operários aumentavam substancialmente da mesma forma que a presença dos sindicatos sob orientação dos comunistas e anarquistas.

Era grande a preocupação da Igreja, na medida em que, a partir dos sindicatos e das escolas leigas a presença de idéias socializantes poderiam avançar perigosamente. Aliás, os movimentos grevistas se identificam no final da década de trinta em todas as grandes cidades brasileiras. Tal era a mobilização dos trabalhadores que a oposição oligárquica, resolve buscar apoio entre os operários através do Bloco Operário Camponês.

"Entretanto, ao mesmo tempo que existia uma possibilidade de acordo entre os descontentes com o governo Washington Luiz, a classe operária surgia, em 1928, com uma presença incômoda para as oposições."

Nascia nesse caso, a classe trabalhadora com seu potencial revolucionário assustando a classe dominante, principalmente pelo exemplo histórico da Rússia.

"Sua crescente mobilização - greves, criação de novos sindicatos, a luta pela criação da Confederação Geral do Trabalho, fundada no início de 1929 - estava a indicar, tanto para o governo como para as oposições, um potencial que ia muito além da luta contra as oligarquias e das

(20) LIMA, Amoroso, citado por MIRANDA, Júlia. "O Poder e a Fé." Editora Universidade Federal do Ceará. p. 72.

vagas questões em torno do voto secreto e do combate à corrupção."

A concretização de um programa revolucionário e a miragem do Estado Socialista fazia com que os segmentos dominantes procurassem antecipar a mobilização agregadora dos trabalhadores vinculando a grande massa a um programa nacional de reformas das instituições.

"Por isso mesmo tornou-se uma questão estratégica para todos os setores das classes dominantes - oposições e governo - ganhar a classe operária sem alterar as regras do jogo político - o que significava, fundamentalmente, não permitir que a proposta de revolução do BOC fosse levada às últimas consequências pela classe operária. Em outras palavras, tratava-se de evitar que o confronto transbordasse do genérico combate antioligárquico para uma luta aberta entre o capital e o trabalho." (21)

Desta forma, nada mais natural que a Igreja disputar com os sindicatos anarquistas e partidos de esquerda a hegemonia no seio da classe trabalhadora. Contava o catolicismo com as massas que migravam do interior para as cidades ainda imbuídas de religiosidade. Nesse contexto, parte a própria Igreja para a constituição de sindicatos de trabalhadores, de forma a conter os avanços descritos anteriormente. A Ação Católica (buscava exatamente isso), formando lideranças nos diversos segmentos da sociedade, através da Ação Católica Especializada, intervinha no movimento sindical evitando o crescimento das bases do sindicalismo ligado aos partidos.

"Dia 9 de junho de 1935 foram promulgados os Estatutos Gerais da Ação Católica Brasileira, aprovados antes por Roma, calcados no modelo italiano, com suas organizações fundamentais homens, mulheres, juventude masculina, juventude feminina. Nas duas últimas apareciam com seções a JEC e a JECF, para as escolas secundárias, a JUC e a

(21) TRONCA, Ítalo. A Revolução de 1930, a dominação oculta, Tudo é História. Editora Brasiliense. 1983. p.68.

JUCF para a Universidade, a JAC e a JACF para o campo e a JOC e a JOCF para a juventude trabalhadora. Como disse um autor, foi a primeira semente da especialização para os meios homogêneos. Aliás o artigo 6 dos estatutos dizia: 'Logo que seja possível, a JUC e a JOC passarão a funcionar independentemente da juventude católica brasileira, constituindo assim organização fundamental da ACB. Dia 27 de outubro do mesmo ano, o Papa enviou uma carta aos bispos do Brasil sobre a Ação Católica, onde ele insistia sobre a formação integral de seus membros (religiosa, moral e social), assinalando que a Ação Católica não era uma organização de massas, mas uma elite apostólica que devia trabalhar' como membros de um só corpo e divisões de um mesmo exército. O fim era a 'defesa e a propagação do Reino de Cristo, que é um reino de justiça, de amor e de paz.'" (22)

Desta forma organizada, os cristãos, sob a égide da Ação Católica Especializada, vão para o embate político-ideológico. Neste processo, confrontam-se com duas situações específicas capazes de mudar o perfil de sua atuação. A primeira, diz respeito à própria vida e trabalho dos brasileiros, com salários que não atendem suas capacidades primárias. Afora o fato, de não existir a prestação de serviços de saúde e educação para as camadas mais baixas da sociedade.

Do outro lado, chegam à sociedade civil quando esta já se encontra em processo de organização sedimentado em ideologias que mostram a realidade do capitalismo com seus interesses antagônicos. Ideologias que mesmo vindo de fora eram capazes de mostrar respostas e caminhos que sensibilizavam os trabalhadores. Ao contrário do que era apresentado pela Igreja, este processo modificou os cristãos provenientes dos diversos ramos da Ação Católica possibilitando no seio da mesma, toda uma discussão do lugar da Igreja na sociedade, do lugar do cristão no processo de lutas

(22) SOUZA, Gómez de. p. 95.

de classe, já que não podiam mais esconder a existência de um combate entre os trabalhadores e capital.

Este embate se dá principalmente após o Estado Novo, quando sem as limitações impostas por ele, o Partido Comunista do Brasil consegue ampliar sua área de atuação aumentando também seus quadros. A partir de 1947 o PCB parte ao campo procurando o apoio dos trabalhadores rurais para viabilizar seu projeto de mudança radical da sociedade brasileira. (23)

A Igreja Católica modifica-se e não apenas em função do embate que se dá a partir dos movimentos sociais ou dos segmentos em que atua, mas modifica-se também em relação ao aumento do seu próprio quadro. Na medida em que se insere no contexto da sociedade, absorve pessoas que atuam no seu interior de acordo com sua origem, disputando, inclusive, a direção ideológica das diversas pastorais e conseqüentemente da própria Igreja.

Esta disputa não se dá apenas entre os leigos, mas também entre os próprios padres e demais segmentos hierárquicos. Neste sentido, se renova enquanto hierarquia permitindo ou aceitando as inovações e reformulações ideológicas e práticas advindas da sua inserção na sociedade global. (24) Esse movimento observa as mudanças que ocorrem na sociedade civil. A ampliação das conquistas da classe trabalhadora aumenta a presença dos segmentos subalternos na vida política da sociedade correspondendo a mudança no seio da Igreja.

Esse processo ocorrerá também a nível das dioceses. A prática pastoral de cada célula da Igreja existe em função de movimentos indicados acima. Não se quer dizer que o trabalho de cooperação feito pela Igreja entre os segmentos mais populares não surta efeito. Afinal, a Igreja conta com toda uma estrutura para isso: escolas, paróquias,

(23) TRONCA, Ítalo, Ob. citada.

(24) FOLLMANN, Ob. citada.

BH/UFC

etc. Sua presença é ampla e atuante mas, mesmo assim, se existe a incorporação dos preceitos emanados da hierarquia, há também uma reação.

Claro que essa reação, num primeiro momento, não é suficiente para modificar o perfil ideológico da Igreja, mas na proporção em que outros sujeitos históricos se fazem presentes, a correlação de forças no contexto da sociedade aumenta essa reação se rompendo o ponto de equilíbrio em favor das forças renovadoras. E isso acontece no centro de poder e de elaboração ideológica como também na periferia, nas dioceses e paróquias. Essas mudanças capilares em parte, são responsáveis pela própria mudança no centro e contribuí para a dependência das dioceses. (25)

Cada diocese tem seu território, em cada um delas os embates entre os diversos segmentos sociais em que estão contidos têm sua história, seu momento histórico diferente, seu próprio ritmo.

"Na concepção mais antiga e mais rica, o desenvolvimento desigual dizia respeito aos descompassos e tempos desiguais que separavam e contrapunham o desenvolvimento econômico e o desenvolvimento social. Nessa perspectiva, os tempos desiguais envolvidos no processo social não estavam separados em espaços diferentes, o que, feito pela mentalidade economicista, destruiu a problemática da desigualdade do desenvolvimento no mundo capitalista, substituindo-a pela concepção de desenvolvimento igual." (26) A compreensão desta realidade é que faz a Igreja atuar de forma diferente em cada contexto.

Do centro emanam diretrizes que são adaptáveis às pessoas e aos contextos sociais em que se inserem. A própria mensagem fundadora é um elemento capaz de, por sua generalidade, dá conta das realidades com as quais se con-

(25) MADURO, Otto. Religião e Luta de Classes. Vozes. 1983. p. 99.

(26) MARTINS, José de Souza. "Os Novos Sujeitos das Lutas Sociais, dos Direitos e da Política no Brasil." in a Militarização da Questão Agrária no Brasil. Vozes. 1984. p. 76.

fronta. Desta forma, aonde a Ação Católica não chegou, por que preparada para ambientes mais urbanos e conflituosos, as dioceses aparelharam-se numa atuação ou prática pastoral adequada aos princípios dela emanados com o contexto de sua atuação. Poderíamos dizer, que várias dioceses conseguiram inserção na sociedade satisfatórias o suficiente para evitar a presença de movimentos socializantes. Esse é o exemplo de Natal e do Crato.

1.4. Dom Eugênio Sales e a Inserção da Igreja no Meio Rural Nordestino

A grande preocupação da Igreja Católica passa a ser os camponeses, no seu entendimento, ainda não contaminados por ideologias esquerdizantes. Acreditava que fortalecendo doutrinariamente o homem do campo, este ao migrar, seria resistente às novas ideologias. Mas não era apenas este aspecto que faria a Igreja voltar-se para o interior, há uma questão muito maior que é a expansão dos sindicatos e associações sob a orientação comunista.

Estes, a partir de 1946, seguindo a orientação de que para acontecer uma revolução no Brasil havia a necessidade da associação do operário com o camponês, procuram o campo. Organizam os trabalhadores rurais, criam sindicatos e associações de lavradores, principalmente no Nordeste onde as condições de vida do campesinato eram piores que das demais regiões.

"Desta maneira a Igreja entrou na questão agrária, através da pastoral de D. Inocêncio, por uma porta extremamente reacionária. Aquela pastoral nasceu numa reunião de fazendeiros, padres e professores rurais. A preocupação era com a agitação que estava chegando ao campo, com a possibilidade de a Igreja perder os camponeses, como tinha perdido os operários. A questão era desproletarizar o operário dos campos, evitar o êxodo que levava os trabalhadores para a cidade e os tornavam vulneráveis à agitação e

ao aliciamento dos comunistas, como assinalariam outros documentos produzidos por outros membros do episcopado." (27)

Mas no Rio Grande do Norte, a preocupação com o campo é anterior a década de cinquenta. Verificam os padres daquela arquidiocese que uma parcela significativa das pessoas que residem na periferia de Natal são oriundas do campo. Migraram em função das péssimas condições de trabalho e do processo de modernização que expulsava o trabalhador. Desta forma, é criado o serviço de assistência rural "no final da década de 40, por iniciativa de Dom Eugênio Salles, contando com a participação da Juventude Masculina Católica e de alguns alunos da Escola de Serviço Social, propondo-se a 'coordenar e executar a ação sócio-educativa da Igreja no meio rural'. O SAR nasceu após reuniões de alguns sacerdotes preocupados com os problemas do Estado. Para isto, organizou-se uma pequena equipe composta de sacerdotes, militantes da Ação Católica, assistentes eclesiais e leigos de bom nível intelectual. Para melhor conhecimento da realidade rural, realiza-se uma pesquisa em várias áreas do Rio Grande do Norte, um movimento de massa com a presença de autoridades civis e religiosas, como tentativa de chamar a atenção para o problema. Organizou-se uma entidade, o Serviço de Assistência Rural - SAR." (28)

O trabalho que se inicia, tem como base a própria estrutura da Igreja Católica no interior. Utilizam as paróquias e os padres que tinham acesso às comunidades, facilitando a sua penetração. Não devemos esquecer que as populações rurais, mais do que as populações urbanas do interior têm contato com o mundo via religião. Para eles, que dependem tanto dos fenômenos naturais, como chuvas, sol, etc., é importante a figura do mediador entre o sagrado e o temporal. Desta forma, os padres, como nos lugares mais distantes, os rezadores, têm uma posição de suma importância.

(27) MARTINS. Os Camponeses e a Política no Brasil. Vozes. 1981. p. 88.

(28) CRUZ. p. 56.

A Igreja que já realiza um trabalho na mediação com o divino, procura desenvolver outras atividades no campo prestando assistência médico-odontológica e educativa que eram as principais carências dessas populações. "Inicialmente, o trabalho do SAR se concretiza através de uma 'Volante de Saúde', formada por um médico e um dentista, que levavam medicamentos de primeiros socorros e material cirúrgico, depois substituída pela 'Missão Rural Ambulante', que dava assistência médica, educacional e agropecuária, e, por fim, pela 'Missão Rural de Educação para o Agreste'. Essa atuação tinha como núcleo primeiro de sustentação de sua programação, as Paróquias." (29)

A Igreja ampliava sua presença entre as camadas mais pobres da população, principalmente entre os trabalhadores rurais, tornando-se um elemento de fundamental importância para o Estado burguês na manutenção da ordem estabelecida. Encontrará ela seu lugar dentro de uma sociedade capitalista liberal como intelectual orgânica, não mais como dizia Gramsci, como intelectual tradicional. (30) A reprodução da ordem burguesa muito devia, na medida em que transformara em criadora e divulgadora das ideologias burguesas.

O objetivo apregoado pela Igreja, e a do Rio Grande do Norte com especialidade, era o de combater o comunismo, mas neste combate via como única saída a renovação do capitalismo, principalmente a nível do interior nordestino, onde os grandes proprietários em sua forma de exploração do trabalhador, em consequência do seu peso político, era

(29) CRUZ. p. 57.

(30) Se tomarmos a Igreja na perspectiva de que é perpassada pelos conflitos inerentes a sociedade civil poderemos dizer que nela encontra-se intelectuais tradicionais "cristalizados", tradicionais já que servem a burguesia e orgânicos, no ponto de vista do proletariado. Exemplo disso são os teólogos da libertação que através de sua releitura dos textos bíblicos o conformam a luta dos trabalhadores. Verificar nota de Portelli, ob. citada, p. 96, nota 3.

extrema. Viviam essa população em grandes áreas não cultivadas de forma racional, em péssimas condições de trabalho. Desta maneira, esse proprietário era também combatido, tinha que se dar ao homem do campo melhores condições de trabalho e esta era a única forma que se via para evitar a propagação das idéias socializantes. Modernizar o campo para não perder o controle sobre as massas camponesas.

Diante do poder político dos proprietários de terra, apenas a organização dos trabalhadores poderia fazer valer as mudanças necessárias como a Reforma Agrária, que aparecia como base de transformação da realidade. Tendo as terras e como explorá-las, esse pequeno proprietário seria uma barreira à expansão do comunismo. Dentro desse contexto, cria D. Eugênio Salles a primeira rádio católica que era a Emissora de Educação Rural, em 10 de agosto de 1958, como um instrumento de comunicação e de educação em que a palavra da Igreja vai com maior constância chegar aos camponeses. Sua primeira aula ocorre no dia 20 de setembro do mesmo ano.

Esse acontecimento se constitui em um dos marcos do chamado Movimento de Natal. As linhas de ação do Movimento estão fundamentadas na educação de base através do rádio, como ponto de apoio para a formação sanitária, econômica, política e social das populações rurais.(...) "Pelo fato de a população do meio rural viver de certa forma, isolada, a chegada da rádio, como meio de comunicação, já se constitui num ponto de atração e motivação. Além disso, as mensagens que o rádio passa a transmitir, tanto em termos do ler e do contar, como orientação mais ampla sobre o cotidiano, também é motivo de interesse. Por outro lado, o alcance do ponto de vista geográfico, que esse meio de difusão proporciona, possibilita a ampliação rápida do Movimento." (31)

A partir daí, fica mais fácil constituírem sindicatos que possam concorrer com os sindicatos criados a par-

(31) CRUZ. Obra citada, p. 58.

tir do PCB. É este o prosseguimento da atuação de D. Eugênio Salles que para isso, treina lideranças pinçadas das comunidades rurais formando os futuros diretores. Esse processo permite segurança com relação a linha a ser assumida em cada sindicato evitando surpresas de líderes surgidos a partir das lutas e das bases.

O aparelhamento desses líderes no tratamento da burocracia necessária ao pleno funcionamento dos sindicatos é um empecilho aos demais trabalhadores. Saber para controlar. A grande maioria ficava assustada com a estrutura dos sindicatos, ao mesmo tempo em que para eles, era uma novidade aquele instrumento de luta. O líder tinha outra vantagem que os distanciava e ao mesmo tempo o colocava como elemento de admiração por parte dos demais, sabia falar e estava informado sobre as condições de vida e de luta dos trabalhadores rurais.

"Isto que o SAR vem fazendo chama-se motivação. O SAR não fez, nem mandou fazer sindicatos. Apenas ensina, orienta e em certos pontos ajuda. Daqui a alguns anos, o trabalhador rural do Rio Grande do Norte estará consciente da necessidade de se organizar e saberá movimentar seus sindicatos, sem precisar de qualquer ensinamento. Então, a orientação do SAR será dispensada." (32)

Os objetivos são claros: ensinar aos trabalhadores rurais o funcionamento da estrutura sindical para que ele não necessite de ajuda de outras pessoas. No caso, dos comunistas. É interessante a linguagem da Igreja, sua ajuda é possível, é desinteressada, não estaria no movimento em função de um projeto estranho à própria classe dos trabalhadores rurais, mas sim, em função dele próprio ensinando-o a pescar para que a partir daí ele possa levar seu próprio projeto.

Cruz diz que os objetivos declarados do SAR são os seguintes: "1º - ensinar e ajudar o trabalhador rural os direitos que ele tem, como pessoa e como operário. 2º -

trabalhar pela aplicação das Leis que tragam benefícios para a vida e para o trabalhador rural, e pelas mudanças das leis que não se apliquem a época atual, na vida do campo. 3ª - trabalhar pela reforma agrária." (33)

Dois pontos são fundamentais nestes objetivos: o primeiro deles diz respeito ao reconhecimento das leis existentes. Existem leis, apenas não são aplicadas, mas no momento de sua aplicação, parte da vida do trabalhador se modificará. No segundo ponto, existe uma necessidade de novas leis que ampliem os direitos dos trabalhadores, dentro da institucionalidade, é claro. Reconhecem que a ordem a satisfaz, apenas existem algumas irregularidades que podem ser consertadas sem que para isso, se modifique a sociedade da forma radical como pretendem os comunistas.

Na medida em que projetam como objetivo a Reforma Agrária, eles não se colocam contra a ordem estabelecida, mas contra os latifundiários do Nordeste que, com sua forma de exploração do trabalho e da terra põem em risco o Estado burguês. Por outro lado, como João Goulart (34), pretendem com a multiplicação das pequenas propriedades, aumentar as dificuldades de estabelecimento do socialismo no Brasil. São muitos proprietários a serem vencidos e na forma como é apresentada a Reforma Agrária aparece como a única saída para a situação de miséria que vive os trabalhadores do campo.

Seria capaz alguém que lutou pela propriedade durante tanto tempo querer perdê-la? É dentro dessa perspectiva que se coloca o trabalho da Igreja. No meu entendimento, D. Eugênio Salles não apenas se deu conta das possibilidades da Igreja na defesa da ordem, e da ordem a partir dos próprios trabalhadores que lançou a semente do SAR e do sindicalismo rural em todo o Nordeste através de congressos, encontros e cursos para treinamento de pessoas ligadas às demais dioceses da região.

(33) Ibidem.

(34) TOLEDO, Caio Nawarro de. O Governo Goulart e o Golpe de 64. Brasiliense. 1983. p. 54.

2. A DIOCESE DO CRATO E SUA PRESENÇA NA REGIÃO DO CARIRI

2.1. A Criação da Diocese do Crato

A Diocese do Crato foi criada em 20 de outubro de 1914, durante o papado de Bento XV, quando era bispo de Fortaleza D. Manoel da Silva Gomes. O objetivo da criação do bispado de Crato, juntamente com o de Sobral, foi de facilitar a presença da Igreja nos dois pólos mais desenvolvidos do estado facilitando o trabalho que era realizado no Ceará a partir de seu primeiro bispo. (1)

Principalmente no Cariri, em função da presença do Pe. Cícero Romão Batista, era necessário manter a ortodoxia do catolicismo, evitando a possibilidade de cisma, mantendo o controle das manifestações religiosas populares que no Nordeste posicionavam-se contra a hierarquia. (2) Ao mesmo tempo que se contrapunha à concepções popularizantes, o Catolicismo, através do bispado, levantava a bandeira contra os aspectos liberalizantes que poderiam advir de uma sociedade em processo de urbanização.

D. Quintino, primeiro bispo de Crato, vinculava-se às determinações da arquidiocese, criando e incentivando (3) as congregações vicentinas e os círculos operá-

(1) O primeiro bispo do Ceará foi D. Luís Antônio dos Santos. Preocupou-se principalmente com a Romanização do Catolicismo brasileiro, neste sentido criou os seminários da Prainha e o do Crato de forma a ter um clero que observasse as determinações papais. PARENTE, José Anauê. Os Camisas Verdes no Poder. Editora da U.F.C. p. 66 (nota primeira)

(2) A oposição a hierarquia se fazia principalmente à medida em que restringiam-se o trabalho dos leigos rezadores do interior. Neste sentido falará Maria Isaura Pereira de Queiroz no seu livro O Messianismo no Brasil e no Mundo. Editora Alfa-ômega, 2ª edição.

(3) "Insistimos na caracterização da Igreja Católica na

rios. Situava-se no contexto de uma maior presença da Igreja na sociedade, de forma a dar-lhe uma postura conservadora da ordem dentro dos princípios emanados da Rerum Novarum. Combatia-se no Cariri, duas tendências, ambas perigosas à nova ordem: A primeira, de uma igreja celular, voltada para a própria comunidade existencial do homem do campo, mágica, na qual e sobre a qual a hierarquia não mantinha nenhum controle, até mesmo porque se colocava contra ela; e a segunda, proveniente das ideologias liberalizantes e socializantes que permeavam o processo de urbanização e desenvolvimento industrial.

A ação pastoral de D. Quintino se fez também através da Legião Cearense do Trabalho - LCT (4): braço da Igreja Católica entre os trabalhadores que, apesar de ter vida própria, expandia-se através das dioceses e dos padres. Sua prática era conservadora e no Crato, tinha como presidente o Sr. Francisco Inácio Ramos da estrada de ferro. Esse trabalho junto à sociedade civil promovido pela Igreja desde a criação da Diocese do Crato, foi precursor da futura ação da Igreja no Cariri.

Poderíamos traçar paralelo com os acontecimentos posteriores às três primeiras décadas deste século, tornando-se importantes para a implantação da ordem burguesa, com o processo de industrialização permitido pelas guerras. Sabemos que, como a partir do final do século XIX, uma nova divisão internacional de trabalho se estabe

sociedade cearense por acreditarmos no seu papel enquanto organizadora da sociedade civil local, evidenciando-se como a mais preparada para ocupar os espaços vazios deixados pela crise hegemônica pós-outubro de 1930. Enquanto as lideranças oligárquicas foram colocadas no ostracismo político, a partir da revolução de trinta, a liderança de D. Manuel da Silva Gomes era consolidada com um trabalho profícuo já desde 1912. Vale salientar a atuação de outras lideranças religiosas, tais como D. Quintino Rodrigues de Oliveira, bispo de Crato(...). Parente, obra citada, p. 114.

- (4) Neste sentido existia no Crato o Jornal Gazeta do Cariri que contou com o apoio do bispo e de padres em defesa das propostas da Igreja Católica para a sociedade brasileira. Gazeta do Cariri.

leceu mudando o perfil do Brasil no contexto da economia internacional. Se antes, éramos apenas produtores de matérias primas para a indústria européia, a partir daí instituiu-se o processo de industrialização com a presença da indústria manufatureira, principalmente a têxtil. (5)

Acentuou-se o processo de industrialização brasileira durante a primeira guerra mundial, (6) resultando no crescimento urbano, na proletarização de segmentos rurais atraídas para as cidades em função dos salários e da própria modernização em curso na agricultura brasileira. É este um período de intensa mobilização e agitação, na medida em que os próprios assalariados urbanos reivindicam melhorias salariais e de trabalho assentadas no nascente movimento sindical.

Segundo Tronca, (7) este processo é responsável pela aliança das elites que conduz à revolução de trinta e ao Estado Novo. A importância da Igreja não poderia deixar de chamar a atenção das classes dominantes. O papel a ser exercido pela Igreja, era importante, já que nem o Estado, nem as elites dispunham de elementos capazes de justificar seu projeto de dominação sobre os setores assalariados da sociedade.

Neste contexto, a Arquidiocese do Ceará procura criar novas dioceses, no interior do Estado, de forma a caracterizar seu papel social, influenciando nas camadas menos favorecidas e com isso, credenciando-se junto às elites dominantes : em ascensão. A diocese de Crato cumprirá sua função criando a nível local sua estrutura. Desta for

(5) PRADO JÚNIOR, Caio. "História Econômica do Brasil. Editora Brasiliense. 28ª edição. 1983. p. 220.

(6) Idem. p. 261.

(7) TRONCA, Ítalo. "A Revolução de 1930, a Dominação Oculta." Col. Tudo é História. Editora Brasiliense. 2ª edição. 1983. p. 14.

primitivo, mas de uma ótica voltada para o trabalho racional, disciplinado da nova ordem, ou de ordem burguesa. (11)

A Igreja funcionava como um freio à intensificação das lutas entre as classes burguesas e o proletariado nascente, procurando enquadrá-lo a partir de sua própria origem camponesa. Através da LEC reforçam a presença das idéias conservadoras, ou mesmo liberalizantes, já que a ameaça comunista era mais assustadora, nas câmaras estadual e federal. (12) Pode-se comprovar, ao observarmos durante o Estado Novo, um recolhimento tanto das elites como da Igreja tendo em vista o papel que passou a ser exercido pelo próprio estado criando os mecanismos de controle da sociedade que lhe faltava no período anterior. (13)

Após o Estado Novo, vamos presenciar momento de intensificação das lutas quando, redemocratizada a sociedade, o Partido Comunista Brasileiro é legalizado. Não podemos esquecer que a própria sociedade civil, principalmente os trabalhadores urbanos em muito maior número que anteriormente, passavam a atuar de forma organizada, lutando por um estado democrático. O aumento da industrialização dos segmentos médios, trabalhadores da indústria e funcionários públicos, é responsável pelas pressões que ocorreram nos anos da ditadura provocando a distensão.

É claro que as reformas implantadas por Getúlio Vargas, buscando a ampliação da sua base de sustentação, foi, em parte, responsável por uma organização à direita, que pleiteava um maior controle sobre os trabalhadores, assegurando lucros maiores. Diante destas questões, ver-se a derrocada do Estado Novo e a redemocratização da sociedade onde os diversos segmentos organizados, como é o caso prin

(11) HOORNAERT, Eduardo. Ob. citada p. 26.

(12) MIRANDA, Júlia. O Poder e a Fé: Discurso e Prática Católicos. Ed. UFC. 1987. p. 94

(13) Exemplo disso são o atrelamento dos sindicatos ao Estado a partir da CLT, criação do Ministério do Trabalho e a Lei que regulamenta o ensino público, etc.

principalmente dos partidos políticos, vão através dos seus projetos disputar os votos. Nesta situação, o debate que se abre, permite inclusive, ao Partido Comunista, a ampliação de suas bases.

Esse momento de democracia permitiu um aumento dos quadros desse partido de esquerda ao mesmo tempo que o projetou em direção ao campo. Segundo alguns analistas, como é o caso de Martins (14), esta mobilização e crescimento do PCB faz com que novamente seja lançado na clandestinidade. Os setores dominantes, diante acirramento entre as classes, passam a preocupar-se, impondo restrições e, ao mesmo tempo, indo disputar como podem, com as esquerdas, e apoiam às suas propostas conservadoras.

Novamente a Igreja aparece como aliada. Preocupava-se com a presença dos comunistas não apenas nos centros urbanos mas, principalmente na área rural. Nos centros urbanos, não tinha como evitar o processo de organização dos trabalhadores, na medida em que se dava a exploração na indústria levando o trabalhador a defender-se através de seus sindicatos, em grande parte, tendo à frente líderes comunistas.

Quanto ao campo, diante das propostas do PCB de incorporação dos setores camponeses no apoio das lutas levadas a efeito por este partido, a ação era mais preventiva. Utilizando-se da legislação trabalhista, procuravam a modernização das relações de produção, de modo que amenizassem as privações existentes. A dominação coronelista deveria ser superada para evitar explosões sociais. (15) Ao mesmo tempo, criaram barreiras à propaganda de esquerda formando lideranças fortes, capazes de conduzir as lutas sem maiores traumas.

O trabalho de D. Eugênio Salles é um demonstrati-

(14) MARTINS, José de Sousa. "Os camponeses e a Política no Brasil. Ed. Vozes. 1981.

(15) Idem. p.

do tipo de estratégia utilizada pela Igreja. O trabalho do Bispo do Rio Grande do Norte inicia-se pelo campo, por verificar que grande parte da população, em finais da década de quarenta e início da década de cinquenta, chegava à Natal proveniente do campo. As informações que compunham seu universo eram filtradas pelas elites interioranas e pela própria Igreja, ao contrário dos centros urbanos. (16)

No Ceará, como nos demais estados brasileiros a presença do PCB e da Igreja era intensa. Foram criadas neste período várias associações de lavradores, tendo à frente a ULTAB (17), o que preocupou a Igreja, principalmente a diocese do Crato, já que esta região caririense era um dos centros almejados pela União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil. Ao lado disso, não podemos esquecer as Ligas Camponesas que se multiplicavam na década de cinquenta e o Cariri era uma área limítrofe com os Estados de Pernambuco e da Paraíba.

2.2. A Reestruturação da Casa de Caridade do Crato

A Casa de Caridade do Crato foi criada pelo Padre Mestre Ibiapina, como já me referi anteriormente. O objetivo da criação das casas de caridade pelo Pe. Ibiapina era de educar as moças solteiras da zona rural, principalmente as órfãs para o trabalho religioso. Esperava com isso, multiplicar sua ação pastoral de influir no contexto das comunidades rurais, de forma a modificar o perfil das mesmas.

(16) CRUZ, Dalcy. Sindicalismo Rural, Igreja e Partidos no Rio Grande do Norte em 1960, in Rural Urbano: Movimentos Sociais: para além da Dicotomia Rural-Urbano. 1985. p. 63.

(17) "Depois da Fundação da ULTAB nós aqui do Ceará começamos a formar associações com o Estatuto da ULTAB(...)" OCHOA, Maria Glória Wormald. "As Origens do Movimento Sindical de Trabalhadores Rurais no Ceará: 1954-1964." Mimeografado. NUDOC, 1984.

Segundo Hoornaert (18) "com as mudanças que se operavam na sociedade brasileira na segunda metade do século XIX, era urgente pensar na libertação da mulher e na sua preparação para a nova tarefa na família livre: eis a função dos recolhimentos, Orfanatos (quase todos de moças) e Casas de Caridade, conforme se observa nos documentos da época. Tratava-se da educação de moças pobres, para que elas pudessem contrair um bom casamento e constituir um lar independente. A família dos pobres, desorganizadas pelos portugueses imigrantes, precisava encontrar novo equilíbrio, e para tal finalidade a formação da moça pobre se tornou uma necessidade."

A preocupação das Casas de Caridade era com a formação de moças capazes de constituir famílias bem estruturadas que evitassem a desagregação das comunidades. Mas a preocupação de Ibiapina vai além, não se poderia ter famílias organizadas sem que as comunidades oferecessem as condições mínimas de infra-estrutura que permitissem a realização de um trabalho mais produtivo, e conseqüentemente mais lucrativo. Para isso, utiliza as Casas de Caridade ensinando às jovens, trabalhos artesanais que permitissem, quando casadas, ajudar aos seus maridos com uma renda suplementar.

"Como Ibiapina tinha contato com as verdadeiras necessidades do povo, prontamente organizou o importante sistema de Casas de Caridade, nas quais ele não hesita em enfrentar alguns tabus da sociedade patriarcal. Na Casa de Caridade não há nem escrava nem empregada: as moças enfrentam qualquer trabalho manual. Além disso, elas se aperfeiçoam nos trabalhos domésticos ou até artesanais nas cerâmicas, na costura, na fiação: elas são formadas para ensinar, em particular ou mesmo nas escolas públicas." (19)

(18) HOORNAERT, Eduardo. Ob. citada, p. 27.

(19) "(...) O nível geral da moralidade entre os habitantes do Crato é muito baixo; o jogo absorve a maior parte do dia, e quando faz bom tempo podem ver-se grupos de todas as classes, desde a chamada Gente Grande até a mais infima, sentados nas calçadas do lado da sombra das ruas, profundamente entregues ao jogo..."

Neste aspecto foi o Mestre Ibiapina inovador, preocupava-se com a família, com a situação financeira das me^{as} e com a elevação cultural sem a qual teríamos um povo cioso de suas responsabilidades e de seus direitos.

"O trabalho do Padre Ibiapina é o trabalho de um homem que pensou, antes de tudo, na promoção do homem. O Padre Ibiapina deixou vestígios no plano social e econômico, criando as Casas de Caridade no interior nordestino, educando o povo para a disciplina do trabalho regular, exigida pela sociedade moderna." (20)

Poderíamos dizer como Hoornaert que, a ação de Ibiapina voltava-se para a forma como a sociedade brasileira se estruturava à época. O capitalismo em processo, principalmente as indústrias, necessitava de um trabalho racionalizado e disciplinado, um trabalho que permitisse ao capital sua reprodução ampliada. Simultaneamente, ao promover o trabalho junto às comunidades interioranas valorizava uma atividade que, numa cidade escravista como a brasileira de então, era visto com preconceito, tanto pelos brancos como pelos negros e mulatos libertos.

Palas características apresentadas por Ibiapina, acredito que era verdadeira a segunda impressão. A sua pretensão era suavizar a vida dos homens e mulheres do campo, de forma que podessem viver com dignidade. O que poderia confirmar essa impressão era a realidade cotidiana das fábricas que submetia homens, mulheres e os jovens, a um ritmo de trabalho asfixiante. Não podemos esquecer que trabalhar doze horas era normal, como era normal não ter descanso nos feriados e isso provocava, além dos salários aviltados, a desagregação da família e a marginalidade.

Sua preocupação portanto, não poderia ser outra senão devolver ao trabalho a dignidade que o próprio cris-

Mesmo na classe alta raro é o marido que vive em companhia da esposa.(...) GARDNER in FIGUEIREDO FILHO, José de. História do Cariri. Vol. IV. Faculdade de Filosofia do Crato. 1968.

(20) HOORNAERT. Idem p. 26.

tianismo lhe dará porque, através do trabalho, o homem não apenas promove sua sobrevivência como também o disciplina-va e evitava a realização de más ações tão comuns aos que são ociosos. Depreende-se do texto de Hoornaert que o objetivo do trabalho promovido nas comunidades por Ibiapina era um trabalho voltado para às necessidades do grupo so-cial, construindo obras de infra-estrutura de modo a permitir a união de todos e a promoção de cada um, no conjunto.

Seu projeto contrariava o promovido pela Igreja associada às classes dirigentes. O sentido de comunidade apresentado por Ibiapina era o da união e comunhão, Através do trabalho realizado de forma coletiva e da mesma ma-neira apropriado. Não tinha interesse na reprodução do ca-pital nem se propunha a respaldar a complementariedade das classes. Para ele as diferenças não deveriam existir, eram todos irmãos em Cristo. Poderíamos até extrapolar um pouco assemelhando seu trabalho ao do Beato José Lourenço na co-munidade de Caldeirão. (21)

A Casa de Caridade do Crato, após sua fundação por Padre Mestre Ibiapina, passa aos cuidados, em primeiro lugar, do pároco da cidade, sendo depois controlada pelo bispado local. Daí até 1956 era muito mais um local de pre-paração de moças pobres para o exercício da catequese do que propriamente uma ação igual a do seu fundador. Não ha-vendo a preocupação da criação ou organização de comunida-des futuras, mas de utilizá-la para uma ação pastoral vol-tada principalmente para o campo, com o intuito de levar a mensagem conservadora da Igreja, evitando que antagonismos se formassem a partir do próprio processo de exploração a que estava submetido o homem do campo.

(21) O Beato José Lourenço foi responsável pela comunidade de Caldeirão onde o trabalho era o fundamento da vida religiosa entre seus moradores. Ele era realizado coletivamente e seu resultado era distribuído igualmente com todos. V. FIGUEIREDO, José Alvas, "O Beato José Lourenço," Artigo publicado no Jornal O Povo, edição de 07 de junho de 1934.

"Em 1956 a Casa de Caridade do Crato urgia por cuidados que garantissem a sobrevivência de seus serviços. Detentora de um imóvel de mais de cem mil metros quadrados, no Sítio Pimenta, onde já havia sido construído em 1946 o Patronato Padre Ibiapina, a Casa de Caridade necessitava de atualização de suas estruturas no tempo e no espaço. Essa atualização foi efetuada no decorrer de 1956 pelo bispo diocesano D. Francisco de Assis Pires auxiliar D. Vicente de Paulo Araújo Matos.* A direção interna da Casa de Caridade foi, a partir desse ano, confiada às religiosas Filhas de Santa Teresa de Jesus."

"Com a chegada das Filhas de Santa Teresa e a presença de uma assistente social entre as religiosas, a Madre Monteiro, surgiu o Serviço Social Diocesano em 1957. O trabalho era baseado no voluntariado, liderado por um grupo de senhoras denominadas Pioneiras Sociais." (22)

Já era presente a preocupação da Igreja com o processo de organização dos trabalhadores do campo através do Partido Comunista e das Ligas Camponesas. D. Eugênio Salles à frente da Diocese de Natal, havia estruturado sua prática pastoral no campo para disputar com os segmentos a esquerda, a direção do processo de organização dos camponeses. De lá, saía as orientações para todo o Nordeste constituindo a partir das dioceses do interior uma estrutura de atendimento ao rural.

Se tomarmos a estrutura criada pela arquidiocese de Natal, verificaremos que a forma como se deu a reestruturação da Casa de Caridade procura assemelhar-se àquela. Primeiro, com o Serviço Social Diocesano, depois com a Organização Diocesana de Escolas Profissionais, o Ginásio e Es

*D. Vicente de Araújo Matos assumiu o bispado em Crato no ano de 1957. Sua preocupação como veremos é estender a ação pastoral da Diocese.

(22) Fundação Pe. Ibiapina: Tentativa de Sistematização da Ação Social para a Promoção Humana. CENDEP. 1980. p. 6.

cola Normal Madre Ana Couto, em 1958. Em 1959, "numa tentativa de sistematizar a Educação de Adultos na Região do Cariri, iniciou o trabalho de educação de base através de um sistema radiofônico mediante rádios cativos, abrangendo a área diocesana com uma rede de Escolas Radiofônicas, atingindo um total de 900 escolas em 1960." (23)

Além dos trabalhos acima enumerados, que permitia a diocese do Crato uma maior penetração entre as camadas mais pobres, principalmente os trabalhadores rurais, em 1961 começa com a sindicalização rural. Nesta se torna mais claro seus objetivos de organização dos trabalhadores evitando a penetração das idéias esquerdizantes. Havia na época uma determinação legal que impedia a criação de mais de um sindicato por categoria na mesma base territorial. (24) Criando os sindicatos sob orientação católica, a diocese evitava o surgimento de sindicatos ou associações ligadas ao PCB. Aliás, era objetivo do PC penetrar na região caririense onde o número de trabalhadores assalariados era maior.

Para sanar as dificuldades com a estrutura diretiva dos sindicatos foi criada neste mesmo ano, a Escola de Líderes Rurais - ELIRUR. "Coube então ao Pe. Lurildo Linhares a estruturação e coordenação da entidade, que implantou o sindicalismo rural no Cariri em bases sólidas.

"Em primeiro de janeiro de 1962, o fruto do trabalho da ELIRUR já era notável, manifestando-se pela decisão da classe trabalhadora rural em organizar-se em Sindicatos nos Municípios de Barbalha, Brejo Santo, Crato, Juazeiro do Norte e Várzea Alegre, todos com base territorial intermunicipal, abrangendo toda a extensão da diocese do Crato." (25) Desta forma, acreditava está livre das possíveis investidas dos comunistas.

A Escola de Líderes Rurais permitia que a formação dos líderes fosse acentada em princípios emanados da pró

(23) Ibidem.

(24) Ochoa. Obra citada.

(25) CENDEP. Obra citada. p. 7.

pria Igreja, como ocorria no Rio Grande do Norte. Em primeiro lugar, observava-se nas comunidades as pessoas que exerciam qualquer tipo de liderança, sendo as mesmas convocadas para os cursos sobre direção e sindicalismo promovidos por pessoas da confiança do bispado. Aliás, a equipe era composta por jovens e pessoas que já exerciam trabalho junto à Igreja ou que estavam vinculadas aos diversos setores de atuação dela. Eram pessoas confiáveis que nunca extrapolariam os princípios cristãos predominantes naquele momento.

As lideranças sindicais eram treinadas passando a exercer sobre a sua comunidade um trabalho voltado para a organização, tendo por base os princípios emendados a partir das discussões realizadas anteriormente. Seu trabalho na comunidade era de pregação sobre as condições de vida e trabalho do homem do campo, sem com isso extrapolar os limites da ordem capitalista. Reformar as relações de produção, atenuar o processo de exploração a que estava submetido, lutar pela terra, mas sem que isto fosse orientado no sentido da revolução social.

Segundo Teresa Siebra, uma das animadoras do trabalho junto aos camponeses, a preocupação do momento era trazer ao campo a legislação trabalhista que amenizasse o sofrimento do homem do campo. A própria reforma agrária proposta, era no sentido de permitir a este homem as condições de suprir suas necessidades, porém, sem contrapô-lo ao modo de produção capitalista. A própria sobrevivência do capitalismo dependia, na visão da diocese, das reformas que promovesse na área rural.

Ampliando sua atuação, o bispo diocesano sentiu a necessidade de reestruturar a Casa de Caridade do Crato dando origem a Fundação Pe. Ibiapina. "Em 1964, objetivando uma ação conjunta dos trabalhos de assistência social dos órgãos atuantes na região do Cariri, foi criada a Coordenação de Órgãos Regionais Dedicados à Assistência-CORDA. Essa entidade teve vida efêmera. Funcionou muito bem durante pouco tempo, desaparecendo em 1966, depois da reestrutu

ração da Casa de Caridade do Crato em 1965, em Fundação Pe. Ibiapina. A reestruturação foi realizada ao longo do ano de 1965, ultimando-se em 1966 com Decreto Federal Nº 59.105/66, reconhecendo a Fundação Pe. Ibiapina como entidade filantrópica, de utilidade pública." (26)

2.3. Objetivos da Fundação Padre Ibiapina e sua Prática Política Educacional

O processo de reorganização do trabalho pastoral em Crato e em toda a área de atuação da diocese local acontece num momento conjuntural bastante significativo. É o momento em que ocorre o golpe militar de 1964. Neste ponto poderemos verificar por parte da Igreja a nível nacional que há, principalmente na hierarquia, apoio aos militares e setores mais conservadores da sociedade civil responsáveis pelo golpe de 64.

Segundo Fallmann existe um processo que, num primeiro momento indica o apoio da Igreja instituição aos militares depois transformando em reação e defesa de segmento da sociedade que sofrem com a repressão. Principalmente quando os próprios quadros da Igreja Católica passam a sofrer com o regime ditatorial instituído. Claro que, quando nos referimos ao apoio dado pela Igreja devemos nos reportar as observações feitas no capítulo primeiro desse trabalho que demonstra posições diferentes entre aqueles que compõem a hierarquia.

"A instauração do regime sob o pacto de dominação autoritário e suas seqüelas foi certamente um novo fator que começou a se combinar fecundamente com outros para aprofundar, em setores da Igreja, a mudança já em curso, na direção de um posicionamento mais transformador. Dentro deste fator é necessário destacar a importância, por um lado, de situação sempre mais extrema de exploração e opres-

(26) Idem. p. 8.

são vivida pela maioria das classes dominadas e alguns setores intermediários (forçados inclusive a apelar para o espaço institucional da Igreja) e, por outro lado, das constantes demonstrações secularizantes da parte de donos do poder às vezes cinicamente agressivos a princípios defendidos pelo cristianismo. Os primeiros anos sob o regime autoritário pós 1964, foram, para diversos setores da Igreja, um tempo de silêncio, expectativa, perseguição e, sobretudo, construção na base. Esse trabalho silencioso na base desenvolvido em diversas Dioceses, por um lado e, por outro lado, o trabalho de planejamento e organização da Igreja em novos moldes. (27)

O envolvimento de padres e bispos no processo de luta dos trabalhadores como também a própria origem social desses padres implicava posturas diferenciadas. Comportamentos que são radicalizados após o golpe, na medida em que a repressão caía sobre as lideranças dos trabalhadores organizados e sobre todos aqueles que os apoiavam. Esse processo de radicalização por parte de segmentos da Igreja na defesa dos setores organizados implicou em restrições sobre a mesma, que se comportou neste momento mais como corporação em defesa de seus interesses maiores e de sobrevivência, do que as ligações ideológicas que mantinha com as lideranças do movimento militar.

Não se estar afirmando que este processo tenha sido igual, apenas falou mais alto os interesses da própria Igreja no Brasil, fazendo com que ela fosse em defesa da institucionalidade contra os governos militares que passaram a virgir nos anos seguintes. É mais que sabido neste momento, a Igreja Católica no Brasil como a OAB, transformam-se nos espaços políticos de expressão da sociedade civil na falta de partidos que dêem conta da expressão dos diversos segmentos da sociedade.

Não havia no entanto, por parte da Igreja, qualquer interesse em contrapor-se aos militares e a ordem ca-

(27) FOLLMANN, José Ivo. "A Igreja, Ideologia e Classes Sociais", *Vozes*, 1985, p. 75.

pitalista que os mesmos defendiam, se opunham aos métodos utilizados pelo estado de exceção institucionalizado. Mas mesmo assim, não podemos dizer que toda a hierarquia levantava críticas ao regime e a seus métodos, haviam segmentos que apoiavam e utilizaram este momento para beneficiar-se na medida em que faltava aos dirigentes o respaldo da sociedade civil organizada. Era necessário o mínimo de credibilidade, que esses grupos dentro da Igreja e do movimento organizado poderiam dar e, o apoio era trocado em favores que os beneficiavam.

Neste caso posso dizer que a diocese do Crato situou-se neste contexto para obter dos governos militares a ajuda de que necessitava para pôr em execução a proposta pastoral do bispo diocesano. O trabalho da Fundação foi, de início algo de modesto que não teria ultrapassado acanhados limites, se não fôra o estímulo e o apoio de brasileiros eminentes, tais como o Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, quando Presidente da República; o Senador Wilson Gonçalves, o Cel. Virgílio Távora, quando governador do Estado do Ceará, pela primeira vez, o Deputado Paulo Sarasate e o Sr. Júlio Barata, quando Ministro do Trabalho. (...) "Durante sua permanência na Presidência da República, o Marechal Castelo Branco visitou duas vezes a cidade do Crato. Em ambas as oportunidades, manteve contato com a Fundação Pe. Ibiapina, vendo de perto o trabalho ali realizado(...)" (28)

A partir desse momento são assinados convênios com o governo federal garantindo à diocese, através da Fundação Pe. Ibiapina, a expansão de suas atividades. Com isso, deu-se continuidade ao processo de organização dos trabalhadores rurais dentro de uma perspectiva conservadora, como também ao movimento de alfabetização de adultos. Cresceu a presença da Igreja no Cariri e conseqüentemente o apoio ao regime instituído, respaldado pela diocese.

Entre as lideranças formadas não vamos encontrar muitas que se contraponham aos governos militares. Suas lu

tas vão se restringir aos direitos obtidos dentro da legalidade. Mesmo a reforma agrária vai ter uma tonalidade não radical por uma razão simples: não é questionada a propriedade da terra, mas a forma como algumas são exploradas. Afinal, a atenção da diocese, dos cursos que promovem estão mais voltadas para os indivíduos, mais para as questões individuais que coletivas, sendo a promoção do homem enfatizada, como revelam os objetivos propostos:

"1. cooperar na formação integral de adultos e adolescentes em suas comunidades;

2. fornecer elementos para que o homem tome consciência de sua dignidade de criatura humana, desperte para seus próprios problemas e busque soluções comunitárias para uma mudança de situação e tenha critérios para julgar as mudanças que se processam, transformando-o em agente no processo de criação cultural." (29)

Não devemos esquecer que a presente elaboração é de 1980, num momento de distensão política. Mas mesmo assim se analisarmos as propostas, verificaremos que levantam as mudanças dentro das estruturas de poder existentes. Aliás, a generalidade dos conceitos elaborados comportam interpretações diversas que, se comparados com a prática desenvolvida mostram claramente forte teor conservador. Principalmente, se analisarmos as ações levadas nos períodos mais críticos.

Mas mesmo assim, existe sempre a preocupação com a divisão, com o conflito. Para a diocese, o grande objetivo é o da unidade das partes ou segmentos da sociedade de forma que não existam rupturas no tecido social. Os marcos são sempre o capitalismo, mesmo que renovado como uma forma de evitar radicalização e não em função de uma proposta que antes de tudo tenha como base as necessidades do conjunto da sociedade, principalmente dos segmentos mais explorados.

Neste sentido, está presente na diocese, a preocupa

(29) CENDEP. p. 36

ção já revelada para o contexto da Igreja Católica a nível mais geral. Essa passagem é sugestiva: "A Escola de Líderes Rurais - ELIRUR - da Fundação Pe. Ibiapina criada sob o ideal de sua Excia. D. Vicente de Paulo Araújo Matos, bispo diocesano do Crato, com o fito especial de evitar a penetração do comunismo e de promover integralmente o homem através da conscientização." (30)

Dentro dessa perspectiva, vai situar-se as atividades da Fundação Pe. Ibiapina que desde cedo é concorrente com a ação realizada pela esquerda numa tentativa de reestabelecer a Igreja no seio da sociedade ou, no caso aqui analisado, dá-lhes bases mais concretas, melhor sedimentadas, ao contrário do que anteriormente havia. Não existia preocupação dos padres de elaborarem um trabalho junto às camadas mais populares da sociedade que desse fundamento à fé.

Sabiam eles que, dentro do contexto de uma sociedade mais complexa não era suficiente a fé, o ritual ou o sagrado. Fazia-se necessário dar respostas mais concretas, vinculadas ao dia-a-dia da vida de trabalho e exploração em que vivia o homem do campo em nosso meio. Por isso, a mudança na forma de atuar implicava numa presença maior que não era possível ser realizada pelos padres. Era preciso introduzir os leigos, profissionalizá-los e dá-lhes as condições necessárias a realização do trabalho pastoral. Neste sentido, explica-se a aproximação com os governos militares, que não é apenas ideológica mas também prática.

Antes de tudo, pretendia a Igreja sua própria sobrevivência para depois assegurar a sobrevivência da sociedade capitalista na forma que ela se colocava, modernizadora por uma necessidade de segmentos capitalistas nacionais frente ao capital multinacional. Desta forma, alguns grilhões da exploração que se dava no campo e que permitia o questionamento das classes trabalhadoras rurais, seriam menores atenuando as pressões que começavam a se fazer en-

(30) ELIRUR de 1962 a 1972. Editado pela Fundação Padre Ibiapina. 1973. p. 3.

tre os camponeses.

No contexto da ordem capitalista já havia espaço para a Igreja. Era uma necessidade do próprio modo de produção capitalista, sua reprodução só se daria sem maiores traumas se fosse justificado ideologicamente aos segmentos dominados, principalmente através da religião, da instituição católica com ampla penetração nos setores mais populares. Assegurar à Igreja este espaço de trabalho, era fundamental.

Neste casamento poderíamos dizer que diocese como a do Crato eram importantes, conservadoras no seio de uma Igreja que se renova. O espaço de renovação que se dava na sociedade maior refletia nas bases da Igreja. A população urbana e rural na medida em que conquistavam maiores espaços de participação na sociedade buscava-o também na Igreja e em todas as instituições da sociedade civil.

Mesmo as dioceses mais resistentes modificaram sua inserção na sociedade civil. Seu fundamento conservador permanecia mas renovava sua prática incorporando a metodologia da participação, inovação que apareceu com as Comunidades Eclesiais de Base. Com isso tornava-se confiável realizando os objetivos a que se propunham: justificar a ordem diante dos segmentos populares. A diocese local está nesta linha, inova mas sua essência permanece a mesma.

Assim: "A observação desta realidade leva-nos a constatar que a autoridade hierárquica percebeu a insuficiência dos tradicionais métodos pastorais, com prioridade administrativa-sacramentária. A saída encontrada pela referida autoridade foi articular uma atuação complementar na linha metodológica, esta, com prioridade. (...) Esta atuação foi articulada em torno da Fundação Padre Ibiapina. Não podemos esquecer, porém, as razões que exigiram esta ação complementar. Foi a insuficiência do método administrativo-sacramentário. Mas esta insuficiência do método não foi apenas de ordem programática. Na sua formação entram também elementos de ordem doutrinal e disciplinar consubstanciados num clima cultural que envolve a Diocese como ex-

pressão da Igreja local." (31)

Acrescentando ainda que "O clero mesmo consciente da insuficiência de seu método tradicional, não estava em condições conjunturais de empreender uma revisão profunda no seu método de ação evangelizadora. Podemos fazer uma relação, a título de exemplo, das várias tentativas neste sentido: mundo melhor, planejamento da CNBB, cursos de atualização, criação de novas paróquias, revitalização das foranias, etc. O resultado de todo esse esforço foi a confirmação da insuficiência do método que encontra outros indicadores na crise do clero, nas polêmicas sobre a figura do sacerdote, no desencanto pelo ministério, na crise da paróquia, etc. Tudo isto salientando na somatória do seus índices um problema mais estrutural do que formal ou mesmo metodológico. Esta situação decorre também de motivos doutrinários que insistem em confinar a contribuição pastoral do clero num determinado tipo de trabalho como se para a evangelização houvesse apenas uma metodologia. Estas razões doutrinárias consumam-se num padrão cultural que impede modificações nas estruturas, modificações capazes de abrirem caminhos novos para o impasse do clero." (32)

É bom salientar que as mudanças operadas são uma consequência da clarividência do Bispo Diocesano e não uma imposição da base católica.

"O espírito observador do Bispo Diocesano, diante destas dificuldades do clero e da urgência das tarefas de evangelização, descobriu novas oportunidades oferecidas pelo processo de modernização da sociedade. E oportunidades em nível de complementação e não de alternativas." (33)

A última afirmativa é esclarecedora, acentua a complementariedade opondo-a a criação de alternativas. Seria lembrança da *Rerum Novarum*?

"Este processo de modernização da sociedade, como

(31) CENDEP. p. 37.

(32) Ibidem.

(33) Obra citada. p. 37.

já foi dito, é caracterizado pela diferenciação das unidades sociais. E nesta diferenciação foi possível encontrar uma ocasião para a criação de novas unidades sociais para uma atuação especializada num setor específico, mas não unidimensional, visando a uma certa meta de evangelização, segundo a metodologia da promoção humana, mas conforme as condições, consciência e as vantagens da época em que vivemos."

Seguindo o raciocínio e o "espírito observador de D. Vicente", as mudanças que provoca a nível metodológico são uma consequência da modernização da sociedade. Uma modernização provocada pela "diferenciação das unidades sociais." É importante lembrar que não fala de conflitos nem de classes sociais apenas de unidades sociais, termo que quer indicar um só pensamento, uma só visão. Desta maneira a utilização dos leigos não deveria romper a prática anterior, iria apenas complementá-la atingindo segmentos sociais antes inacessíveis pelas limitações próprias a hierarquia. Não é por menos que aqui não floresceram as Comunidades Eclesiais de Base (34) sua atuação era no sentido de uma Igreja renovada, com o povo em busca de melhores condições de vida.

Este é sem dúvida um movimento em que o leigo não apenas participa mas determina os caminhos de uma nova leitura da mensagem fundadora. Neste, a participação dos leigos se dá inclusive na esfera doutrinal, discutindo a própria realidade vivida, as desigualdades sociais contidas numa sociedade capitalista e selvagem. Os leigos da Fundação são mais adestrados nas técnicas de trabalho em grupo para ministrar determinados conteúdos do que propriamente para discutir aspectos doutrinários da Igreja. Mesmo que na utilização dos leigos tenham ido buscá-los entre os segmentos trabalhadores, sua atuação era no sentido de uma Igreja renovada, com o povo em busca de melhores condições de vida.

(34) ROLIM, Francisco Cartaxo. *Religião e Classes Populares*. Editora Vozes. 1980. p. 28.

Eram filhos de trabalhadores rurais, de pequenos proprietários que recrutados por apresentarem sinais de liderança nas suas comunidades vinham à cidade, para a Fundação, para serem treinados. A sua origem ajudava na aproximação com os grupos que eram trabalhados pela diocese, ao mesmo tempo, que dava a estes uma formação em bases católicas conservadoras, evitando de uma só vez que se formassem lideranças laicas capazes de questionar o tipo de trabalho realizado e supriam suas necessidades de pessoal capacitado para ministrar suas lições entre as camadas trabalhadoras, principalmente a rural.

Além disso pagava-se, através dos convênios estabelecidos com os governos estadual e federal, salários que correspondiam às necessidades desse pessoal na cidade. Salários, diminuição das despesas na casa do agricultor, formação exclusiva na Fundação, etc. O resultado eram pessoas alinhadas com pastoral desenvolvida pela diocese, a não ser em alguns casos em que a convivência na cidade e a leitura oriundas de encontros promovidos pela própria Igreja Católica, contrárias às formuladas aqui, levaram uma parte desses leigos, no sentido de uma pastoral de fato mais engajada.

Diria até, e gostaria de relevar, que a maneira como eram escolhidos dava uma conotação quase religiosa, de pessoas acima dos demais, a serviço da Igreja Católica, não apenas entre os membros da própria equipe da Fundação, mas também entre as pessoas ligadas às comunidades que viam nas palavras daqueles a verdade, a opinião abalizada contra a qual não poderia se pronunciar. Era o próprio bispo, era a palavra oficial da Igreja o que permite que o trabalho da Fundação se desenrolasse sem grandes percalços.

Para exemplificar a forma e o conteúdo de tais afirmações analiso aqui uma homilia do Sr. Bispo Diocesano, quando de um encontro de trabalhadores rurais para o qual deveria ter vindo o Ministro do Trabalho Arnaldo Prieto. No seu lugar veio um membro da equipe do Ministério e que

foi apresentada aos trabalhadores da seguinte forma:

"Eu acabei de falar com o Ministro do Trabalho antes de vir para cá. O Ministro perguntou: Senhor Bispo, será que os trabalhadores recebem bem isto? Eu disse: Senhor Ministro, se o senhor não tem outro jeito, eles vão receber bem os homens são homens de fibra, são homens de valor, foi o seguinte: que pedia desculpas a vocês porque infelizmente, tinha surgido em última hora um impecilho que não possibilitava ele vir até aqui e então pedia que transmitisse isso a vocês, ao tempo em que ele pedia desculpas, ele pedia para que vocês se empenhassem ainda mais nos trabalhos que vão fazer e disse: eu vou mandar no sábado, o meu melhor assessor, o Dr. Luiz Gonzaga Ferreira. Ele vai em meu nome para dizer para os trabalhadores o que desejava dizer, para estar presente lá, como se fosse eu e para que eles saibam que isto é uma deferência grande de minha parte para eles. Esse Dr. é aquele em que mais confio no Ministério como assessor. Então meus caros amigos, eu espero que vocês, como eu vou fazer, ofereçam agora durante a missa este sacrifício de não termos aqui presente, no sábado, o Ministro do Trabalho, mas não é por isso que a gente vai desanimar e a gente vai seguir a orientação que ele deu. Vamos trabalhar ainda mais para que nosso encontro seja realmente digno de gente que ama ao seu irmão. Eu tenho que responder amanhã lá para o Ministério como foi que vocês receberam essa mensagem. Então eu queria saber, se isto vai desanimar vocês, vai desanimar? Quem está com coragem aí levante o braço, então eu posso dizer para o Sr. Ministro amanhã, transmitir para ele que os trabalhadores, líderes daqui da região, compreendem a razão porque ele não vem e vão receber de braços abertos o seu emissário, que vai ser tratado como se fosse o Ministro, nós vamos dar toda atenção a ele porque é uma deferência grande dele mandar o seu próprio emissário de lá até aqui, quando ele tinha o Secretário do Trabalho, o Delegado Regional, ou podia representar só por um telegrama. Espero que isso, ao invés de desanimar faça animar a gente cada vez mais e

encher de entusiasmo para a gente dar tudo. O que vale é justamente o trabalho em prol do nosso irmãos." (35)

Essa Homilia, começa com o tom paternalista e toda ela é pontuada por referência àquele que sendo o Ministro se dignou a respeitá-los e atendê-los numa atitude de desprendimento e amor. É também uma forma de fazer com que os trabalhadores tenham, com relação ao poder constituído, um respeito que os impede de opor-se, de contrariar a vontade expressada por ele. Aquele que está no poder é porque tem competência para lá está e se os trabalhadores não estão é porque são incompetentes para isso.

A linguagem utilizada pelo Bispo Diocesano é nesse sentido, um reforço à dominação e quando, constantemente, se refere ao dar o melhor de si, como o Ministro o fez ao mandar seu melhor assessor, reforça também a incompetência dos dominados que a partir daí se esforçarão para corresponder àquilo que deles se espera. Irão se espelhar no modelo de competência dominante reconhecendo assim sua incompetência e como tal acatar as determinações que lhes impuserem.

Acredito que mais do que qualquer coisa, essa homilia é reveladora do tipo de prática que a Igreja em Crato se propunha a realizar. Não é de se admirar que os líderes por ela formados fossem conformados, acatando o poder de forma como ele se colocava. Como também não é de se admirar que, como liderança, tivessem diante dos demais trabalhadores uma postura de dominação colocando-se como, já que tinham na esfera sindical o poder e portanto a competência, espelhos dos demais, o modelo que deveria ser buscado, mas nunca atingido.

Na essência do poder, aqui referido, está um princípio de autoridade que não deve ser questionado, o poder do Bispo e o poder, por este reconhecido, dos militares, ou

(35) Homilia proferida no III Encontro Diocesano de Líderes. 15 a 19 de outubro de 1975. Relatório do Encontro. p. 15.

do que representavam os militares que assumiram o Estado. Neste sentido é esclarecedor desta forma de poder a ser observado e não questionado, o trecho a seguir:

"Esta experiência pode ser inovadora ainda sob outro aspecto de importância fundamental. Ou seja, enquanto possibilita a organização e dinamização de grupos ou comunidades. O trabalho destes grupos é uma tentativa de promoção, às vezes inteiramente secular. Inicialmente esta vivência em grupo pode ser apenas uma forma nova e mais consciente de viver a vida rotineira. Mas pode evoluir no sentido de uma forma de viver o cristianismo e até chegar uma consciência clara de ser Igreja de modo mais responsável. Esta observação precisa ainda de um controle empírico mais rigoroso. Contudo, já indica pelo menos uma hipótese de trabalho que ajuda a considerar o problema da superação dos limites impostos pela realidade Paróquia, com a constatação da existência de iniciativas em âmbito diocesano que se desenvolvem na esfera de evangelização, acima das estruturas administrativo-sacramentárias, sistematicamente, com agentes pastorais diversificados, mas sob a responsabilidade e orientação da autoridade hierárquica formal." (36)

Esta última parte é reveladora do caráter autoritário dessa prática metodológica. Toda a participação e atuação dos grupos como também da equipe de trabalho está limitada na autoridade do bispo diocesano que toma para si a responsabilidade e a orientação. Neste sentido, não será nunca uma prática libertadora principalmente se assentada em convênios e no reconhecimento ao governo federal, autoritário e não representativo de novas práticas democráticas e participativas. Não esqueçamos a forma obsequiosa com que o texto, o mesmo texto, se refere ao Presidente Castelo Branco. (37)

(36) Fundação Pe. Ibiapina. Tentativa de Sistematização da Ação Social para a Promoção Humana. CENDEP. 1980. p. 38.

(37) Idem. p. 11.

Não se pode libertar o homem sem que seja transformado o meio em que atua. Ou mais precisamente, não se pode mudar o homem, fazê-lo sujeito de sua própria história, sem que a ela seja consentido mudar as estruturas que lhe tolhem essa liberdade. "Faltar-lhes-ia a marca da liberdade. Por isso toda vez que se suprime a liberdade, fica ele um ser meramente ajustado ou acomodado. E é por isso que, minimizado e cercado, acomodado a ajustamentos que lhe sejam impostos, sem o direito de discutí-los, o homem sacrifica imediatamente a sua capacidade criadora." (38)

Não há liberdade postanto do indivíduo. A liberdade somente poderá ser consignada na medida em que a todos for dado o direito de exercê-la e neste sentido gostaria de reproduzir Rosa de Luxemburgo: "Liberdade somente para os partidários do governo, para os membros de um partido, por numerosos que sejam, não é liberdade. Liberdade é sempre a liberdade daquele que pensa de modo diferente." (39)

Para os agentes como para os camponeses que vivenciavam a experiência organizativa da Igreja Católica em Crato, os limites impostos eram claros. Não, no sentido de uma percepção consciente dos mesmos, mas pelo próprio sentido da autoridade que era revelada nos seus treinamentos. A palavra do bispo impregnava todo o contexto das discussões e para os agentes era suficiente, sua ação tinha limites que não deveriam ser ultrapassados.

No entanto, não devemos esquecer que mesmo dentro de limites impostos pela diocese local havia por parte da Igreja, nacionalmente colocada, um caminho aberto que se fazia mais largo sempre.

Os teólogos da libertação se punham ao mesmo tempo em que confrontando-se com o Estado a Igreja abria maiores espaços de participação.

Os agentes locais na medida em que tomavam conhe-

(38) FREIRE, Paulo. Educação como Prática de Liberdade. Paz e Terra. 5ª edição. 1975. p. 42.

(39) LUXEMBURGO, Rosa. In Rosa a Vermelha. Editora Buscavida. 1987. p. 166.

cimento dessa prática democratizante verificavam as possibilidades que detinham. O bispo era Igreja mas a Igreja era também os demais que pensavam e atuavam diferente e neste nível de compreensão vão anexar práticas capazes de levar à posturas mais engajadas.

3. A ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES RURAIS NO CEARÁ

3.1. As Origens do Movimento Sindical no Brasil

A organização dos trabalhadores brasileiros em entidades sindicais tem sua origem nas primeiras associações de trabalhadores fundadas a partir da segunda metade do século XIX. Não eram ainda organizações sindicais, eram associações que atendiam os trabalhadores em dificuldades financeiras, casas de assistência auxílios de doenças, etc. (1)

Diante das condições de trabalho do operário brasileiro, essas entidades começam a voltar-se para a organização e defesa dos trabalhadores. Nesse contexto, inicia-se a luta pela redução de jornada de trabalho, a regulamentação do trabalho da mulher e da criança. São lutas desenvolvidas principalmente nos grandes centros urbanos, na medida em que vai aumentando a concentração populacional em consequência do aparecimento de atividades industriais.

A indústria apareceu como atividade subsidiária de alguns cafeicultores que viam no crescimento das cidades uma oportunidade de investimento. Além deles, muitas atividades industriais começaram a partir de pequenos capitais investidos em oficinas construídas nos fundos de quintais tendo à frente estrangeiros que vieram para o Brasil através da imigração promovida pelo governo paulista. Não devemos esquecer que as tarefas agrícolas e industriais demandavam serviços para os quais italianos e alemães eram habilidosos.

"Analisando-se o tipo dos industriais brasileiros, observa-se que boa parte deles se constituiu de indivíduos de origem modesta que estabelecendo-se com empreendimentos a princípio insignificantes, conseguiram graças aos grandes lucros dos momentos de propriedade e um padrão de vida recalcado para um mínimo do essencial à subsistência, ir acumulando os fundos necessários para ampliarem suas empresas. Este será o

(1) SIMÃO, Azis, Sindicato e Estado. Editora Ática. 1981. p. 150.

o caso, em particular, de imigrantes estrangeiros, colocados em situação social que lhes permita tal regime de vida. Efetivamente, a maior parte da indústria brasileira encontra-se logo em mãos de adventícios de recente data ou seus sucessores imediatos - os Matarazzo, Crepi, Jaffet, Pereira Ignácio, etc." (2)

Os imigrantes aparecem também operários às grandes cidades industrializadas. Estes procuravam emprego nas indústrias nascentes transformando-se em operários:

"(...) Outras notícias, dessa época ou posteriores, informam expressamente ou sugerem que técnicos ou operários qualificados aqui entraram diretamente para a indústria, ocupando-se nos ramos de tecelagem, chapéus, calçados e artes gráficas." (3)

Oriundos dos centros industrializados europeus, não desconheciam a organização sindical. Desta forma, muitos já chegavam ideologizados por correntes do movimento sindical como o anarco-sindicalismo que na Itália representava uma das correntes mais expressivas. O radicalismo desses trabalhadores e as condições de trabalho nas atividades urbanas propiciaram o crescimento dessas organizações, principalmente nas duas últimas décadas do século passado e a primeira deste século. Este movimento era concomitante ao crescimento industrial favorecido por uma política de substituição de importações necessárias ao atendimento das demandas internas.

"A Grande Guerra de 1914-18 dará grande impulso à indústria brasileira. Não somente a importação dos países beligerantes, que eram nossos habituais fornecedores de manufaturas, declina e mesmo interrompe em muitos casos, mas a forte queda do câmbio reduz também consideravelmente a concorrência estrangeira."

(2) PRADO JÚNIOR, Caio. História Econômica do Brasil. 28ª edição. Editora Brasiliense. 1983. p. 265.

(3) Idem,

Até a década de vinte predominou no Brasil o anarco-sindicalismo. (4) Sua organização e as greves que promoveram foram responsáveis por algumas das primeiras leis de proteção ao trabalho e aos trabalhadores. Podemos destacar as greves promovidas a partir de 1917 acompanhando o movimento crescente da industrialização brasileira. Como consequência, muitas lideranças sindicais de origem italiana foram expulsas do país como uma forma de conter o processo de organização sindical e a radicalização das lutas entre capital e trabalho.

Podemos dizer que a imigração no Brasil teve dois grandes momentos. Num primeiro momento, provocado pelas necessidades dos plantadores de café, foram organizadas correntes migratórias, principalmente da Itália, para o trabalho no campo. Sabemos que a necessidade de mão-de-obra foi a grande responsável por este movimento na medida em que as condições do trabalhador brasileiro eram impróprias ao deslocamento de grandes massas rurais dos centros economicamente mais atrasados para o sudeste.

Um dos motivos básicos dessa dificuldade, era a forma como se dava a relação entre o dono de terras e os trabalhadores nos campos nordestinos. O prestígio político durante o Império estava diretamente ligado à força que cada proprietário detinha e isto significava homens armados dispostos a lutar em função dos interesses dos donos da terra. Esta disposição estava vinculada ao vazio institucional existente. O Estado Monárquico não era capaz de atender as demandas da sociedade civil utilizando os proprietários do interior brasileiro para tal fim.

"Ali o binômio ainda é geralmente representado pelo senhor da terra e seus dependentes. Completamente analfabetos, ou quase, sem assistência médica, não lendo jornais, nem revistas, nas quais se limita a ver as figuras, o trabalhador rural, a não ser em casos esporádicos, tem o patrão em conta de benfeitor. E é dele, na verdade, que recebe os únicos favores que sua obscura existência conhece. Em sua situação, seria i-

(4) ANTUNES, Ricardo C. O que é Sindicalismo. Editora Brasiliense. 1981.

lusório pretender que esse novo pária tivesse consciência do seu direito a uma vida melhor e lutasse por ele com independência cívica. O lógico é o que presenciemos: no plano político, ele luta com o "coronel" e pelo "coronel." (5)

Diante da força dos latifundiários, só cabia aos pequenos proprietários e aos trabalhadores livres se submeterem. Seu deslocamento implicava na diminuição da força política dos senhores da terra com isso criando dificuldades para a expansão dos cafezais que naquele momento era a atividade agrícola de mais rápido retorno econômico. "Prevalecia no país uma atitude extremamente hostil a toda transferência interna de mão-de-obra, o que não é difícil de explicar, tendo em vista o poder político dos grupos cujos interesses resultariam prejudicados." (6)

Frente a esta situação, restava apenas a vinda de imigrantes estrangeiros para suprir de mão-de-obra a cafeicultura. Quando apareceu a imigração européia como solução possível para os proprietários dos cafezais, os grandes proprietários e seus representantes nas casas legislativas do país elaboraram e aprovaram a Lei Terra de 1850. (7) Esta lei que acabava com as terras devolutas previa a possibilidade concreta, diante da grande quantidade de áreas para cultivo, de ex-escravos e imigrantes tornando-se sítiantes e portanto não disponíveis para o trabalho nas suas propriedades.

Desta forma, sujeitaram os trabalhadores e estabeleceram formas de exploração do trabalho assemelhada à escravidão. Isso provocou revoltas e fugas dos trabalhadores estrangeiros em solo brasileiro para os centros urbanos. Dentre os imigrantes de origem italiana, vieram muitos artesãos e ex-operários

(5) LEAL, Victor Nunes. Coronelismo, Enxada e Voto. Editora Alfa-Ômega. 5ª edição. 1986. p. 25.

(6) FURTADO, Celso. Formação Econômica do Brasil. Companhia Editora Nacional. 10ª ed. 1976. p. 122.

(7) "Foi então que se partejou a Lei nº 601 de 1850, a famosa Lei de Terras, talhada sob medida pelo figurino dos novos senhores do Império e mais tarde senhores da República - os latifundiários cafezistas de São Paulo." GUIMARÃES, Alberto Passos. Quatro séculos de Latifúndio. Editora Paz e Terra. 5ª edição de 1981. p. 134.

já politizados e preocupados com a organização em defesa dos interesses dos trabalhadores. Chegando às cidades, encontraram ambientes mais favoráveis à criação de sindicatos e fortaleciam as associações existentes. Transformavam-se em líderes sindicais e conseqüentemente em ameaça ao capital industrial nascente.

A partir de então, podemos dizer, que inicia-se o segundo momento, onde as lideranças sindicais de origem estrangeira, começaram a ser deportadas. Pretendiam acabar com o processo de organização sindical e a luta dos trabalhadores por melhores condições de trabalho.

"A repressão é organizada, sistemática, visava grupos sucessivos. Formava uma seqüência de terror e medo no mundo operário. A maior ameaça que a repressão usava era a deportação - a volta forçada às origens, agora em situação pior porque marcava. O medo da deportação sempre esteve presente na mentalidade do imigrante. Era a ameaça constante. A deportação assustava, porém suas condições de vida e impulsionavam à ação." (8)

Durante os anos que antecederam a primeira grande guerra mundial, o esforço concentrado da indústria dos países conflitantes voltaram-se para a fabricação de armas criando dificuldades nas importações brasileiras que se prolongaram durante todo o conflito de 1915. Esta situação fez aparecer um novo surto industrial em território nacional, substituindo as importações necessárias às demandas e necessidades brasileiras.

Impulsionada pelo mercado interno, a indústria brasileira amplia sua produção absorvendo mais mão-de-obra o que significava aumento da classe trabalhadora, diminuição do exército de reserva, menor pressão sobre a massa empregada e, portanto, dando-lhe maior poder de barganha. Pode-se afirmar que os anos posteriores são marcados por um crescimento da organização sindical desaguando na greve de 1917. Esta greve foi um marco na luta dos trabalhadores.

(8) TREVISAN, Leonardo. A República Velha. Col. História Popular. Global Editora. 4ª edição de 1986. p. 54

Como consequência direta desta conjuntura favorável cresceram os movimentos grevistas, direitos foram conquistados e aumentou a presença do anarco-sindicalismo na vida política brasileira. Fato que implica quando no momento seguinte a primeira grande guerra, à crise sucede ao ascenso do capitalismo nacional. Não havia mais os mercados sul-africano e argentino (9) para absorver a produção nacional, neste caso começam as demissões e o movimento sindical aumenta sua agitação.

"Mas a combatividade operária era demonstrada através de greves decretadas seguidamente; o período de 1917/1920, em decorrência da crise de produção após a primeira guerra e da vertiginosa queda dos salários dos operários, caracterizou-se por uma onda irresistível de greves de massas que em muitos lugares assumiram proporções grandiosas. Foi o caso da greve geral de 1917 em São Paulo, iniciada numa fábrica de tecidos, e que recebeu a solidariedade e adesão inicial de todo o setor têxtil, seguindo-se as demais categorias. A paralização foi total, atingindo inclusive o interior. Em poucos dias o número de grevistas cresceu de 2 mil para 45 mil pessoas." (10)

Apesar de ser a maior tendência dentro do movimento operário brasileiro, os anarquistas não eram os únicos a organizar ou ter força determinante nas organizações operárias. Haviam os socialistas que disputavam com eles a direção do movimento e que lutavam por uma representação partidária capaz de levar transformações institucionais à sociedade brasileira.

"Outra tendência era composta pelo socialismo reformista, que buscava a transformação gradativa da sociedade capitalista, lutava pela criação de uma organização partidária dos trabalhadores e, a nível do Estado, utilizava-se da luta

(9) Idem. p. 40

(10) ANTUNES, Ricardo. Obra citada. p. 56

parlamentar. Eram, pois, tendências em si bastantes distintas, sendo mais forte a presença anarco-sindicalista." (11)

Aliás, a maneira como se organizava o movimento operário no Brasil e o crescimento das entidades sindicais com influência na comunidade trabalhadora brasileira, não foi assistida pelo governo da União de maneira passiva. O Estado passa a buscar formas de diminuir as lutas reivindicatórias dos trabalhadores aproximando-se de alguns sindicatos, financiando-os tendo em vista esvaziar as organizações da esquerda.

Esta ação começou quando se percebeu que apenas a repressão não seria capaz de frear os operários dos grandes centros industriais. Ao que parecia, a repressão aumentava a revolta dos trabalhadores. Neste caso, cabia ao Estado buscar as soluções que refreassem ou pelo menos controlssem a mobilização dentro de parâmetros aceitáveis. A mobilização anarquista ou mesmo socialista ia além dos limites impostos pelo capitalismo.

A ação do Estado assemelhava-se à da Igreja Católica que através de suas várias entidades buscava um capitalismo menos selvagem, de forma a salvar o próprio capitalismo. Os sindicatos amarelos, como eram chamados os sindicatos ligados ao governo federal, eram uma maneira de cooptar os trabalhadores, apoiando algumas lutas localizadas e específicas, financiando algumas manifestações e mesmo atendendo reivindicações trabalhistas para dessa forma, frear o radicalismo e a radicalização do anarco-sindicalismo.

"É necessário lembrar que paralelamente à atuação dos comunistas e dos anarquistas, ainda nos anos vinte, o Estado esboçou nova tentativa de cooptação junto a alguns setores da massa operária, e conseguiu ampliar a tendência reformista amarela dentro do sindicalismo. Em 1921 o Estado fundou o Conselho Nacional do Trabalho, visando controlar os sindicatos e torná-los órgãos de conciliação entre as classes." (12)

(11) ANTUNES, Ricardo. Obra citada, p. 56

(12) Idem.

Com a revolução russa, muitas lideranças anarquistas começaram a perceber as limitações do anarco-sindicalismo que se negava a participar das lutas políticas viabilizando leis ou reformas que sedimentassem mudanças na vida dos trabalhadores. Suas lutas ficavam apenas nas reivindicações econômicas não se distinguindo dos sindicatos amarelos. Criou-se o Partido Comunista Brasileiro e a partir daí temos a presença comunista na organização operária.

Neste contexto, dá-se no meio operário brasileiro uma disputa ideológica propiciando aos comunistas aumentarem sua influência no meio sindical, ao mesmo tempo em que desaparecerá o anarquismo como linha sindical determinante. Este processo de disputa com as lideranças anarquistas, segundo Tronca permitirá aos comunistas uma aproximação com a burguesia nacional, desejosa de ter os anarquistas fora do jogo político.

Desta maneira, a luta pela hegemonia na organização sindical permitirá um redimensionamento da luta política com uma presença constante dos trabalhadores na vida institucional do país, disputando cargos e reivindicando leis protetoras do trabalho contra o capital. Poderia acrescentar que a presença comunista dará maior consistência apesar do controle que passará a ser exercido pelo partido sobre a classe em formação.

3.2. O PCB e o Movimento Sindical

José de Sousa Martins (13) lança uma questão que me parece revelar um pouco da história do sindicalismo brasileiro apesar do autor ter se referido apenas aos camponeses. Para ele, os trabalhadores do campo foram chamados para respaldar as propostas políticas dos partidos existentes, mas não realizaram a sua própria proposta de luta e de transformação da sociedade.

(13) MARTINS, José de Sousa. Os Camponeses e a Política no Brasil. Editora Vozes.

A primeira consequência desta questão, seria a de que necessariamente essa categoria teria de elaborar isoladamente sua própria proposta de sociedade. Até que ponto não seria uma falácia indicar a necessidade de uma formulação própria por parte do campesinato na medida em que se encontram dentro de um contexto em que explorados se igualam diante da exploração do capital?

São questões que me parecem no momento, em função do controle que teria sido exercido pelo Partido Comunista Brasileiro sobre os trabalhadores. Tronca (14) como outros autores, afirmam que no momento do aparecimento dos comunistas, a partir de 22 teria havido uma disputa entre comunistas e anarquistas pela hegemonia do movimento sindical com o confronto dos projetos, de duas ideologias dando a entender que os trabalhadores apenas não trabalharam na formulação das mesmas, como seria uma massa a ser manipulada pelas tendências em confronto.

Levanta essa suposição em função das diretrizes emanadas pela Internacional Comunista e observadas internamente de maneira rígida. A partir de lá, eram feitas as leituras da conjuntura nacional e determinadas as ações que deveriam ser realizadas, como também as aproximações políticas conjunturais a serem feitas. É claro que sabemos que os partidos comunistas tiveram um papel importante na elaboração e afirmação das políticas internacionais promovidas por Moscou. Adequavam-se os PCs em todo o mundo a cumprir um papel subalterno diante dessas determinações.

Mas isso não impede que possamos trabalhar noutro sentido. Não podemos dizer que ao ser elaborada pela internacional comunista não tenha consequências no operariado de todo o mundo. Não podemos dizer portanto, que o campesinato ao ser submetido a uma política que favorece antes de tudo ao operariado não faça ele parte desse todo e com uma responsabilidade a ser cumprida neste contexto. Afirmando que há manipu

(14) TRONCA, Ítalo. Revolução de 1930, a Dominação Oculta. Coleção Tudo é História. Editora Brasiliense. 2ª edição de 1983.

lação e a imposição de um projeto para os camponeses, como para os operários brasileiros, seria concordar que eles estariam fora do bloco operário mundial.

O Capitalismo é uma realidade internacionalmente com uma organização operária também mundial, tendo diferenças e semelhanças correspondentes ao grau de desenvolvimento de cada uma das nações onde se localiza. Sendo o compromisso diante da organização de classe a nível mundial constante, o socialismo somente vingará num país se ocorrer simultaneamente em outro. No Brasil, apesar do atraso que vivíamos havia uma subordinação do trabalho ao capital e uma conseqüente necessidade de organização dos trabalhadores em sindicatos e, posteriormente, num partido político que respaldasse as lutas a serem desenvolvidas contra o capital.

O controle do PCB portanto, é uma conseqüência do movimento comunista internacional que brigava em duas frentes. Uma contra o capital e a outra contra a influência do anarquismo e sua corrente anarco-sindicalista. No primeiro caso é óbvia a contraposição em função do processo de exploração em que vivem os trabalhadores. No segundo caso aparece como estranho na medida em que as duas posições têm como inimigo comum a burguesia.

Mas, se examinarmos melhor, vamos perceber que as diferenças se acentuam quanto ao processo de encaminhamento da ruptura que se dará nas sociedades capitalistas. Segundo Tronca "em relação aos anarquistas, sobretudo, os comunistas não os encaravam como meros dissidentes políticos, mas como inimigos dos trabalhadores." Um dos principais dirigentes do PCB nos anos vinte, ao fazer um balanço do movimento operário daquela época, não deixa dúvidas a esse respeito:

"No domínio das classes e camadas, o anarquismo era uma corrente da pequena burguesia exasperada e desesperada. Objetivamente, no final de contas, sempre fez o jogo da burguesia." (15)

A tese defendida por este autor é de que o PCB teria

(15) TRONCA. p. 19.

sido utilizado pela burguesia nacional para combater as demais correntes do sindicalismo brasileiro. Diante de sua proposta de que representava os interesses dos trabalhadores e as demais tendências apenas dividiriam a classe, ficava fácil para a classe dominante estimular esse processo encetado pelo PCB. De qualquer forma, o que aconteceu foi o estabelecimento do PCB como porta voz do operariado brasileiro.

Desta maneira, a serviço dos interesses soviéticos e da internacional comunista o PCB levava o operariado para uma associação com a burguesia nacional, pela modernização do capitalismo brasileiro e a transformação do Estado em instrumento dos industriais. Mas na medida em que as reformas se realizavam, sentia a burguesia nacional que seu projeto somente poderia assentar-se fazendo concessões a burguesia agrária.

Por outro lado, aumenta a preocupação com o processo de organização dos trabalhadores, que inclusive diminuía as possibilidades de acumulação necessárias à expansão da indústria. Ter um operariado forte num momento de expansão do capitalismo representava um perigo que deveria ser enfrentado de forma rápida pelas elites dominantes em ascensão, juntamente com as oligarquias afastadas do centro do poder. Assim se antes haviam estimulado o PCB agora faziam frente ao mesmo para derrotá-los.

Seguindo as teses de Tronca a revolução de trinta e o Estado Novo, nada mais foram do que movimentos para derrotar os trabalhadores que pleiteavam medidas legais criando impedimentos aos avanços do proletariado nacional. Cooptaram parte dos sindicatos para as suas propostas e, mais tarde, elaboraram a Legislação Trabalhista nos moldes italianos da Carta de Trabalho pondo na legalidade toda manifestação do sindicalismo independente.

A partir desse instante, passaram os sindicatos a aparelhos ideológicos do Estado, como instrumento de cooperação entre as classes e o Estado e sem a força necessária para contrapor-se às condições de exploração a que eram submetidos os seus associados. O PCB afasta-se, ou pelo menos não é capaz de atender às demandas dos trabalhadores que tinham no novo sindicalismo o atendimento de suas demandas mais urgentes.

Mas antes disso, vale salientar o papel a ser exercido no final dos anos vinte e começo dos anos trinta pelo Bloco Operário Camponês. A formação desse bloco tinha a ver com a perspectiva avaliativa da internacional comunista. Primeiro a realização da revolução democrático-burguesa-a base proletária capaz de imprimir a revolução socialista. Esta não poderia acontecer em países atrasados, o sucesso da revolução somente seria possível em países industrializados capazes de suprir as necessidades de sua população.

Depois, ou simultaneamente, a modernização do campo onde as relações de produção ainda eram feudais. Para os comunistas o que havia no Brasil era um regime de propriedades señoriais assentada na servidão das camponeses precisando ser modificada. Neste caso, apenas a revolução democrático-burguesa poderia realizar criando um moderno proletariado rural capaz de associar-se ao proletariado urbano.

Em 1927, após um breve período na legalidade, volta o PCB à ilegalidade. A formação do Bloco oferece a este partido as condições de atuar na vida política do país articulando uma frente de oposições ao Partido Republicano no poder. A estratégia do PCB foi vitoriosa passando a ser reconhecida como porta-voz do proletariado brasileiro se sobrepondo as demais tendências da esquerda então existentes.

Para a burguesia, a luta contra o proletariado ficou mais fácil. Ao apresentar-se como o canal de expressão do operariado eliminando os demais, tornou-se presa da burguesia nascente. Fica claro no trabalho de Tronca o acesso inicial que teve ao PCB na imprensa burguesa, sendo depois retirado na medida em que desautorizou as outras vozes da esquerda.

Assim "essa estratégia das oposições explica, no essencial, a sustentação dada ao BOC pela imprensa burguesa. Utilizando o partido da classe operária, as oposições puderam da cena aquelas tendências que, no interior do movimento operário, recusavam-se a aceitar o embate no campo delimitado pela burguesia." (...) "Efetivamente, o BOC, caiu, assim, na armadilha sutilmente montada pelas oposições: na medida em que sufocava as outras tendências da classe operária, fechava o círculo em torno de si mesmo, não lhe restando outra alterna-

tiva senão lutar no terreno legitimando pelas oposições."(16)

Desta forma, o PCB, através do BOC, construiu sua própria derrota. Na medida em que permitiu um espaço de institucionalidade viu-se forçado a atuar dentro da mesma fazendo o jogo da burguesia que a partir daí, estaria autorizada a reprimir as lutas operárias que pleiteassem fora dessa legalidade. E foi o que aconteceu, ao permitir ou apoiar grevistas viu o BOC ser perseguido e retirado da legalidade inviabilizando desta maneira o fortalecimento das organizações proletárias.

A burguesia pode então estabelecer uma política trabalhista que lhe fosse favorável vinculando os sindicatos aos seus interesses. Sem oposição, com o movimento operário em suas mãos, pode acumular e expandir-se. Desta maneira, pode o Estado Novo assumir a direção do movimento sindical atrelando-o aos interesses da Burguesia.

Com o advento da segunda guerra mundial, o Partido Comunista Brasileiro, como os demais PCs de todo o mundo, seguindo orientação soviética elege como principal inimigo o fascismo. A Alemanha era uma ameaça ao Estado Proletário da Rússia e portanto modifica-se a estratégia dos comunistas que queriam antes derrotar os alemães e fortalecer as democracias que o combatiam, do que levantar as questões próprias à oposição trabalho-capital.

"Na ocasião, Stálin, aceitou as exigências dos aliados, para que os comunistas atenuassem suas pressões e excluíssem suas perspectivas revolucionárias do quadro político que resultaria da futura destruição do nazi-facismo, já previsível. Segundo Fernando Claudin, a teoria que informava o PC da URSS na ocasião, aceita pela maioria dos PCs, e que justificou sua estratégia de eliminar, das perspectivas de médio prazo do movimento comunista, a destruição do estado capitalista no Ocidente, era a seguinte: a) a vitória da Alemanha hitlerista significaria a destruição da União Soviética e o sufocamento por um tempo indeterminado de movimento operário europeu; b) em consequência, o objetivo número um devia ser a

(16) TRONCA. p. 77.

vitória sobre a Alemanha; c) para assegurar a derrota da Alemanha, a condição 'sino qua non' era a de assegurar a solidez da colizão anti-hitlerista; d) colocar o problema da perspectiva socialista, propor a tomada do poder pelo proletariado, conduziria inevitavelmente ao enfrentamento com os aliados, pondo em perigo as chances de vitória; e) em consequência, era impossível, nessa etapa, colocar o problema da alternativa." (17)

Acredito que um dos grandes problemas dos PCs foi sempre os interesses soviéticos. Condicionando o movimento operário aos seus interesses e às suas avaliações que levantavam antes as determinações soviéticas do que as questões próprias do operariado. É claro que o estado soviético é fundamental para o movimento comunista internacional. Sua existência proporciona um modelo necessário ao crescimento da organização proletária, mas se por um lado é benéfica, em compromissos internacionais sempre foi um empecilho à adesão dos trabalhadores às suas propostas.

Para os trabalhadores ficava difícil a compreensão de aliança em determinadas conjunturas e seu afastamento em outras. No Brasil, adotou-se essa estratégia que era encaminhada para toda a América Latina a partir da liderança de Lombardo Toledano* que levantava a necessidade de não radicalização das lutas operárias nos estados nacionais que se posicionasse contra o facismo. É esta perspectiva que dá a Vargas uma maior sobrevivência e a possibilidade posterior de eleger-se presidente pelo voto direto.

No pós-guerra, com a onda democrática alastrando-se mundialmente, volta o PC a legalidade. Não constituía, neste momento, nenhum perigo, pelo contrário, com isso demonstravam elites brasileiras que tinham interesses na participação dos trabalhadores na vida política nacional.

(17) MARANHÃO, Ricardo. Ob. citada, p. 22.

* Lombardo Toledano era, em março de 1944, presidente da Confederação de Trabalhadores da América Latina (CTAL).

BH/UEG

As greves que se seguiram ao Estado Novo foram uma consequência natural das condições objetivas da classe trabalhadora e não de qualquer orientação partidária. Para o PC esse movimento reivindicatório constituía uma ameaça a sua existência como partido legal. Porém o crescimento do movimento paredista não poderia prescindir de uma direção, as bases do partido acabam por exigir seu envolvimento.

Para o PCB ao que parece, restava uma encruzilhada: participava das lutas dos trabalhadores ou perdia a direção do movimento proletário possibilitando o aparecimento de uma nova tendência de esquerda. Este caminho, naquele, momento era inviável, por não existir no leque de opções que se oferecia aos trabalhadores nenhum partido ou agremiação de esquerda que lhe fizesse frente. Havia apenas o PTB criado por Getúlio com possibilidades que somente se concretizariam se não fosse o PCB capaz de canalizar as expectativas da massa operária.

Apesar de ser fruto da ditadura Vargas era o único caminho que restava. Uma opção que tinha limitações decorrentes dos interesses de sua direção. Getúlio Vargas não representava a superação da ordem capitalista, pelo contrário sua ascensão política ligava-se aos interesses da burguesia, era ele próprio originário dessa classe social. Seu retorno ao poder significava apenas que o Estado estaria voltado para os interesses dos capitalistas nacionais, principalmente aqueles mais progressistas.

"O populismo foi um modo determinado e concreto de manipulação das classes populares mas foi também um modo de expressão de suas insatisfações. Foi, ao mesmo tempo, uma forma de estruturação do poder para os grupos dominantes e a principal forma de expressão política da emergência popular no processo de desenvolvimento industrial e urbano. Foi um dos mecanismos através dos quais os grupos dominantes exerciam seu domínio mas foi também uma das maneiras através das quais esse domínio se encontrava potencialmente ameaçado."

(18)

(18) WOFFORT, Francisco C. O Populismo na Política Brasileira. In FURTADO, Celso (coordenador) Brasil: Tempos Modernos. Editora Paz e Terra. 3ª edição de 1979. p. 51.

A própria política preconizada pelo PTB, dando respostas políticas e econômicas aos trabalhadores poderia inviabilizar o crescimento do PC e das demais esquerdas. Para este partido de esquerda ficar ausente do quadro político que se configurava era, no mínimo, perigoso.

"A combinação dos interesses econômicos e políticos do proletariado, classe média e burguesia industrial é um elemento importante de getulismo. Essa combinação efetiva e tática de interesses destina-se a favorecer a criação e expansão do setor industrial tanto quanto do setor de serviços (...). Em verdade, foi com base no nacionalismo desenvolvimentista, como núcleo ideológico da política de massas - em que se envolvem civis e militares, liberais e esquerdistas, assalariados e estudantes universitários - que se verifica a interiorização de alguns centros de decisão importantes para a formulação e execução da política econômica." (19)

O PC não poderia deixar de atentar para o momento político extremamente favorável ao seu crescimento, sua permanência na legalidade poderia representar sua inserção definitiva na sociedade civil. Da mesma forma como a Social Democracia Alemã no século passado encontrou na legalidade a possibilidade de expor-se, comunicar-se mais livremente com os trabalhadores, aumentando seus quadros, tornando públicas suas propostas. No entanto, não corresponder às novas necessidades dos trabalhos significava perder espaço e possibilidades de pressão, no sentido da consecução de seu programa.

Ao mesmo tempo, era para o PCB uma garantia de sua sobrevivência. A ampliação de suas bases poderia impedir medidas governamentais que lhes fossem contrárias como o retorno à legalidade. Assim, para ele, aquele momento de redemocratização que vai de 45 a 47 era crucial. Ou apoiava a luta dos trabalhadores e com isso tinha respaldo mesmo correndo o risco de choque com o governo que caminhava para a direita e utilizava aquela inquietação para reprimir tanto os operários como o PCB, ou mantinha-se alheio tentando conter a radicaliza-

(19) IANNI, Otávio. O colapso do Populismo no Brasil. Civilização Brasileira. 1968. p. 55.

ção dos trabalhadores. Neste caso, não iria para a clandestinidade mas não poderia justificar-se como partido de classe.

Sua opção se faz no sentido do apoio às greves, mas restringindo-as as greves econômicas e não políticas que caracterizassem uma oposição radical ao governo instituído, servindo de base para a supressão do seu registro como partido legal. Assim diz Prestes: "uma má compreensão de nossa luta contra a desordem e qualquer agitação que possa servir de pretexto para golpes militares, levou-nos a uma certa passividade frente aos graves problemas econômicos e sociais que afligem as mais amplas camadas de nosso povo. Esse desvio oportunista na realização prática de nossa linha política dificultou também nossa ligação com as massas e, se foi até poucas semanas atrás de menos importância, já agora precisa ser corrigido com rapidez se quisermos prosseguir na altura de nossa missão histórica de dirigentes do proletariado e de nosso povo... lutar por ordem e tranquilidade é principalmente lutar contra tudo aquilo que venha a seguir a situação econômica das massas, e portanto, por aumentos de salários e por melhores condições de trabalho." (20)

A conjuntura internacional, no entanto, contribuiu para que no Brasil a democracia tomasse o sentido dos interesses principalmente das elites dominantes. O governo Dutra já não era simpático às manifestações operárias e via com cuidado o crescimento do PCB. Para este governo, o aumento da mobilização dos Trabalhadores significava crescimento do PCB e da ameaça de comunização. As políticas nacionais foram sempre a de lançar às classes médias urbanas o perigo do comunismo e com isso ter justificativas para conter a organização dos trabalhadores e suas lutas por melhores salários.

O perigo não era o PCB mas a organização dos trabalhadores que implicava numa diminuição dos lucros obtidos pelos industriais brasileiros. O partido comunista teve uma votação expressiva nas eleições acontecidas após o Estado Novo,

(20) MARANHÃO, Ricardo. Sindicatos e Democratização. Editora Brasiliense, 1979. p. 79

mas mesmo assim, não era uma ameaça a ordem capitalista vigente pelo contrário, este partido conteve em alguns momentos a radicalização das lutas em função de sua própria sobrevivência. De qualquer forma na clandestinidade, num primeiro momento, retraiu-se para depois reiniciar sua organização apoiada na organização dos trabalhadores.

Os comunistas não podendo mais agir na legalidade vão para as bases. Ampliam sua presença nos sindicatos através das comissões de fábrica, começam a atuar junto aos trabalhadores do campo. Sua preocupação é com o fortalecimento de classe operária brasileira, mas os camponeses podem ter um papel importante neste contexto na medida em que sua luta poderia favorecer a modernização das relações entre patrão e empregados quebrando o que, na análise do PCB, aparecia como sobrevivência feudal.

3.3. O Partido Comunista vai ao Campo

A entrada do Partido Comunista Brasileiro no contexto do campo está ligada à sua estratégia de uma revolução Democrático-Burguesa. Para este partido vive-se uma sociedade onde a predominância de um Estado ligado aos grandes latifundiários era impeditiva do movimento em direção ao socialismo. Portanto, somente através da derrota dos senhores da terra haveria a possibilidade da burguesia chegar ao poder e cumprir seu papel histórico.

Entendia a Internacional Comunista, que a revolução se faria na proporção em que as forças sociais fossem ampliadas no contexto de uma economia capitalista. Desta forma ao PCB, interpretando o momento histórico brasileiro anterior a revolução de trinta, acreditava que os tenentes representavam essa burguesia nacional em busca de seu próprio espaço. Somente eles teriam a força necessária para enveredar pelas reformas necessárias ao crescimento do capitalismo.

Desta forma, levanta para as bases operárias a necessidade do apoio aos tenentes e as forças de oposição ao segmento dos latifundiários no poder. Da mesma maneira procura na população rural a unificação com os trabalhadores urbanos

na luta pela modernização da sociedade brasileira. Cria o Bloco Operário Camponês em 1927 que, posteriormente, após retorno dos comunistas à ilegalidade, se transforma no seu braço eleitoral.

"Nasce, assim, como criação do PCB, o Bloco Operário. Entretanto, depois que o governo de Washington Luiz promulgou a chamada Lei Celerada, em meados de 1927, lançando novamente o PCB na ilegalidade, passou-se a chamar Bloco Operário e Camponês, substituindo o partido nas atividades públicas." (21)

Com isso, compõe uma frente com os partidos que fazem oposição ao governo oligárquico propondo um programa que não ultrapassasse os limites do Estado burguês moderno:

"Em relação à plataforma apresentada pela 'frente', um dos seus aspectos chama particularmente a atenção: embora colocasse ênfase na questão dos direitos sociais dos operários, nenhum dos seus pontos nega o sistema social vigente, pleiteando, acima de tudo, reformas modernizadoras. Trata-se, antes de mais nada, de uma pauta de reivindicações inscritas na estratégia de revolução-democrática-burguesa, preconizada pela Internacional Comunista." (22)

Mas, a formação desse Bloco não implicava numa ação direta sobre as massas trabalhadores do campo. Não passava de uma intenção que naquele momento não teria sido concretizada até porque o PCB não contava com quadros suficientes para levar essa ação adiante. Na realidade, a inserção do PCB no campo somente se dava a partir de 1949. Senão vejamos:

"No início dos anos 50, o então Partido Comunista no Brasil, objetivando assegurar apoio social mais amplo em áreas rurais, defendia como estratégia política a fundação dos sindicatos rurais, como forma de organização dos trabalhadores rurais." (23)

(21) TRONCA, Ítalo. Obra citada. p. 51.

(22) Ibidem.

(23) NAVARRO, Zender S. Movimentos Rurais no Sudeste da Bahia (1955-1964). In Cadernos dos CEAS, Nº 85 de 1983.

A consolidação da penetração comunista no tempo vai se dar com a criação da União dos Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB) criada em 1954. Sendo sua linha a mesma para a cidade, controle dos trabalhadores do campo em função de um projeto mais reformista do que revolucionário.

"A estratégia da ULTAB, seguida pelos sindicatos, refletia o programa do PCB, sendo essencialmente legalista e politicamente moderada." (24) Desta forma via Navarro compreendendo que ao PCB não interessava naquele momento a radicalização da luta operária camponesa e aos camponeses como aos operários o que restava era observar as determinações emanadas por esta linha.

Coincidente com esta análise, Martins dirá que os trabalhadores do campo serão usados, não em função de um projeto por eles elaborado, mas antes, em função de um projeto mais amplo consonante com o Partido que foi o primeiro a se aproximar dos camponeses. Não se distinguia aí dos demais partidos ou da própria Igreja que via nos trabalhadores do campo ou da cidade pessoas não capacitadas, incapazes de constituir sua vontade em vontade política. A visão era a mesma dos conservadores, representantes das elites, o povo não era capaz de constituir cidadania, portanto necessitava ser tutelado.

Para os comunistas, a tutela dos trabalhadores tinha a ver com o receio da realização de revoltas e radicalização de suas lutas que gestasse um movimento revolucionário sobre o qual não teria controle e conseqüentemente não teriam a direção. Temiam que este processo pudesse reverter num atraso e não na direção daquilo que chamavam do destino histórico das sociedades modernas que era a sociedade comunista.

Por isso, quando do aparecimento das Ligas Camponesas no Nordeste, teriam feito oposição, aquele não era o momento histórico da radicalização e uma revolução encaminhada pelos rurais poderia implicar num retrocesso histórico incapaz de atender as demandas da sociedade. Desta forma, em alguns mo-

(24) *Ibidem*.

mentos, somam forças com a Igreja e o PTB para frear a expansão dos sindicatos e ligas mais radicais. (25)

Para os comunistas, a grande bandeira dos trabalhadores do campo que era a reforma agrária, somente poderia ser resolvida numa união com a burguesia nacional, dentro do seu projeto democrático-burguês onde a modernização do campo redundasse em possibilidades da expansão do capitalismo nacional. Enquanto isso para os componentes das ligas a reforma agrária deveria vir no bojo de um projeto radicalizador capaz de transformar-se num primeiro passo no sentido de uma revolução socialista no Brasil. De fato, estão em questão duas interpretações de revolução socialista, um soviético e o outro cubano.

"O que fica ressaltado na divergência é que enquanto as ligas colocam a reforma agrária como centro do movimento - e com isso hipoteticamente traduzindo as aspirações do camponato que luta pela terra - o PC subordina a reforma agrária à luta anti-imperialista, na medida em que são definidas como contradições fundamentais as que se estabelecem entre a nação e o capital estrangeiro." (26)

Os interesses do PCB davam a direção e aos camponeses restava segui-los. Mas não podemos aceitar a idéia de que não teria sido importante a penetração comunista no campo, pelo contrário a sua inserção no meio rural junto aos trabalhadores foi que permitiu o levantamento das questões relativas às condições de vida dos rurícolas introduzindo-os no contexto nacional.

3.4. Movimento Sindical no Ceará antes de 64

As primeiras organizações sindicais no Estado do Ceará são ainda da década de vinte, quando a Igreja Católica, seguindo a orientação emanada da Rerum Novarum passa a atuar no

(25) BASTOS, Elide Rugai. As Ligas Camponesas, Vozes. 1984 p. 78.

(26) Idem. p. 84.

contexto da sociedade civil.

Mas para fazer frente aos comunistas era necessário que a Igreja elaborasse um projeto alternativo de organização da sociedade civil principalmente dos trabalhadores que viviam em condições de vida extremamente precárias. Desta maneira, levantava questões sobre as condições de vida e trabalho dos operários, organizando-os em entidades sob a direção da própria Igreja, como era o caso dos círculos operários e das agremiações ligadas a Legião Cearense do Trabalho.

Neste último caso, eram agregadas associações, as mais diversas que recebiam orientação de D. Helder Câmara, nesta época ainda padre. Através da LCT foram realizados no estado algumas manifestações operárias em que se pleiteava aumentos de salários e redução da jornada de trabalho. Tudo dentro do espírito de que era necessário reformar o capitalismo para evitar as radicalizações tão propícias ao crescimento das doutrinas socializantes.

Neste momento, a preocupação era voltada para os trabalhadores urbanos ligados a nascente indústria cearense, espalhando-se a LCT para as cidades de maior porte, onde atividades industriais se instalavam. Com relação ao campo, não aparecia nenhuma preocupação até porque esses trabalhadores estavam submetidos aos proprietários de terra.

No campo não havia concentração de trabalhadores, suas moradias eram distantes e sua atividade econômica não era constante o que impedia qualquer processo de organização frente à exploração a que estavam submetidos. Essa situação era agravada por estarem todas as terras apropriadas pelos latifundiários o que fragilizava o trabalhador diante do patrão. Para ele obter a terra para trabalho de algum proprietário significava a melhoria nas condições de vida, podendo significar a própria vida. Daí a afirmação de Barreira:

" o 'dar a terra' para ser trabalhada ou o direito de 'decidir a quem dar a terra' cria uma ideologia sobre o patrão como o 'homem bom que dá a terra para ser trabalhada'. "

(27)

(27) BARREIRA, Cesar. Conflitos Sociais no Sertão: Trilhas e

Desta maneira a Igreja que o processo de organização no campo, naquele momento não tinha caráter urgente, a dependência que se estabelecia entre trabalhador sem terra com o proprietário da terra somente poderia derivar a gratidão.

"Esse quadro de dependência reproduz toda a ideologia da lealdade e do compromisso moral, parte intrínseca das 'leis do sertão'. 'Traição' é o termo mais empregado pelos proprietários rurais, quando surge problema ou discordância entre eles e os camponeses. Ferir a 'lealdade', romper o compromisso moral ou incorrer em ingratidão, são comportamentos abominados não só pelos proprietários, como pelos próprios camponeses." (28)

Toda essa cultura que se sedimentara em anos, ou mesmo em séculos de dominação apresentava para a própria Igreja um caráter de bem-estar. O campesinato é pobre mas detém a terra e nela seu trabalho frutifica em alimentos para os seus. Nos momentos mais difíceis a mão do dono da terra ajuda-o a sobreviver e superar as dificuldades. Essa 'Paz Agrária', como o denominou Barreira, acredito, aparecia como um ideal a ser buscado no meio urbano, através da mediação da Igreja que aproximaria trabalhadores e industriais acentuada na caridade.

Assim, a ação da Igreja no seio dos trabalhadores urbanos, sedimentando valores que acreditava perdidos pelos operários, era intensa e prolongou-se nas décadas seguintes através da Ação Católica especializada que atuava entre os segmentos da sociedade formando líderes capazes de participar de forma solidária com os princípios da Igreja.

Na medida em que se dava a aproximação da Igreja com o estado burguês republicano, sua atuação junto aos movimentos operários aumentavam. Para as classes médias urbanas que ascendiam ao poder, a Igreja ia preenchendo um espaço que não poderia ocupar por lhe faltar quadros e uma estrutura sedimentada de longa data no seio da comunidade.

Atalhos do Poder. Tese de doutorado apresentada na Universidade de São Paulo. 1987. p. 33.

(28) Idem. p. 21.

Esse processo continua apesar de algumas mudanças que ocorrem após a aproximação com o integralismo, durante todo o Estado Novo. Mesmo que, durante a ditadura Vargas o Estado tenha adquirido condições próprias da ingerência no movimento sindical, continuou sendo a Igreja uma aliada privilegiada. Mas no Ceará, há um retraimento por não contar mais com figuras proeminentes como a de Helder Câmara e de Severino Sombra. (29)

Por outro lado, durante o Estado Novo foram criados mecanismos de controle suficientes para manter atrelado a estrutura sindical ao Estado. O Ceará em decorrência do desenvolvimento que se deu no país ficou fora da expansão industrial o que evitou a organização de grandes sindicatos de operários.

No campo, por sua vez, a mobilização do PCB era intensa, talvez porque na capital o partido estivesse sedimentado no movimento sindical necessitando dentro da linha estratégica estabelecida por ele, buscar o apoio das massas rurais. Desta maneira, procura o PCB criar em primeiro lugar, associações de camponeses após uma inicial de fundar ligas, inclusive chegou a funcionar uma em Camocim, ainda na década de quarenta.

"A idéia da formação de Associações começa a consolidar-se e serão dois os principais motivos que influenciarão definitivamente a opção por esse tipo de organização: as dificuldades legais para a criação de sindicatos - a questão do quorum necessário - e o fato delas serem uma instância pré-sindical, exigência da mesma legislação." (30)

(29) O Tenente Severino Sombra foi uma das lideranças mais expressivas do pensamento conservador no Estado do Ceará. Foi ele um dos responsáveis e primeiro dirigente da Legião Cearense do Trabalho, contando com o apoio da Igreja era um inflado opositor das idéias liberais sendo posteriormente um dos mentores da AIB (Ação Integralista Brasileira). PARENTE, Josênio. Ob. cit. p. 98.

(30) OCHOA, Maria Glória Wormald. As Origens do Movimento Sindical de Trabalhadores Rurais no Ceará: 1954-1964. Edição Mimeografada. NUDOC. 1984. p. 49.

Desta forma, para o período de 1945 a 1950 foi constituída a primeira equipe que coordenaria o trabalho sob orientação do PCB de levantar as condições para a organização dos trabalhadores rurais do Ceará. Esta equipe era constituída por José Leandro Bezerra da Costa, Fernando Ferreira e Pompílio Rocha.

A equipe dirigia o processo de organização dos trabalhadores rurais seguindo a orientação do PCB passa a levantar dados sobre o Estado do Ceará que indicavam as áreas onde o trabalho de organização poderia acontecer.

"A partir desse estudo a equipe procurava intensificar o trabalho naquelas localidades onde se aliassem dois fatores da maior importância para o avanço e coerência da organização camponesa: concentração de camponeses e peso econômico da região." (31)

O Cariri é uma das áreas escolhidas para a realização do trabalho de organização proposto pelo PCB:

"No Cariri são selecionados os municípios de Santana do Cariri, Nova Olinda, Crato, Barbalha, Porteiras, Brejo Santo e Jardim." (32)

Era fundamental para o Ceará essas indicações do PCB já que o nosso Estado tinha como característica na época, ser uma área em que predominava a atividade agrícola:

"A importância da agricultura na economia cearense, no tocante a renda interna é um dado interessante porque indica o tipo de crescimento econômico que se está processando no Estado assim como o papel que ela cumpra na determinação da população economicamente ativa, o poder da oligarquia agrária, etc." (33)

Para termos o perfil desta realidade, reproduzo os dados levantados por Ochoa que confirmam a preferência do PCB pelo campo:

"A força de trabalho empregada na agricultura representou nas décadas de 50 e 60 aproximadamente 67% da popula-

(31) Idem. p. 52

(32) Ibidem.

(33) Ob. citada. p. 26

ção economicamente ativa (PEA) das quais 94,40% eram trabalhadores de enxada." (34)

Quantitativamente falando representava:

"Em 1960, segundo informações da SUDEC, a PEA total era de 1.042.871 e a PEA ocupada no setor agrícola, pecuária e atividades extrativas representavam 690.935 pessoas. Destes, 663.672 eram trabalhadores agrícolas não qualificados, sendo que 652.278 eram trabalhadores da enxada." (35)

Estes trabalhadores estavam divididos entre empregados, empregadores, autônomos e parceiros. A representatividade de cada segmento desses no contexto geral era assim apresentada:

"Por outro lado, a PEA agrícola estava sub-dividida em empregados, 163.348; empregadores, 10.311; autônomos, 276.262; parceiros, 58.825; não remunerados, 182.185 e, sem declaração, 4." (36)

Além desses dados, vale acrescentar os que se referiam a concentração da terra no Estado:

"A mão-de-obra agrícola trabalhava numa estrutura fundiária bastante desigual e concentrada. Cerca de 67,26% das propriedades cearenses eram de pequeno porte, ou seja, até 50 ha; 31,67% de médio porte (até 1.000 ha) e somente 1,07% eram consideradas de grande porte, isto é, com mais de 1.000 de terra." (...) "Em relação à área total as pequenas propriedades abrangiam 11,81% da área, 57,08% correspondiam as médias propriedades enquanto que 31,12% da área total eram retidas pelos latifúndios." (37)

A realidade era, pelo menos aparentemente, propícia a proliferação das associações. Com a fundação da ULTAB é criada no Ceará, a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Ceará (ULTAC) em 1955. Para sua fundação, contou com 15 associações do interior do Estado, o que demonstrava a expansão da organização dos trabalhadores rurais. Não poderia

{34} Ibidem.

{35} Ibidem

{36} Obra citada. p. 54

{37} Idem. p. 55.

afirmar, no entanto, que essas associações estivessem dispostas a lutar pelos direitos dos trabalhadores, ou mesmo que eles tivessem uma base significativa a ponto de modificar o perfil das relações de produção do interior cearense. É de supor que em tão curto espaço de tempo não se constituísse uma base capaz de compreender as razões da exploração a que estavam submetidos da mesma forma que seriam incapazes de perceber a necessidade da luta contra a propriedade privada da terra.

A criação de tantas associações só podem indicar uma necessidade do próprio PCB de ter uma base de sustentação política capaz de sustar o avanço da Igreja e de outros partidos políticos progressistas. Aceita esta afirmativa, não constituiria o PC uma proposta diferente das outras. Seu objetivo era a tutela dos trabalhadores e a incorporação dos mesmos ao seu projeto elaborado de fora e portanto incapaz de transformar os camponeses em sujeitos de sua própria história.

Em 1957 é criada a FALTAC - Federação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Ceará - que irá substituir a ULTAC. Neste caso, transforma-se o processo de organização dos camponeses, preocupando-se àqueles que dirigem o movimento organizativo, fundar sindicatos. São esses, organismos legais, com objetivos determinados em lei, o que propicia maior segurança a as suas bases.

Entre as associações que constaram da fundação da Federação, em número de trinta, aparecem duas do Cariri que São Assaré e Várzea Alegre. A mobilização continua e são realizadas em Fortaleza manifestações dos trabalhadores rurais organizadas pela entidade com a presença de padres ligados aos círculos operários. Neste sentido, há por parte da FALTAC a abertura de canais junto à Igreja, acreditava que os padres teriam mais facilidade com os camponeses permitindo assim, o crescimento da organização dos trabalhadores do campo.

Dentre as bandeiras defendidas, em consonância com o movimento nacional, estava a da reforma agrária. Nesta época, já no governo Parsifal Barroso, foi criada uma comissão estadual de Reforma Agrária. Nesta comissão, não aparecia os maiores interessados, os trabalhadores rurais. Diante deste fato,

é convocada para Fortaleza uma manifestação que contou com a participação de 400 camponeses do interior do Estado.

"Em Fortaleza e no interior organizaram-se passeatas, concentrações, encontros de trabalhadores rurais, mobilizações, todas em função da resolução de problemas imediatos assim como de palavras de ordem mais gerais vinculadas à política do país e a situação concreta do movimento sindical rural em processo de afirmação." (38)

Esta mobilização permitiria a ampliação do processo de compreensão da realidade cearense e brasileira desfavorável aos trabalhadores. Ao mesmo tempo que pressionava o governo para assumir as mudanças necessárias a modernização do campo. A preocupação revelada por um dos líderes da FALTAC era com a elaboração de um projeto de Reforma Agrária que não atendeu os interesses dos trabalhadores representados pelo PCB.

"No Estado se fazia uma movimentação muito grande. Se fazia um movimento que obrigava o governo a recuar. Uma vez que o governo aqui criou uma Comissão de Reforma Agrária, o Governo Parsifal Barroso parecia que queria fazer assim uma barreira ao nosso trabalho de defesa dos trabalhadores rurais. As associações se espalhavam pelo Estado todo, até no sul do Estado, e o movimento se fortaleceu de tal forma que o Parsifal Barroso formou a Comissão e começou a reunir, os jornais falando; aí nós montamos uma campanha protestando porque ele tinha deixado de fora a FALTAC e mostrando que já existia um movimento camponês, já existia uma forma que não podia deixar de ser ignorado pelo governo nem por ninguém e para provar nós planejamos uma concentração aqui em Fortaleza e fizemos uma passeata com 400 camponeses de todo o Estado. Fizemos um movimento que impressionou. Parsifal Barroso reformulou a Portaria." (39)

Como resultado dessa passeata, os trabalhadores passa

(38) OCHOA. Obra citada. p. 68

(39) José Leandro Bezerra da Costa em entrevista cedida a Ochoa. Obra citada. p. 68.

ram a participar dessa comissão com três representantes:

"A partir dessa reformulação entraram na comissão três representantes da FALTAC sendo eles José Lenadro Bezerra da Costa, o Pe. Arquimedes Bruno e Moysés Pimentel, deputado federal." (40)

Ao lado do trabalho realizado pela FALTAC, sem contato com ele, a Igreja organizava seus sindicatos. O Cariri é exemplo da ação da Igreja que procurava antecipar, assim, a fundação de uma Federação no Estado que permitisse sua participação na criação no plano nacional da Confederação Nacional dos Trabalhadores Agrícolas.

"Esse movimento da FALTAC nós levamos até surgir a campanha sindical que nós abraçamos com fervor mesmo e a entrada do Governo João Goulart abriu as portas do país para um trabalho de sindicalização rural colocando no Ministério do Trabalho o deputado Franco Montoro, mas o deputado Franco Montoro não sei por que motivo, ele não facilitou tanto a formação de sindicatos no campo. Naquela época para se fundar um sindicato no campo era preciso reunir um terço da categoria e isso não era possível... Entretanto havia um segredo que nós não sabíamos... que havia no país um grupo de... junto a Igreja, que era representado por D. Scherer no Rio Grande do Sul, pelo Pe. Melo e Crespo em Pernambuco e por D. Eugênio e Julietta Calazans em Natal. Estes grupos fundavam sindicatos com a intenção de se antecipar a fundação da Confederação de Trabalhadores Agrícolas. Então, nós sabíamos disso e trabalhávamos com vontade. Mas não se conseguia descobrir o segredo de como fundar sindicato. Nós sabíamos que o clero, a Igreja, os padres aqui fundavam sindicatos só na região do Cariri, chegaram a fundar 14 sindicatos e fundaram mais um grande número de sindicatos em outras paragens. E nós só chegamos a fundar sindicatos quando entrou no Ministério do Trabalho o Ministro Almino Afonso, foi ele que publicou uma Portaria facilitando, com todas facilidades para a fundação dos sindicatos das Federações e Confederações. Isto nós descobrimos, o surgimento

(40) OCHOA. Obra citada. p. 69.

dessa Portaria, e pegamos ela antecipado e avançamos na fundação de sindicatos. Chegamos mesmo a fundar sindicatos o que já correspondia à fundação das Federações. Digo Federação porque a portaria dividia as categorias de camponês e trabalhador no campo". (41)

Na realidade esta compreensão era correta. Os comunistas, a esquerda do PTB e a Igreja buscaram criar o maior número de sindicatos e com isso é claro, perdia o movimento sindical. Na maioria das vezes os sindicatos eram criados formalmente, mas não tinha nenhuma representatividade junto aos trabalhadores. Pelo contrário, eram usados em função de projetos políticos dos quais participavam. Exemplo disso, é a fundação dos primeiros cinco sindicatos do Cariri criados pela diocese local e mantida por muito tempo sob seu controle.

No Ceará querendo ficar à frente da Igreja e dos demais partidos de esquerda a FALTAC cria três federações:

"Em começo de 1963 a FALTAC realizará uma Assembléia Geral de Camponeses para decidir sobre os rumos a serem tomados pelo movimento. A Assembléia decide pelo auto-dissolução da FALTAC e pela posterior fundação de três Federações que congregariam as principais categorias de camponeses do Estado: a dos Trabalhadores na Lavoura, a dos Pequenos Produtores Autônomos e a dos Pequenos Proprietários e Possesores. O desaparecimento da FALTAC, no entanto, só poderia acontecer após a fundação e consolidação das novas Federações. Com tal finalidade, decide, a Assembléia, pela doação de todo o seu patrimônio às futuras Federações, assim como pela convocatória para fins de fundação das mesmas. A forma de fundação deveria dar-se nos termos da legislação vigente, isto é, das Portarias 355-A e 356-A." (...) "Em setembro de 1963 são realizadas as Assembléias de fundação da Federação de Trabalhadores na Lavoura e da Federação dos Pequenos Produtores Autônomos Rurais, cabendo a Jesus Batista de Oliveira e Vicente Pompeu da Silva, respectivamente, a presidência das mesmas." (42)

(41) BEZERRA, citado em Ochoa. p. 71

(42) OCHOA. p. 98.

Todas elas sob orientação comunista, sem participação da Igreja:

"Os sindicatos fundados pela Igreja, e que nessa época deveriam atingir um número aproximado de 15 (em 63 no Cariri existiam apenas 5 sindicatos abrangendo toda a região), não compareceram às Assembléias de fundação das Federações. Duas explicações parecem plausíveis e não excludentes: a primeira, o reconhecimento desses sindicatos, publicado no Diário Oficial com data de 20.05.62, tinha sido feito segundo as formalidades anteriores a Portaria 209-A que estava em vigor quando foram fundadas as Federações. Essa mesma Portaria determinava que os sindicatos que tivessem sido reconhecidos anteriormente, deveriam adaptar seus estatutos à nova legislação tendo para isso suas diretorias que comparecer à DRT e submeter a documentação respectiva a reconhecimento definitivo. Este pré-requisito não foi cumprido, o que criou o fato peculiar de uma certa 'ilegalidade' por parte desses sindicatos. Por outro lado, estava existindo, da parte deles também a tentativa de criar uma Federação própria. Como veremos mais adiante, no Encontro de Natal, realizado em julho de 1963, na relação de participantes aparece uma Federação de Trabalhadores Rurais do Ceará que não corresponde a nenhuma das já citadas em cuja composição os sindicatos do Cariri têm peso marcante." (43)

Em março de 1964, acontece o golpe militar com o objetivo de destituir do poder João Goulart a desarticular o movimento de organização dos trabalhadores rurais e urbanos. A partir daí, as lideranças sindicais serão perseguidas e os sindicatos postos em suspensão.

"Nós aqui no Ceará fomos pegos de surpresa, nós da FALTAC e das Federações Sindicais, fomos postos fora de ação, os líderes que não foram para a cadeia, ficaram refugiados, sendo caçados, como é o meu caso (...)" "Foram afastados também os diretores dos sindicatos do interior. Foram buscar os dirigentes dos sindicatos em todo o estado e trazendo preso

(43) Idem. p. 103.

todo mundo para depor na capital (...)'" "Não, os sindicatos da região do Cariri não sofreram intervenção. A gente atribui este fato aos sindicatos da região do Cariri por terem sido fundados na orientação da Fundação Padre Ibiapina'". (44)

Para ele, ficava claro que os sindicatos caririenses não tiveram suas lideranças atingidas por serem ligados a dicese do Crato. Nela, não era encontrado nenhum projeto que propusesse mudanças estruturais da sociedade, não constituindo perigo para a ordem que se instituiu através dos governos militares. Pelo contrário, a Igreja aplaudiu o golpe militar e deu sustentação inicial ao projeto conservador que vinha em seu bojo.

A partir desse momento, apenas os sindicatos ligados à Igreja permaneceram. Os demais desapareceram ou foram nomeados interventores da confiança do governo recém-instalado. Com isso, os sindicatos livres sofreram um refluxo em todo o Estado do Ceará, ampliando-se apenas os que tinham ligações com a Igreja.

É assim que na região do Cariri, aumentam os sindicatos dos trabalhadores rurais chegando a ter, em 1971, sindicatos em todos os municípios que fazem essa faixa do Estado. Como consequência, a Federação dos Trabalhadores Rurais do Estado do Ceará chega as mãos de sindicalistas caririenses.

(44) BEZERRA em Ochoa. pp. 165, 166.

4. O SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DO CRATO

4.1. Condições Reais da Organização dos Trabalhadores Rurais do Cariri

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Crato, como já foi visto anteriormente, foi criado pela Diocese do Crato. A Igreja receiava a proliferação dos sindicatos comunistas e das Ligas Camponesas. Principalmente, dessas últimas, pela proximidade da região do Cariri com a Paraíba e Pernambuco. Havia ainda a disputa pela hegemonia da Confederação Nacional dos Trabalhadores Agrícolas, neste caso, eram necessários 05 sindicatos para que se criasse uma Federação e é exatamente isto que ocorre, a fundação de cinco sindicatos em todo o Cariri. (1)

Cada sindicato dos que foram fundados em 1961 tinha uma base territorial que abrangia entre quatro e cinco municípios. O do Crato estendia-se as cidades de Santana do Cariri, Nova Olinda, Farias Brito, Altaneira e Araripe. Desta forma, toda a região era coberta, impossibilitando a formação de sindicatos por outras tendências do movimento sindical.

Inicialmente, o trabalho para a formação dos sindicatos da região caririense contou com a presença do Pe. Lurildo. Os contatos eram realizados na comunidade após haverem sido anunciados na Igreja, através das missas. Neste sentido, a Igreja aproveitava-se bem de uma estrutura com profundas raízes nas populações rurais. Quando chegava às comunidades tinha trabalhadores à esperá-lo, atentos à sua palavra.

"O primeiro contato era com o Padre. Ele cedia a Igreja para a reunião e nós éramos anunciados como os enviados do Bispo."

Segundo um dos primeiros diretores do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Crato: "Íamos acompanhados por um carro de som que anunciava nas estradas dos sítios, a vinda do Padre para discutir a questão da organização dos trabalhadores."

(1) OCHOA. Obra citada. p. 56.

Reuniam sempre uma boa platéia que ouvia atenta a palavra dos visitantes, falavam, então, da necessidade da organização dos trabalhadores em sindicatos, dos direitos que estes tinham e que não eram observados pelos patrões, e da necessidade de união de todos em benefício da coletividade.

"A gente chegava na comunidade para promover um curso. A gente chegava cedo então Lurildo pedia a presença de seis pessoas da redondeza que tivesse liderança. Então a gente passava o dia com esses seis, conversando. Saíam dali preparados. Depois fomos as casas convidar as pessoas para a reunião à noite. O pessoal já sabia, então enchia, vinham muitas pessoas. Nessa reunião a gente fazia a primeira aula, conversávamos com eles, fazendo com que todos falassem. Daí a gente via a realidade, não tinham terra, o salário era pouco, a parceria era alta, etc. A gente passava três dias quando saía de lá tínhamos os nomes de cinco a dez pessoas interessadas e assim a gente deixava alguma organização. Depois tinha o curso que era na sede, onde passavam alguns dias estudando sobre sindicalismo." (Teresa Siebra)

No princípio, a organização dos sindicatos da região contou com o apoio de alguns proprietários, mas essa não era a regra. Mesmo sendo os sindicatos ligados à Igreja, vários donos de terra ameaçavam seus empregados, criando as primeiras dificuldades numa região que não conhecia até então nenhuma mobilização de trabalhadores rurais.

Temos alguns dados sobre as primeiras experiências sindicais nos municípios caririenses de Assaré e Várzea Alegre sob orientação da FALTAC, mas não significava que essa vivência organizativa tivesse representado para a região o despertar para a luta contra a exploração em que viviam. Pelo contrário, não ficou na memória dos trabalhadores caririenses qualquer resquício desse fato. Os trabalhadores eram submetidos à exploração e a vontade dos patrões sem nenhuma reação coletiva ou individual.

Se olharmos o perfil do camponês do município do Crato vamos verificar que os mesmos viviam num total isolamento. Os únicos contatos que mantinham se dava nas renovações* em

*Renovação é uma festa religiosa que ocorre nas residências

casa de um ou de outro, nos batizados ou nas segundas-feira quando era realizada em Crato a feira semanal. Nestes momentos os assuntos voltavam-se para as atividades que realizavam, mas sem contato com o mundo exterior. Sua vida restringia-se ao trabalho e as atividades religiosas.

Como a região era uma região de ocupação antiga, não havia terras devolutas e as atividades econômicas eram principalmente a pecuária e o plantio de cana-de-açúcar. Nesta última, havia maior concentração de trabalhadores, mas as relações a que estavam submetidos impediam choques maiores com os patrões. A moradia apesar de aumentar as amarras dos trabalhadores aparecia como fruto da benevolência dos proprietários.

(2)

Não tinham terra para cultivar e não ser submetendo-se à proteção de um proprietário de terra. Neste caso tinha a casa e uma área para plantar o feijão, o milho, a mandioca e outras culturas para seu sustento. Durante as moagens recebiam alimentação e um salário suficiente apenas para o atendimento de algumas necessidades mais imediatas. (3)

Para o patrão este tipo de relação de produção permitia mão-de-obra necessária na época do corte de cana e da moagem para a produção da rapadura. Apenas os vales aguados interessavam economicamente, as terras altas ficavam para o plantio feito de meação. Além disso, comprava a produção dos seus moradores por preço menor que o de mercado. (4)

Nas áreas de outras culturas como a pecuária e o algodão, as relações eram semelhantes. Neste caso, principalmente, a necessidade das terras para a sustentação e reprodução dos trabalhadores fazia com que se submetessem às condições tão aviltantes de vida. É claro que mesmo vivendo esta situação não aparecia a exploração de forma percebível ao agricul-

do homem do campo no dia do seu Santo Protetor. Neste dia renovava-se a proteção exercida pelo santo sobre os moradores daquela casa.

(2) LEAL, Victor Nunes. Coronelismo, Enxada e Voto. Editora Alfa-ômega. p. 25.

(3) FIGUEIREDO FILHO, José. Engenhos de Rapadura do Cariri. Ministério da Agricultura. 1958. p. 30.

(4) Idem, p. 28.

tor. Seu isolamento, as relações de compadrio, os constantes com os proprietários mascaravam a exploração. (5)

Desta maneira, experiências que aconteceram antes de 1961 não poderiam ter dado certo ao ponto de se expandirem, transformando-se em acontecimentos capazes de ficarem retidos na memória dos trabalhadores. Assim, a organização começada por Lurildo não poderia apoiar-se em trabalho anterior, era o começo e contou apenas com a autoridade da Igreja.

Soube aproveitar bem a diocese do Crato. A penetração que tinha a fé católica entre os homens do campo era a porta de entrada que permitiu os encontros com os trabalhadores para as primeiras noções sobre sindicalismo. Os Círculos Operários cederam as primeiras lideranças constituindo uma diretoria quando ainda não havia associados em número suficiente à existência do sindicato. Além disso, a orientação obtida na Arquidiocese de Natal, através de Julieta Calazans e do Pe. Crespo em Pernambuco, foram fundamentais indicações para que o trabalho de sindicalização acontecesse aqui.

"A gente recebia orientação do Pe. Crespo, lá de Pernambuco, mais de uma vez veio aqui. Ele dava orientação e sua palavra era muito segura, ele era muito experimentado, então ele dizia isso: aqui está a Lei, vamos seguir a Lei. Ninguém sai da linha para não ser flagrado. Desta forma, fazíamos nosso trabalho." (Teresa Siebra)

4.2. Os Primeiros Anos dos Sindicatos do Crato

A partir de janeiro de 1962, foram criados os primeiros cinco sindicatos, logo reconhecidos pelos Ministério do Trabalho. Eram eles o de Crato, Juazeiro do Norte, Barbalha, Brejo Santo e Várzea Alegre. Em 1963 foi fundado o de Assaré e depois o de Mauriti. Desta maneira, a Diocese do Crato de uma equipe que desse assistência aos sindicatos. Essa assessoria foi criada em dezembro de 1961 e contava, além do Pe. Lurildo com mais três pessoas, todas da cidade, ligadas à Igreja.

(5) BARREIRA, César. Obra citada. p. 31.

Nesse momento, a preocupação maior era formar lideranças capazes de dirigir os sindicatos. Foram ministrados cursos na Casa de Caridade, reformada para exercer essa atividade. Os líderes eram trazidos para o Crato onde recebiam orientação sobre o funcionamento dos sindicatos de modo a atuarem em conformidade com a legislação em vigor.

Para termos uma idéia melhor sobre as atividades da Equipe de Líderes Rurais reproduzo dados da própria Fundação:

TABELA 1 - Cursos Ministrados entre 1962-1967

NOME DOS CURSOS	QUANTIDADE	PARTICIPANTES
Como Trabalhar em Grupo	01	18
Como Viver Melhor	02	77
Cooperativismo Rural	46	3.409
Ensino Correto de um Trabalho	01	19
Movimento para um Mundo Melhor	02	99
Orientação Sindical	41	1.025
Relações Humanas	02	84
Ruralismo	11	2.811
T o t a l	106	7.542

O período demarcado entre 62 e 67 estaria caracterizando a primeira fase na história dos sindicatos do Cariri. Neste instante, o trabalho mais intenso foi de formação dos líderes, estruturação da burocracia interna dos sindicatos e da criação das delegacias sindicais nas suas áreas de atuação. É um momento de reformulação da Casa de Caridade do Crato que se transformou em Fundação Pe. Ibiapina de maneira a melhor atender à proposta de pastoral da diocese do Crato. Contou a diocese com a ajuda dos governos estadual e federal, principalmente após a revolução militar de 64. É preciso que analisemos esta fase como o período de ajustamento dos sindicatos, inclusive, dentro de uma linha consonante com os governos de exerceção com quem contou para ampliar a estrutura física da própria Fundação.

"Durante sua permanência na Presidência da República

o Marechal Humberto Castelo Branco, visitou duas vezes a cidade do Crato. Em ambas as oportunidades, manteve contato com a Fundação Pe. Ibiapina, vendo de perto o trabalho ali realizado. Propondo-se a ajudar e ver ampliado o seu raio de ação, perguntou: 'O que os senhores querem?' A resposta prendeu-se ao problema da instabilidade do pessoal e da própria Fundação, sujeita, como ainda hoje, a uma paralização de suas atividades cada vez que se conclui a execução de um convênio... Dirigindo-se ainda ao presidente da Fundação Pe. Ibiapina, com evidente intenção de tranquilizá-lo, autorizou-o a assumir compromissos com o pessoal de trabalho, garantindo uma estabilidade para o futuro." (6)

Enquanto os sindicatos fundados pela FALTAC sofreram restrições quando não tinham liberadas suas Cartas Sindicais em tempos tão curtos como os da região do Cariri. Até perseguições políticas posteriores ao golpe militar quando tivera seus dirigentes perseguidos e presos pelo militares sofreram os sindicatos daqui cresceram como cresceu a Fundação com recursos provenientes de convênios com o governo federal e entidades internacionais.

Se repararmos nos cursos que foram dados verificaremos que nenhum deles levanta questões que possam indicar a luta pela reforma agrária e outras bandeiras que eram levantadas pelos organismos ligados ao PCB, pela esquerda do PTB e por segmentos das Ligas Camponesas. A preocupação era unicamente com as questões trabalhistas que minorassem as condições de vida dos trabalhadores observando a legislação em vigor.

Para a Igreja, como já me reportei anteriormente, não interessava mudanças radicais ou a formação de um sujeito coletivo capaz de modificar o perfil da sociedade brasileira. Daí seu interesse na formação dos dirigentes sindicais, formando-os dentro de princípios que não confrontasse a ordem estabelecida.

(6) CENDEP. Fundação Pe. Ibiapina: Tentativa de Sistematização da Ação Social para a Promoção Humana. 1980. p. 10.

Além dos cursos, havia as discussões nas próprias comunidades rurais. Esse contato por parte da equipe da Fundação Pe. Ibiapina vinculava o trabalho de organização à Igreja de modo que a expansão dos sindicatos fosse possível. Através desses encontros eram identificadas as lideranças com capacidade para servir de elo entre a Igreja e a comunidade.

O controle da Igreja não ficava apenas na identificação e acompanhamento dos líderes. A sede do sindicato foi instalada na própria Fundação, pelo menos no caso do Crato, ficando secretaria e tesouraria sob orientação da equipe.

Foi nesse município que ocorreram alguns problemas logo após o movimento militar quando, a partir de acusações feitas por proprietários de terras, foram presos alguns dirigentes, mas logo o bispo teria entrado em contato com o comandante da força policial em Juazeiro e eles foram soltos com o "pedido de desculpas".

"Um dia eu ia fazer uma reunião em Barbalha. Eu ia só. Quando a gente chegou em Barbalha a sala estava cheia e um rapaz com a cartilha sindical que veio de Natal, uma cartilha de Julieta Calazans, ele estava com ela discutindo com os trabalhadores. Quando nós chegamos ele não queria que a gente fizesse a reunião. Ele dizia que sacristia de Igreja não era lugar para reunião, era proibido e marcou uma reunião com os trabalhadores para a Estação no domingo seguinte." (Teresa Siebra)

Fala-se muito de que teria havido nessa ocasião um atrito com policiais. Na verdade, tal fato não aconteceu e tudo não passou de um equívoco. Segundo Teresa Siebra, uma das orientações que constavam tanto da diocese local como da orientação que recebia do Pe. Crespo, ligado a Arquidiocese de Olinda e Recife, era a de observar a lei, nunca fugir aquilo que determinava a Lei.

"Nessa época os problemas em Barbalha foram mais sérios. Eu estava dormindo e vieram me chamar dizendo que a diretoria do sindicato de Barbalha havia sido presa. Eu não tinha condições de resolver. Me vali de um colega, Walderi Oliveira, e ele procurou resolver. Foi ao responsável pela prisão e ele disse que os rapazes foram presos por engano." (Te-

resa Siebra)

Através dos órgãos que tentam implementar na Fundação Pe. Ibiapina, percebemos uma semelhança muito grande com o trabalho que era realizado em Natal pela Arquidiocese daquele estado que assumia, juntamente com Pernambuco, a orientação do trabalho sindical para o Nordeste. Pessoas ligadas à primeira equipe da ELIRUR participaram de encontros em Natal onde mantiveram contato com Julieta Calazans.

É desta época a criação do Rádio Cativo* para educação de adultos a partir de um convênio firmado com o MEB, a instalação do Centro de Treinamento Educacional do Crato (CETREC), criação da Coordenação de Órgãos Regionais Dedicados à Assistência. Todos eles voltados para o trabalho que se propunha realizar junto aos trabalhadores rurais, acompanhando-os desde o processo de alfabetização que se dava através do Rádio Cativo até o treinamento realizado na própria Fundação. A presença da Igreja em todos os momentos da vida dos rurícolas era a certeza de que os mesmos não fugiriam às determinações emanadas da diocese nem a proposta pastoral da Igreja Católica.

Além disso, são dessa época os convênios com os governos federal e estadual que darão sustentação financeira à ampliação dos serviços prestados pela diocese. O primeiro deles foi com o SIRENA - Sistema Rádio Educativo Nacional do MEC, em 1961 para viabilizar o sistema de educação pelo rádio. Depois, em 1963, com o governo estadual quando era governador Cel. Virgílio Távora. Em 1966, convênio com o INDA, recursos todos eles utilizados no trabalho junto ao homem do campo. (Ver Anexo 1)

* Neste período, a relação da diocese com o sindicato dos trabalhadores do Crato dava-se a partir do assessoramento jurídico, financeiro e técnico-administrativo. Poderíamos dizer que era mais que assessoramento, o sindicato funcionava quase como um apêndice da Fundação Pe. Ibiapina. Para se reu-

* Rádio Cativo era a denominação dada aos rádios que os monitores recebiam da Diocese. Esse rádio captava apenas a programação da Rádio Educadora do Cariri.

niões sindicais, sempre iam membros da equipe que de fato coordenavam os trabalhos, discutiam a pauta e encaminhavam as questões. Aos diretores daquele momento cabia apenas o papel de respaldar, acatar as determinações e representar formalmente o sindicato.

O projeto era da diocese e não dos trabalhadores rurais que até o momento da organização dos primeiros sindicatos da região do Cariri não haviam levantado nenhuma questão trabalhista ou política. Não surgiram esses sindicatos dentro de um processo de luta onde as lideranças fossem formadas na ação política ou sindical. Um dos primeiros diretores do STR do Crato afirmou em entrevista que não sabia o que era sindicato e, afora o Círculo Operário do qual participou, não havia em momento algum discutido questões relativas aos trabalhadores, seus direitos, etc. Apenas aceitou porque foi solicitado pelos padres envolvidos na organização sindical.

Neste sentido, posso afirmar que a vinda dos sindicatos para a região permitiu aos trabalhadores rurais as primeiras discussões sobre seus direitos. Afinal, souberam através deles que tinham direitos e que poderiam representar judicialmente seus patrões quando abusassem de suas prerrogativas.

Dentre as discussões iniciais, foram levantadas o problema da terra, a necessidade de uma reforma agrária e vários outros problemas que afetavam os trabalhadores e suas comunidades. Nestas discussões iniciais eram estimulados para falarem de suas necessidades, das necessidades de suas comunidades, permitindo que, pela primeira vez se colocassem diante de suas realidades.

Isso não significa que a diocese queria revolucionar a região, mas apenas que dentro de uma perspectiva delineada pela própria Igreja era projeto seu amenizar as relações de produção e a situação de vida dos trabalhadores do campo e da cidade. Diria mais ainda que pela própria forma como se inseria no contexto da Igreja a nível nacional, ao bispo diocesano do Crato interessava um projeto próprio de ação e ativação adequada às condições delimitadas pela Igreja sem ir muito a fundo nas questões sociais. Se algum mérito existiu, foi do Pe. Lurildo que, pelas informações, sempre procurou explorar as

condições em que viviam os rurícolas.

De qualquer forma, foi criado um ambiente de debate onde o trabalhador passou a objetivar suas condições de vida e a perceber que nela havia exploração que beneficiava os proprietários. O próprio agrupamento que se fazia nos sítios permitia aos trabalhadores que trocassem idéias e comparassem suas realidades e neste processo alguns se destacavam e para esses se voltava as atenções da Fundação e da equipe que os acompanhavam.

Segundo alguns informantes, neste trabalho, permanece o Pe. Lurildo por pouco tempo, sua saída teria ocorrido em função de sua prática junto às comunidades rurais e aos sindicatos, o que não foi confirmado por pessoas da época. De toda maneira há um refluxo após sua saída. Aconteceram algumas tentativas para reativar o movimento sindical sem sucesso aparente, mesmo utilizando programa de distribuição de leite proveniente de convênios estabelecidos através da Aliança para o Progresso.

Este perfil apenas se modifica com a chegada em Crato de Nobor Bito. Ex-sindicalista em São Paulo, é convidado pelo bispo diocesano em um encontro dos sindicatos ligados a Igreja acontecido em Recife. Aceita e vem para o Crato coordenar a equipe da ELIRUR em 1967.

4.3. Segundo período, momento de estabilização dos sindicatos: 68/72

A vinda para a região do Cariri de Nobor Bito, modifica substancialmente o trabalho que era realizado pela Fundação Pe. Ibiapina. Ao assumir a coordenação da Escola de Líderes Rurais, a primeira coisa que faz é reestruturar a equipe que antes era composta por pessoas da cidade.

Para ele, era importante que a equipe fosse composta por pessoas do meio rural, que se identificassem com os camponeses e pudessem ter a confiança do mesmo. Sendo da cidade, não teriam a compreensão dos problemas que enfrentavam os trabalhadores, nem poderiam contar com sua confiança. A linguagem

seria diferente principalmente se, dentre os membros da equipe estivessem pessoas oriundas dos "segmentos dominantes", como era o caso dos primeiros assessores.

Com esta equipe retoma o trabalho sindical visitando as comunidades. Realiza cursos para a formação de líderes onde a tônica é o movimento sindical. Nos seus planos está o de desvincular os sindicatos da órbita da diocese, dotá-los de uma estrutura própria capaz de fazê-los andar sozinhos.

Segundo, é revelado, sua preocupação com a organização sindical era grande. Neste período, entre 68 e 72, fundou novos sindicatos, ao todo foram criados 19 entidades sindicais desmembradas das anteriores. Na formação de novos sindicatos realizavam cursos que permitiam aos trabalhadores, que iriam dirigi-los, as condições necessárias para mantê-los em funcionamento. A formação dessa burocracia no entanto criava alguns empecilhos difíceis de serem posteriormente contornados.

No entanto, para as pessoas que com ele acompanhavam o desenvolvimento da organização aparece este trabalho como uma atividade que deu resultado. Afinal, o trabalhador rural necessitava de algum treinamento para assumir a direção de suas entidades. Que era necessário investir na educação dos dirigentes, ninguém discordava. Mas a sua preparação independente de uma prática que confirmasse o compromisso de classe, era um risco. Na região não havia como ter parâmetros capazes de avaliar o grau de compromisso de cada um, faltavam lutas coletivas que abalizassem o comportamento dos diretores.

Mas, ao que parece, esta atividade educativa antes de mais nada distanciava aqueles que detinham a direção sindical das bases. O saber que passavam a deter levaram-los a uma posição diferente dos demais trabalhadores rurais, tanto no conhecimento da estrutura sindical como no tratamento das questões que eram levantadas. Por outro lado, ao ocuparem a estrutura sindical suas vidas passaram a sofrer mudanças substanciais, passaram a viver nas cidades com recursos que antes não detinham e a conviver com pessoas que normalmente não pertenceriam as suas relações.

Não indica no entanto, que esta fosse a intenção da Igreja local ou do coordenador à época Nobor Bito. A própria

estrutura sindical leva a este distanciamento já verificado por Michells nos anos vinte. Mesmo os sindicatos provenientes de um processo de luta encetado pelos próprios trabalhadores correu o risco de tais desvios muito mais os sindicatos criados de forma artificial como os da região caririense.

"Nada mais natural, já que os chefes não podem ser substituídos de uma hora para outra pois os demais membros do partido são estranhos ao mecanismo burocrático por estarem absorvidos em suas ocupações cotidianas. Os conhecimentos técnicos dos chefes graças à competência que propiciam em assuntos pouco ou nada acessíveis às massas, asseguram-lhes virtualmente uma irremovibilidade que não deixa de ferir os princípios da democracia." (7)

Os sindicatos rurais estão muito mais sujeitos a sofrerem essas deformações. Em primeiro lugar, o dirigente sai do campo onde as condições de vida e sociabilidade são quase inexistentes, vão para a cidade onde se encontram as sedes dos sindicatos passando a conviver com pessoas inteiramente diversas daquelas a que estavam acostumados a conviver. Suas residências têm determinados serviços que não encontram no campo, como água encanada, eletricidade, etc.

Seus filhos passam a frequentar as escolas urbanas com possibilidades maiores que tinham quando moravam no campo. O acesso aos serviços de saúde é mais fácil, aumentando a tranquilidade dos seus familiares. É uma transformação, que nenhum trabalhador que experimentou as condições de vida do campo deseja deixar. Neste caso, sua ação será sempre no sentido de manter-se na direção sindical independentemente de sua atuação nas bases.

E é a partir daí que vão se dar os primeiros problemas com relação as direções que vão assumir os sindicatos, tanto o de Crato como os das demais cidades da região do Cariri. Mas, apesar dos problemas que vão surgir com as direções sindicais, o trabalho de ampliação da estrutura sindical é intensificado. Várias delegacias sindicais são criadas facili-

(7) MICHELLS, Robert. Os Partidos Políticos. Editora Senzala. p. 50.

tando o trabalho de organização e descentralização a direção, tornando-a mais presente nas bases.

O crescimento das delegacias permite inclusive que sejam informadas as diretorias dos problemas existentes nas bases, ao mesmo tempo em que serve de espaço para a ampliação das questões referentes a categoria. Neste caso se dá um processo de comunicação das ações dos sindicatos permitindo que fiquem, os trabalhadores, informados das ações existentes em toda a área abrangida pelo sindicato. É formada portanto uma rede de informações e discussões que facilita o trabalho de ampliação dos quadros sindicais.

Para termos uma idéia do trabalho desenvolvido durante a gestão de Nobor à frente da ELIRUR, basta compararmos os dados referentes aos dois períodos analisados até agora:

TABELA 2 - Estrutura Sindical - 62/72

ESPECIFICAÇÃO	1962-1967	1968-1972
Número de Sindicatos	11	19
Número de Delegacias	05	182
Número de Associados	734	30.783

Fonte: ELIRUR: 1962-1972. Fundação Pe. Ibiapina, 1973.

Com relação a equipe composta principalmente, por filhos de camponeses o trabalho será o de uma aproximação maior com os homens do campo. São oriundos da mesma realidade conhecedores dos problemas e, agora, capazes de expressá-los numa linguagem compreensível para o conjunto da base. Essa igualdade de que é estabelecida a partir daí com a base dos sindicatos permitiu ao trabalhador deixar uma posição subordinada, no meu entendimento, para uma posição mais crítica mesmo que não se traduzisse em ação coletiva.

Não há ainda a construção de um 'sujeito' capaz de transformar a realidade ou mesmo de elaborar um projeto de sociedade, mas permitia um esclarecimento das condições de vida e trabalho que os fizeram mais críticos. Não poderia dizer que

a crítica se estabelecesse de forma generalizada, que a percepção se desse a ponto de apreender todas as contradições vividas, mas a objetivação das suas experiências era um primeiro passo que poderia levar a construção de uma classe para si.

Não devemos esquecer também, que o trabalho realizado pela equipe da ELIRUR tinha limites impostos pela diocese. Ao mesmo tempo em que o processo avançava, estabeleciam confrontações com os párcos. Estes reagiam a organização dos trabalhadores no momento em que compreendiam as possibilidades que eram abertas com o encontro dos trabalhadores entre si.

Por sua vez o sindicato, através de suas lideranças receiava a propabilidade de surgimento de lideranças mais comprometidas capazes de perceber a importância do sindicato como instrumento de luta e confrontar-se com aqueles que o dirigiam. A própria equipe era uma ameaça, no assessoramento que prestava e nos encaminhamentos que dava. Tanto que passou a existir entre as lideranças e a equipe uma disputa com relação à direção a ser dada ao sindicato e as questões que apareciam.

Os dirigentes não se apercebiam da conjuntura política nacional. Sua vida, mesmo sindical, estava restrita a organização do sindicato, aos contatos com os trabalhadores de sua base e aos problemas existentes entre patrões e empregados.

Neste sentido, a observação da lei é uma determinação que não pretendem abandonar. Tanto o sindicato como sua nova vida dependia disso como a equipe que realizava o trabalho de acompanhamento sabia que a Fundação Pe. Ibiapina necessitava dos recursos provenientes dos convênios com o governo federal.

Eram limites que no primeiro momento de sua ação, os componentes da ELIRUR não detinham, se não radicalizavam em suas propostas era porque se mostrava mais próximo os problemas com os proprietários.

Apesar dos cursos, não havia discussões sobre a realidade política brasileira, mas mesmo assim a atividade sindical na região crescia, novos sindicatos foram criados, o número de associados cresceu muito e as atividades cobertas pela

Diocese através da ELIRUR chegaram a atingir quase dez por cento da população urbana de todo o Cariri:

TABELA 3 - População e comunidades atingidas pela ELIRUR

1970	CARIRI	CRATO
População Total	648.349	72.016
População Rural	409.645	29.429
População atingida pelos cursos: 62/72	11.002	566
Associados nos STRs	30.783	1.898
Comunidades visitadas	1.825	173

Fonte: ELIRUR: 1962-1972, Fundação Padre Ibiapina, 1973

Foram dados nesse espaço de três anos, cento e cinquenta cursos, sobre vinte e quatro temas com uma participação de 3.460 pessoas. Os cursos não estavam voltados para a questão agrária e sindical, dentre eles haviam cursos profissionalizantes que eram exigidos pelos convênios estabelecidos com o Ministério do Trabalho. Com relação às questões mais gerais, próprias ao processo de organização dos trabalhadores foram dados dois sobre administração sindical com 53 pessoas envolvidas; conhecimento geral, nove cursos para 224 participantes; legislação agrária, dois para 33 trabalhadores e orientação sindical 81 cursos para um total de 1997 pessoas. (8)

Após o treinamento voltavam os participantes para suas áreas onde exerceriam atividades junto às delegacias e aos grupos de jovens, mães e outros. Eram ou passavam a ser divulgadores das idéias apresentadas pela equipe da ELIRUR de forma a multiplicar as pessoas orientadas a partir da diocese. As questões que seriam levantadas eram aquelas propostas nos treinamentos, as respostas neste caso, seriam também por ela orientadas. Estendia-se ao controle da Igreja sobre os mais diversos recantos da zona rural caririense.

(8) ELIRUR: 1962-1972. Fundação Padre Ibiapina, 1973.

Impressiona mais ainda se tomarmos o número de reuniões acontecidas, 1.282 com um total de vinte e dois mil participantes, só no período agora enfocado. Reuniões que contavam com a participação da equipe e eram realizadas no campo. Segundo os informantes a atividade da equipe se estendia nos finais de semana para poder tocar ao maior número de pessoas que não podiam ser atingidas nos dias normais de trabalho.

Com esse trabalho, conseguiram ampliar o número de associados dos sindicatos já existentes e dos que foram criados neste período para trinta mil setecentos e oitenta e três, para uma população rural de 409.645 pessoas. O que motivava este processo de sindicalização e discussão junto aos trabalhadores rurais por parte da Diocese do Crato?

Haveria alguma razão para esse movimento provocado pela ELIRUR? Em primeiro lugar, o movimento sindical brasileiro passava por um refluxo provocado pela ditadura militar, sem possibilidades pelo menos imediatas de elaboração de um projeto popular voltado para mudanças radicais do contexto sócio-político brasileiro. Não havia mais projetos a serem respaldados como era o caso do existente pelo PCB ou pelas Ligas Camponesas. A Igreja por sua vez, com o retraimento dos movimentos políticos de esquerda não estava preocupada em organizar em sindicatos os trabalhadores, a disputa que existia antes não acontecia agora.

O que então motivava esse processo de organização que se dava no Cariri? A organização dos trabalhadores para a luta por seus direitos? Os cursos que eram ministrados não indicavam neste sentido, apesar dos temas estarem voltados para a organização sindical e esta possibilitar discussões sobre o processo de exploração em que viviam. Fazê-los participantes da vida política não poderia ser, já que se estava num momento de exceção onde a Diocese dava continuidade aos seus trabalhos a partir de convênios com os governos militares de então.

Como a meu ver, não justificava a necessidade de apoio procurada pelos golpistas. O respaldo da diocese era fundamental, principalmente dentro da própria Igreja Católica

para evitar que os segmentos mais progressistas determinassem a linha a ser adotada pelo clero nacional. Mas para tanto, não precisavam, nem mesmo a diocese, do apoio dos trabalhadores.

Com relação as eleições parlamentares e dos executivos municipais não haviam maiores preocupações, na medida em que os proprietários, por deter a terra, ainda detinham o poder sobre os homens. A vida partidária **orgânica** inexistia. As pessoas votavam nos candidatos sem questionarem seu apoio ou não aos golpistas. E se tomarmos as eleições municipais na região, verificaremos que diversos líderes sindicais locais foram candidatos por partidos da situação como a ARENA e posteriormente o PDS.

Este foi o caso de Teúnas, ex-presidente do Sindicato dos Trabalhadores do Crato. A postura política dos dirigentes como de suas bases não se modificou com a participação na vida sindical, nela buscavam apenas o melhoramento das relações de trabalho e das suas condições de vida.

Acredito que **única** justificativa poderia ser através da participação e direção da CONTAG. Esta apesar de estar sob intervenção continuava levantando propostas como a de Reforma Agrária e pelo cumprimento da Legislação Trabalhista existente para o campo. O Cariri, no contexto do Ceará, tinha um peso maior do que o de outras regiões, eram 30 Sindicatos o que poderia anular as investidas de sindicatos fundados na época da FALTAC. Desta maneira, mantinham o poder na Federação submetendo-a ao controle da Delegacia Regional do Trabalho.

Segundo informações prestadas por José Laurindo, ex-presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, ele foi chamado, juntamente com outros da região para assumir a intervenção da FETRAECE em Fortaleza. O motivo da intervenção teria sido a participação dos dirigentes anteriores na ocupação de Japuara localizada em Canindé.

"A intervenção, tendo em vista que o governo achou ele, que a diretoria que era Otávio e na Federação existia um advogado muito bom que era o Lindolfo. Esse Lindolfo foi um advogado que enfrentou uma luta muito grande com os trabalha-

dores de Japuará* em Canindé. Daí foi mesmo nesta época, que o Lindolfo enfrentou uma barreira muito grande e a diretoria da época. Houve muita perseguição contra eles devido as mortes nas lutas dos trabalhadores de Japuará daí o governo entendeu de afastar a diretoria da FETRAECE e colocou uma junta governativa.

"Foi colocada uma junta da Região. João Felismino de Sousa, como secretário, Daniel do Sindicato de Aurora e José Vivaldo Rabelo de Morada Nova. O delegado do Trabalho não satisfeito também deles colocou fora esses elementos antes do término do seu mandato. Então convocou de surpresa a minha pessoa para ir à Fortaleza de imediato, eu chegando em Fortaleza, João de Sales era presidente interventor do Sindicato de Fortaleza, o delegado era Dr. Neiva em 74, ele me convidou e disse pra mim assumir a Federação." (José Laurindo)

As razões para dirigentes sindicais da região do Cariri terem sido convocadas para a direção da FETRAECE, seria apenas a de que os mesmos eram confiáveis, suas preocupações não se situavam a nível político, mas apenas às questões trabalhistas, não criando problemas para o regime instalado. Basta ver que apesar dos problemas de Assaré, João de Sales foi interventor em Fortaleza. Toda história dos sindicatos locais, desde os primeiros momentos de sua fundação estava ligada às orientações emanadas da Delegacia Regional do Trabalho no Ceará.

Quando assumiu a direção da FETRAECE, José Laurindo continuou com o vínculo com o delegado de então. Suas ações passavam pelo crivo do Dr. Neiva que avaliava inclusive as pessoas que deveriam ser contratadas para a assessoria. Na época, não havia, por parte do dirigente sindical em apreço, nenhum constrangimento. Sua visão de sindicato era a da Fundação Pe. Ibiapina. Acreditava que sindicato antes de tudo, era um órgão de Classe que deveria fazer observar as leis protetoras dos trabalhadores.

Ele desconhecia a própria história do movimento sindical no Estado, como acreditava que este era um órgão de cooperação com o governo. Para um trabalhador rural, que até bem pouco tempo vivia do trabalho braçal, ser alçado a dirigente

* Ver a esse respeito em Barreira (1987).

sindical sem que tivesse participado de lutas reivindicatórias, onde as contradições pudessem ser vislumbradas, em nenhum momento poderia crê que o sindicato fosse um órgão de luta política e "o Estado um instrumento a serviço da classe dominante." Para ele, que fôra presenteado com o cargo, estaria ali a serviço da Igreja e do Estado, que em última análise, lhe proporcionaram as funções que exercia.

Tendo em vista as diretorias anteriores da FETRAECE e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Fortaleza serem destituídas, reforçava-se a idéia de que os sindicatos não lhes pertenciam e que, da forma como haviam chegado à sua direção, poderiam, por um ato de vontade da autoridade, serem dela destituído. O resultado é que o atrelamento da entidade aumentou, esvaziando seu conteúdo de instrumento de classe.

"Éramos mandados mesmo pelo delegado e fazíamos o que ele queria. Era tanto que pra gente pedir dinheiro a gente tinha que pedir a autorização do delegado do trabalho. Agora como a gente trabalhava combinado com ele, ele liberou." (José Laurindo, ex-dirigente sindical)

Neste momento, já apareciam alguns atritos entre a equipe da ELIRUR e os sindicatos da região, principalmente com o de Crato. Acreditava o presidente do sindicato, que era Laurindo, que a equipe da ELIRUR, através de seu coordenador interferia no trabalho do sindicato. A relação dos sindicatos da região com a diocese, via a ELIRUR, era de controle e este se justificava na medida em que os sindicatos foram criados por esta, em função dos seus interesses.

Todo processo de formação dos dirigentes sindicais permitia a ingerência da Igreja local. O aparecimento de um diretor que não se submetesse as determinações da equipe era impensável. Daí, a vigilância constante, da prestação de contas, da presença nas bases com pautas para discussão elaboradas pela própria equipe, ficando o dirigente como espectador, sem interferir, até porque quem detinha na realidade o conhecimento da burocracia eram os assessores.

No caso de Laurindo, ele se insurgia contra o controle, como ele mesmo denuncia no trecho a seguir:

"Houve divergências pelo menos comigo, particularmente

te comigo. Eu confesso que aprendi muita coisa com Nobor, com a equipe dele, mas houve certas divergências que eles mesmos ensinaram e depois a gente ia mostrar e eles não aceitavam. Por exemplo: uma vez, eu trabalhando no sindicato, e uma funcionária da ELIRUR chegou a procura de uma ata do sindicato di zendo que o coordenador, Nobor Bito, queria essa ata para a equipe, para estudar, para acompanhar naturalmente, os trabalhos. Eu, entendi que era isso, mas a minha resposta foi a se guinte: que eu achava que coisa do sindicato era do sindica - to. Não tinha nada de sair para fora. Daí houve uma discus - são." (José Laurindo)

Esse controle é reconhecido por sua vez por ex-asses sora ligada a ELIRUR. Para ela, aparece como algo natural, afi nal não poderia estranhar a intromissão da equipe que foi res ponsável pela fundação do sindicato pela Igreja. Essa questão da posse do sindicato e conseqüentemente do mando é muito cla ra neste trecho:

"... outro ponto também é que a gente acompanhavam mui to de perto a parte financeira, tinha a contadora lá na ELIRUR e quando se descobria uma coisa que não tava regular a gente questionava e isso não agradava." (Maria Ferreira de Alencar)

Essa questão era aprofundada na medida em que os mem bros da equipe também se reconheciam como trabalhadores ru - rais. Não nos esqueçamos de que eram oriundos do campo, filhos de trabalhadores, e acreditavam que sendo da base tinham todo o direito de determinarem o percurso a ser realizado pelo sin dicato. Por outro lado, eram membros da equipe ligada à Igreja e que prestava assessoramento a entidade, o que reforçava seu controle, sua cobrança.

De parte dos dirigentes sindicais, o que aparecia é que eles eram os "verdadeiros dirigentes" e portanto não tinham que "prestar esclarecimentos de suas ações". Se havia por trás disso outras razões esta aparecia ainda mais urgente. Impor-se como liderança era no caso fundamental, desta forma, pessoas que conheciam a maneira de funcionamento dos sindicatos eram perigosas e uma ameaça aos diretores.

Para Michella, essa é uma característica de todos os dirigentes tanto sindicais como partidários, eles se ressen-

tiam da presença de outras lideranças, temendo serem destituídas da direção sindical ou partidária. Principalmente no caso dos sindicatos, quando passam a deter privilégios anteriormente não experimentados, os líderes temem retornar à situação anterior de trabalhador braçal.

"Quando não tem fortuna nem outras fontes de renda, os chefes agarram-se com tenacidade, por razões econômicas, ao posto que terminam por considerar propriedade sua, um bem inalienável."

"Esta afirmação é verdadeira principalmente em relação a antigos operários que se transformaram em líderes e perderem o hábito do trabalho manual." (9)

Por esta razão, acredito que para os dirigentes a equipe da ELIRUR era uma ameaça constante. Tanto pela ingerência junto as questões burocráticas, como pela fiscalização que exerciam a partir daí. Os próprios membros da ELIRUR sendo da categoria se caracterizavam como possíveis líderes capazes de alcançar a diretoria do sindicato.

Ao mesmo tempo, para a diocese, a presença dos sindicatos com independência significativa acabar com um projeto pastoral que se assentava no assessoramento e controle dos sindicatos da região. Para alguns líderes, o que na realidade temia a Fundação Pe. Ibiapina, era a finalização dos convênios com o Governo Federal que lhe dava sustentação financeira.

"... A Fundação, sentiu, talvez, que os convênios estavam caindo e que os trabalhos havendo o dinheiro ele vinha mais em função da ELIRUR que tinha um trabalho que dava para fazer prestação de contas correta..." (José Laurindo)

Aumentam os atritos em consequência do desmembramento da delegacia de Santana do Cariri, transformada em sindicato. Com o processo de fundação dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais de Santana do Cariri, pretendeu o coordenador da ELIRUR que parcela dos recursos vindos para o Crato, fossem dirigidos para a organização daquele sindicato, o que não foi aceito pela diretoria.

(9) MICHELLS. Obra citada, p. 117.

"Aqui no Crato o problema do sindicato se criou mais devido o desmembramento que, quando foi criado o sindicato ele tinha uma área de ação muito grande. Crato era Crato, Farias Brito, Altaneira, Nova Olinda, Araripe e Santana do Cariri. Então a gente tentou depois desse processo de organização que se criasse delegacias sindicais nesses municípios, para posterior criação de sindicatos. Então é uma forma de descentralizar e uma possibilidade de organização maior dos trabalhadores. Então, na medida em que o sindicato ia se organizando, se fundando sindicatos nesses municípios, enquanto não saísse a carta sindical ele não podia receber o dinheiro da contribuição sindical do seu município. Então aqui no Crato a gente começou a discussão para que o Crato, que era dinheiro que correspondia a cada município, que ele enviasse aos municípios para esse trabalho de organização. E o pessoal que não concordava com isso saíram. Saíram alguns membros da diretoria e ficaram se reunindo provisoriamente, que não era para desviar dinheiro do sindicato do Crato." (Maria Ferreira de Alencar)

A partir daí, tornou-se impossível a convivência entre a equipe e o sindicato. A assessoria que era prestada pela ELIRUR é retirada e passa a realizar atividades junto às comunidades rurais. Esse trabalho já estava sendo feito através de cursos profissionalizantes e é ampliado formando-se nas comunidades atendidas clubes de jovens, de mães e outros processos de organização comunitária.

Esse é um trabalho que não deixa de interferir no contexto do sindicato local. As delegacias passam a cobrar mais do sindicato e de sua diretoria, na medida em que a equipe da Fundação desenvolve seu trabalho junto as comunidades rurais, formando jovens com capacidade de compreensão maior e uma igual vontade de participar do desenvolvimento do sindicato. Por parte da ELIRUR torna-se mais frequente as denúncias contra a diretoria do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Crato.

"Eles começaram a trabalhar e orientar as comunidades. Começou a fazer um trabalho paralelo junto ao município dando cursos de corte e costura, bordado e saúde, chegando ao ponto, uma vez, de eu ouvir numa emissora de rádio me criti -

cando, usou meu nome e u tive até que tomar uma atitude de ir a D. Vicente pedir para que não fizesse isso. Depois se ficou de fazer uma reunião comigo, D. Vicente, Teúnas e Nobor." (José Laurindo)

A partir daí, assumiu o assistencialismo proposto pela criação do FUNRURAL. Com as atividades normais mais os serviços prestados pelo organismo sindical ficou inviável um trabalho de organização dos trabalhadores. Acredito que o atendimento médico-odontológico realizado tenha sido uma forma de esvaziar o movimento sindical. Os trabalhadores não conseguiam atendimento via INPS e portanto passaram a procurar o sindicato modificando sua finalidade de órgão de luta em órgão de prestação de serviço. (10)

No caso dos dirigentes, também se opera uma mudança. Transformaram-se em "burocratas", dissociados da categoria que representavam. Não necessitavam dela para reproduzirem-se como tais. Os recursos provenientes do Estado e os serviços que prestavam eram suficientes para manutenção do sindicato.

Se no primeiro momento da construção sindical do Cariri, tínhamos a Igreja buscando o controle de uma classe que inexistia como sujeito e no segundo, a construção da estrutura sindical observando a legislação trabalhista em vigor, mas sem ligação orgânica com a base que dizia representar, no terceiro momento vamos verificar a submissão dos dirigentes ao governo, que aliás já vinha sendo construída desde o princípio, em função do oportunismo apresentado pelos diretores.

Será esta a linha a ser desenvolvida a partir de agora, na análise do terceiro momento da vida sindical do Crato com conseqüências para o Cariri.

4.4. O Sindicato do Crato afasta-se da Diocese

Quando falamos que o sindicato dos trabalhadores do

(10) Ver GONÇALVES, Francisco Luiz S. "Dependência Financeira, Assistencialismo e Burocratização nos Sindicatos. In: Sindicatos em uma Época de Crise. Petrópolis, Vozes/CEDEC. 1984. p. 26 e seqs."

Crato passou por alguns momentos e os caracterizamos como um momento de fundação dos sindicatos, um segundo de estruturação funcional dos mesmos e apontamos na direção de um terceiro momento, não queremos dizer que estas fases teriam sido geradas a partir de rupturas com uma linha sindical conservadora. Há a permanência da compreensão do sindicato como um órgão vinculado ao Estado e conseqüentemente à classe que o detém.

Não que tivessem os trabalhadores locais, dirigentes dos sindicatos da região uma compreensão elaborada como no caso da Igreja. Para esta, o sindicato aparecia num processo de inserção dessa instituição no contexto da sociedade civil como um instrumento a ser usado na relação que manteria os segmentos da classe burguesa que governava. Neste caso a manutenção dos trabalhadores sob sua orientação determinava o grau de aproximação e de sobrevivência da Igreja como instituição. Daí, sua indicação de que os sindicatos seriam instrumentos de colaboração retirando de dentro do movimento sindical a sua combatividade e conseqüente radicalidade.

A Diocese do Crato situava-se no interior desse projeto, era parte dele e procurou aqui dar sustentação ao mesmo. Para os trabalhadores apresentava um projeto feito para eles com o objetivo de melhorar sua situação de vida, mas nunca pretendeu elaborar um projeto dos trabalhadores. Por isso não foi capaz de construir uma unidade que desse coerência as práticas desenvolvidas por seus dirigentes ou mesmo sua equipe.

Assim, quando aparecem as possibilidades de sobreviver sem a Diocese local, os dirigentes o fazem, sem um projeto que não fosse seu próprio interesse.

. O desejo de permanência num patamar diferente de suas condições anteriores de "trabalhador da roça", residindo na cidade e estabelecendo relações com segmentos que não eram o de sua origem é o que determina sua ação. Com a vinculação dos sindicatos ao Estado, adequam-se as determinações dos governos militares, associam-se ao programa assistencialista e asseguram sua reeleição.

O diretor-presidente do sindicato do Crato, nessa época, era Teúnas. Substituíra Laurindo após sua ida para Fortale

za, em 1974. Neste momento, começava-se os primeiros passos na direção da redemocratização da sociedade brasileira. A CONTAG levantava a questão da terra como uma prioridade, buscando o cumprimento do Estatuto da Terra que estabelecia a Reforma Agrária para as áreas de tensão social.

No caso do Crato, os problemas levantados pela confederação não eram levados para os trabalhadores rurais. O rompimento com a Fundação criou alguns vazios incapazes de serem supridos naquele momento. É bom que se diga que este é o ano que Nobor Bito se afastara da Fundação, convidado para assumir a FETRAECE. Foi chamado por João de Sales com restrições por parte de Laurindo que achava difícil o Delegado do Trabalho aceitá-lo por ser conhecedor do seu trabalho. Permanece apenas durante 5 meses.

É revelado pelos dirigentes entrevistados que na separação do sindicato da equipe da ELIRUR contaram com o apoio da Delegacia do Trabalho:

"O afastamento começou em 1972. A ELIRUR na medida em que se afastava, na medida em que começava a sentir a reação dos dirigentes a sua orientação. Esta foi deixando até que em 73 a ELIRUR viu que os sindicatos começaram a se unir, sindicato com sindicato, para não aceitar mais aquela ligação com a equipe. A gente via de acordo com a Lei, e o apoio do Delegado do Trabalho, que a ELIRUR estava querendo mandar no sindicato. Hoje a gente vê que não era aquilo, os dirigentes é que estavam empolgados com o dinheiro que estava entrando."

"De 73 a ELIRUR afastou-se totalmente do sindicato, aqueles crentes que havia, aquela solidariedade que existe entre os dirigentes sindicais, pois a ELIRUR não teve mais condições de juntar, de convencer os dirigentes."

"A ELIRUR passou a atuar numa linha diferente de treinamento de mão-de-obra, nas comunidades mas com os próprios trabalhadores sem o trabalho com os sindicatos." (Teúnas, ex-dirigente sindical)

Ao que parece, pelos dados inclusive, constata-se uma diferenciação do trabalho que era realizado pela ELIRUR. Sabemos que quando Nobor passou a coordenar a Equipe modificou o perfil. Trouxe para era filhos de trabalhadores rurais, trei-

nou-os junto às bases e mesmo que não propusesse um trabalho político de conjuntura, foram levantadas questões em que a realidade do trabalho no campo era apresentada em suas contradições acentuadas pela forma de exploração, que exerciam sobre os trabalhadores, os grandes proprietários.

O enfoque modificado, a equipe que tinha a vivência da exploração quando confrontada com um instrumental teórico capaz de fazê-la traduzir esta realidade e contrapô-la com a legislação existente, passa a atuar diferentemente do que vinha ocorrendo anteriormente. O objetivo da luta é a consecução da Lei, de forma que a exploração fosse atenuada.

Esse compromisso, que afinal não aconteceu apenas aqui na região, mas em todo o país, fez com que modificasse o próprio contexto das discussões realizadas na base. Os trabalhadores passaram a tomar conhecimento dos seus direitos e questionar suas condições de trabalho. Não podemos dizer no entanto, que tenham passado da discussão para a reivindicação, mas de qualquer forma, muda a equipe e muda o trabalho da equipe.

Dos questionamentos à uma ação organizada através do sindicato, mesmo que fossem os problemas referentes as unidades de trabalho, patrão empregado e entre grandes e pequenos proprietários colocava-os diante de uma situação inteiramente nova. Os proprietários não eram mais vistos como senhores absolutos da terra e do trabalho. Existiam limites à sua onipresença, sua força começava a aparecer menor, o que mais cedo ou mais tarde diminuiria o medo dos trabalhadores.

Essas eram questões que não fugiam daqueles que detinham a terra e dos que os representavam nas instituições existentes. Por isso, a pressão dos proprietários e a ação do Delegado do Trabalho para separar o sindicato de sua assessoria. Mesmo que a assessoria interferisse e controlasse as funções que eram próprias dos dirigentes, o apoio que é dado pelo Delegado neste sentido é acabar com a atuação da ELIRUR.

A equipe da ELIRUR voltava-se para o trabalho junto às bases. Na verdade era um trabalho que já vinha realizando junto às comunidades rurais. Sua prática não é modificada até porque continuam sendo instrumento de educação e organização

das comunidades rurais como o foi anteriormente. Agora mais do que antes estes cursos e treinamentos se transformam em instrumentos de difusão e reivindicação, procurando no sindicato como fazia em relação as administrações locais, aquilo que era necessário ao melhoramento de suas condições de vida.

Os Conselhos de Líderes* criados nas comunidades rurais colocavam-se como uma necessidade que completava o trabalho sindical. Este voltado para as reivindicações trabalhistas que demandassem mudanças nas relações de trabalho e os conselhos e de clubes, voltados para as necessidades da comunidade pleiteando escolas, postos de saúde e outros benefícios que somados aos primeiros permitiam a melhoria de vida da população rural.

Neste caso, há clareza no trabalho da Fundação Padre Ibiapina. Sua preocupação dizia respeito ao "homem como totalidade", não eram apenas as condições salariais e trabalhistas que teriam que melhorar mas também as de moradia, saúde e educação. Quando falava no "homem integral" queria referir-se a todo o ambiente em que vivia e trabalhava o homem do campo. Esta sua visão não era diferenciada da visão da Igreja como um todo, não devemos esquecer que a Arquidiocese de Natal quando começa a interiorizar seu trabalho começa exatamente pela saúde e educação, neste caso a Diocese do Crato dava continuidade ao trabalho que era encetado pela Igreja onde atuava.

No entanto, a percepção do homem em sua totalidade, verificando-se suas carências, não significava que pretendesse revolucionar as estruturas existentes apenas que mudassem as condições de vida no contexto da sociedade capitalista que

*Os Conselhos de Líderes é um organismo criado pela Fundação Pe. Ibiapina em 1974 com o propósito de "desencadear um processo conscientizador capaz de tornar o homem agente do desenvolvimento no seu próprio meio." Ele é organizado a partir da constituição de um Conselho de Líderes na comunidade que é acompanhada, com representantes no Conselho de Líderes do Município em que se insere que por sua vez compõe o Conselho de Líderes Diocesano. A ELIRUR acompanha os líderes orientando-os ao mesmo tempo em que passa a ministrar cursos de acordo com as necessidades das comunidades. Fundação Pe. Ibiapina - Instituto Diocesano de Promoção Rural. Documento O Relacionamento IDPR X Setores. 01. 1979.

viam como possível. Neste caso, espelhavam-se nos países mais desenvolvidos em que as condições de vida e trabalho dos segmentos mais populares eram condizentes com sua "natureza." Acabar com ricos e pobres não era seu desejo, não da Igreja ou da Diocese do Crato o que viam com preocupação era a deterioração da vida dos camponeses que poderia resultar numa ruptura violenta com prejuízos para a burguesia e para a própria Igreja.

Neste sentido, a homilia pronunciada por D. Vicente, no IX Encontro de Líderes Rurais é muito sugestiva:

"... E Ele disse mais: não queiram a luta de classes. Está lá escrito e dito pelo Papa com toda clareza. Toda luta de classes não leva a consequência boa, de forma alguma, porque se uma classe se lança contra a outra o que acontece; acontece que pode botar a outra abaixo, mas na verdade passa um a ficar ofensivamente massacrando o outro e sempre haverá alguém que está esmagando e alguém que está esmagado."

Seguindo essa premissa, o trabalho da ELIRUR estava voltado para outras formas de organização que passam a salientar após o rompimento com os sindicatos. Mas essa organizativa levantava questões que implicavam num aprofundamento da discussão sobre as contradições que eram vivenciadas pelos camponeses. A própria equipe encarregava-se de mostrar as diferenças que existiam na vida que levavam o trabalhador e o patrão mostrando a necessidade da luta reivindicatória que passava pelo político e pelo econômico.

Assim, incentivavam a sindicalização e a participação nas reuniões nas delegacias sindicais. Demonstravam as deficiências do sindicato em não encaminhar as questões trabalhistas ao mesmo tempo em que denunciavam os compromissos dos dirigentes com as classes dominantes. Por sua vez o sindicato voltou-se para o assistencialismo.

O assistencialismo desvincula o sindicato de suas funções primordiais, permitindo aos dirigentes o distanciamento das questões básicas da categoria. Como as carências são excessivas e atendimento da saúde aparece como um serviço essencial ao trabalhador tirando-lhe a atenção das demais necessidades, principalmente daquelas que envolvem as relações de trabalho e exploração a que estão submetidos.

Para os trabalhadores, o sindicato cumpre seu papel

de prestador de serviço aos associados. Diante do poder dos proprietários curvam-se principalmente, porque em sua compreensão a propriedade é inquestionável e as relações de trabalho não poderiam ser modificadas, o próprio sindicato não conseguia fazer cumprir a legislação, no máximo havia conseguido alguns acordos que mais beneficiavam os donos do que aos trabalhadores.

Este tipo de prática que acontecia aqui, sofre no entanto, algumas mudanças. A equipe trabalhava no sentido contrário, mostrava que os trabalhadores tinham direitos e que se não os conseguiam era em função de uma direção sindical que não demonstrava interesse pela categoria voltada que estava para suas próprias necessidades. Ao lado disso, as informações sobre a conjuntura nacional passaram a ser divulgadas demonstrando na prática que a organização da sociedade civil estava provocando mudanças substanciais entre aqueles trabalhadores que dispunham de um melhor nível de organização.

Algumas comunidades "mais atuantes" como algumas lideranças sindicais "mais engajadas", passaram a exigir a participação maior da direção sindical cobrando dela a resolução de seus problemas. Neste sentido, é importante que se abra um parêntese para expor algumas características do movimento sindical do Cariri. Aqui como o trabalho realizado se deu através da Diocese do Crato, mais especificamente pela Equipe da ELIRUR, os problemas que envolviam os sindicatos eram partilhados por todos os demais.

Os encontros regionais que Nobor introduziu durante seu período à frente da equipe permitia que os trabalhadores da mesma forma que os dirigentes, participassem dos problemas de cada um, levantassem as questões e as discutissem de forma comum cobrando um dos outros posturas mais comprometidas ao mesmo tempo em que o encaminhamento das lutas se processassem com o apoio de todos. Como exemplo, temos algumas questões como foi o caso de Assaré, já enfocado; o apoio a dona Moça*, pos

*Dona Moça, trabalhadora rural do vizinho município de Barbalha que reagiu sozinha contra a expulsão dela e de outros trabalhadores das terras sobre as quais detinham a posse desde 1917 quando seu pai chegou a esse município. A firmeza de

seira em Barbalha, e a luta dos pequenos proprietários de Monte Alverne contra a construção do açude de Inxu no município de Crato.

Por outro lado aparecia diante de todos as deficiências que existiam permitindo aos trabalhadores de base a comparação e posterior cobrança com relação ao encaminhamento da do aos problemas. Mesmo estando afastado da Fundação, o sindicato do Crato, comparecia aos encontros promovidos por esta entidade, através de seus diretores ou através de seus delegados.

A proximidade maior dos delegados sindicais das bases fazia com que as cobranças da equipe da ELIRUR ou dos Conselhos e Grupos Comunitários fossem maiores. Da mesma maneira pertencendo a comunidade não poderia furtar-se da participação nas reuniões desses grupos. Assim havia um entrosamento muito grande entre a base sindical e a ELIRUR que permite dizer que apesar do distanciamento em que se encontrava a diretoria do sindicato dessa equipe, esta em nenhum momento afastou-se do sindicato.

A necessidade de uma assessoria forçou a contratação de Osmar Alves Flor. Filho de agricultores e sendo estudante universitário teve um comportamento semelhante ao da equipe da ELIRUR, exigia dos dirigentes sindicais e da FETRAE CE uma "postura mais crítica" diante dos acontecimentos nacionais. Nestes anos a atividade sindical fôra intensificada resultando nas greves do ABCD em que além dos salários mais condizentes com as necessidades dos trabalhadores reivindicava-se a desvinculação dos sindicatos do Ministério do Trabalho.

Ao mesmo tempo, era intensificada a luta pela redemocratização do país, com espaço para o aparecimento de novas correntes políticas que permitissem maior representatividade aos diversos setores da opinião pública. Neste momento, os

sua luta levou-a à conquista de sua terra contanto, nos momentos mais decisivos com o apoio dos trabalhadores rurais de várias cidades do Cariri e da equipe da ELIRUR.

sindicatos viam que as lutas dos trabalhadores somente era possível dentro de uma conjuntura mais democrática e participativa. A Igreja e as demais instituições não podiam dá conta da complexidade que era a sociedade brasileira, era chegado o momento de abrir para as novas formas de organização que emergiam diante das necessidades dos diversos segmentos da sociedade civil.

Os trabalhadores nacionalmente o percebiam, principalmente, aquelas categorias que sofriram mais com as limitações econômicas e políticas impostas pela ditadura militar. No caso do Cariri, várias lideranças políticas colocavam a questão e os próprios sindicatos sentiam-se pressionados para organizar os trabalhadores tendo em vista o momento político brasileiro. A CONTAG levantava as bandeiras da redemocratização juntamente com outras mais específicas solicitando dos dirigentes posicionamentos mais claros com relação a conjuntura. (11)

Não podemos esquecer que a própria base sindical na região sentia-se pressionada em função dos invernos irregulares que começaram a partir de 78. Reivindicavam as emergências da mesma maneira que criticavam o modo como eram instalados, servindo de instrumento político da ditadura para costurar apoios. (12) Neste caso, as ações do governo no meio rural eram realizados não para favorecer os trabalhadores carentes mas, muito mais, para contribuir com o aumento do clientelismo político.

Essas questões implicavam em pressão sobre os dirigentes sindicais que tinham forçosamente que tomar posição. Da mesma maneira, as denúncias que se faziam exigiam sua presença nas bases, discutindo com os trabalhadores sua situação. Desta forma pressionados não era suficiente a assessoria pres-

(11) SILVA, José Graziano da. O que é Questão Agrária. Editora Brasiliense. 1981. p. 86.

(12) BURSZTYN, Marcel. O Poder dos Donos: Planejamento e Clientelismo no Nordeste. Editora Vozes. 1985. p. 33.

tada por Osmar, eram necessários mais assessores que pudessem está nas bases nos momentos exigidos levantando questões que boa parte deles ignoravam.

O Encontro Regional de 1975 era um indício de que os sindicatos da região e de Crato como os outros, não poderiam ficar alheios aos acontecimentos que afetavam os trabalhadores rurais, principalmente aos pequenos proprietários e parceiros que encontravam dificuldades para produzir os alimentos necessários a sua sobrevivência. Os preços de mercado para o produtor eram mínimos incapazes de cobrir as despesas que tinham com os roçados. Não havia crédito e quando aparecia ficava nas mãos dos grandes proprietários que tinham acesso fácil aos bancos.

4.5. O Sindicato e as Lutas dos Trabalhadores

A inserção do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Crato nas lutas foi sempre de expectativa, "esperar para ver como se desenrolavam os movimentos reivindicatórios". De qualquer maneira, não temos na região muitos movimentos que implicassem numa mobilização via sindicato. Para que tal fato acontecesse, seria necessário que tivéssemos lideranças capazes de organizar e aglutinar o campesinato local empunhando bandeiras capazes de sensibilizá-los. Mas não era isso que ocorria.

Aconteceram algumas manifestações que poderiam ter propiciado uma mobilização maior e mais constante entre os rurícolas. Dentre elas quero destacar dois momentos, pelo número de pessoas que conseguiu juntar para fazer frente aos problemas que emergiam. O primeiro deles dizia respeito a forma de pagamento que envolvia os parceiros da cana-de-açúcar no sítio Belmonte. O segundo, foi quando da desapropriação para a construção do açude de Inxu. Uma em 1972 e a outra já em 1980.

No caso dos plantadores de cana, era estabelecido que os mesmos teriam que pagar a terra que usavam no plantio da cana-de-açúcar com a metade da produção de rapadura obtida. O dono do engenho ao fabricar a rapadura do seu parceiro segura

va cinquenta por cento que fazia frente ao aluguel da terra e as despesas no fabrico deste produto. Esta era a forma predominante na região sem que maiores problemas fossem criados.

Mas numa propriedade do sítio Belmonta, a proprietária do engenho de rapadura achou bom cobrar um "dízimo" que correspondia a cinco por cento, isso significava que o produtor teria que além da pagar o que era estabelecido, ou seja, a metade da sua produção, deveria acrescentar mais cinco por cento sem que antes do fabrico da rapadura fosse estabelecido qualquer discussão que permitisse tal aumento do percentual a ser pago normalmente.

Tal maneira de estabelecer cotas aumentadas por parte do proprietário, revoltou os trabalhadores que já eram obrigados a produzir sua rapadura no engenho do proprietário das terras sem opção de negociar as condições de pagamento a que eram sujeitados. Não poderiam procurar outro engenho e não teriam outro proprietário que se dispusesse a produzir sua rapadura. O estabelecido era que ao produzir cana numa determinada propriedade teria ele que fabricar seu produto apenas no engenho dessa pessoa.

Os trabalhadores procuraram o sindicato. Segundo Laurindo "eles chegaram no sindicato apavorados dizendo que a proprietária do engenho havia prendido a rapadura deles no seu armazém e queriam uma orientação. Daí nós nos reunimos na Fundação Pe. Ibiapina, ouvimos as queixas deles aí começamos a fazer uma série de reuniões, convidamos o advogado e começamos a questionar. Depois perguntamos se eles topavam uma luta, ir até o fim e eles disseram que sim. Então nós mandamos eles pegarem a rapadura deles no armazém e que dessem só a metade daí eles fizeram. Eles vieram atrás da gente e nós conseguimos."

Neste momento, o sindicato teve uma atitude que resultou na resolução rápida dos problemas que enfrentavam aqueles trabalhadores. Contavam na época com a Fundação. Portanto, para permanecerem como dirigentes e isso era o que queriam, necessitavam apenas "acomodar-se" diante das questões mais abrangentes. Para eles, os sindicatos eram antes meio de vida, mais "meio de vida" do que propriamente instrumento de luta de uma

classe em formação.

No conflito de Monte Alverne, dez anos depois, a postura do sindicato dos trabalhadores do Crato não foi muito diferente. Neste caso, o problema que aparecia ou que motivava a organização dos trabalhadores era a construção do açude de Inxu, no município do Crato. Este açude previa a barragem do rio Carás situado numa região onde predominavam as pequenas e médias propriedades rurais. Todas as terras localizadas no vale, eram agricultáveis e responsáveis por parte significativa da produção de grãos e de produtos hortifrutigranjeiros. (13)

"Carás é o vale que, segundo os termos do Plano de Eletrificação do Cariri, há pouco editado pela Companhia Hidrelétrica do São Francisco, "apresenta em suas margens uma faixa de aluvião fértil, bastante úmida, onde se cultivam cereais", com uma extensão de 3.595 km², e 178.746 habitantes."

Para o deputado Dr. Araripe o mais viável, seria a construção de pequenas barragens que permitissem aos agricultores safras consecutivas melhorando o seu padrão de vida ao mesmo tempo em que supririam a região de produtos alimentares tão caros aos trabalhadores de um modo geral.

"Ao justificar o Projeto de Lei nº 337/51, salientamos que esta vale abrange uma planície de cerca de 50 quilômetros de extensão, por um a seis de largura, através dos municípios de Crato, Juazeiro e Missão Velha, e que se lhe retivessem as águas do curso principal e respectivos afluentes, e lhe sorguessem o lençol freático, mediante um sistema de barragens subterrâneas, realizar-se-ia uma obra de extraordinário alcance para a riqueza da região e conseqüentemente melhoria de vida de seus habitantes." (14)

De qualquer maneira, em nenhum momento, os trabalhadores e proprietários do vale do Carás, principalmente os que se situavam na parte alta, acima do vale, foram consultados

(13) ARARIPE, Antonio de Alencar. O Problema das Secas e Outros Ensaios. Banco do Nordeste do Brasil S.A. Fortaleza-Ceará. 1983. p. 76.

(14) Idem.

De qualquer maneira, em nenhum momento, os trabalhadores e proprietários do vale do Carás, principalmente os que se situavam na parte alta, acima do vale, foram consultadas sobre a viabilidade do projeto ou dos projetos que se encontravam no DNOCS. Até porque em determinado momento, a discussão voltou-se para a construção de um grande açude com outra finalidade que não era mais a de atender aos proprietários localizados naquela área.

A Associação Comercial do Crato, colocava o problema de que Crato e Juazeiro eram duas cidades que cresciam e portanto necessitavam de serviços como no caso o abastecimento de água capaz de atender as demandas da população urbana das duas cidades.

Em nenhum momento, procuraram solução alternativa apenas viam que este rio era um dos poucos da região em que as águas corriam durante todo o ano e que portanto poderia solucionar o problema da água para as cidades. Em momento algum passou por esses líderes empresariais que este problema poderia ser resolvido a partir de uma utilização mais racional dos mananciais do sopé da Serra do Araripe. **Aliás** mexer nas águas das fontes significava "comprar uma briga" com os grandes proprietários de terra que utilizavam essas águas para os seus plantios de cana-de-açúcar.

Diante das pressões que esses organismos empresariais fizeram sobre os políticos e os governos estadual e federal foi desengavetado o projeto do açude que se encontrava no DNOCS e modificado para atender aos reclamos dos setores dominantes da região. Somente a partir daí a comunidade que seria envolvida e que sofreria as consequências tomou conhecimento. Soube através da equipe da ELIRUR.

As comunidades de Poço Dantas e de Monte Alverne eram comunidades rurais trabalhadas pela equipe já há alguns anos. Entre os membros da equipe existiam pessoas que eram oriundas daquela área e vieram para a Fundação em função da liderança que exerceram no clube de jovens de Monte Alverne, portanto com interesse de tornar público para a comunidade a pretensão do governo de atender aos pedidos da Associação Comercial do Crato.

Diante dos problemas que poderiam surgir com a construção do açude como a desapropriação de várias pequenas pro-

as indenizações, só seriam suficientes para a compra de novas terras, etc. De todas as questões levantadas nas discussões feitas entre os membros daquelas comunidades envolvidas, a que parecia mais forte era a permanência dos moradores como agricultores. Que condições teriam para permanecer como camponeses se o município de Crato não dispunha de áreas capazes de serem adquiridas de forma a substituírem as terras que ficariam submersas e áreas circunvizinhas apropriadas pelo DNOCS?

Somava a essa questão outras entre as quais destaque, o problema de terem seus sítios em condições de produzir a sustentação da família, com fruteiras, cacimbas e pequenas barragens, enfim, com toda uma infraestrutura capaz de suprir as necessidades dos seus moradores. Expulso de lá, onde conseguir reproduzir essas condições em pequeno espaço de tempo? Além disso emergia o problema das relações de vizinhança, os serviços de que era dotada a comunidade com escolas, postos de saúde, posto telefônico e sistema de transporte para a cidade que facilitava a vida dos residentes e que não encontrariam em outras áreas.

Essa realidade que se colocava na medida em que o debate ia se fazendo, assustava os moradores, mas mesmo assim, alguns foram favoráveis às mudanças preocupando-se unicamente com a indenização que seria paga. Os motivos para tal divisão entre os que queriam permanecer no lugar e aqueles que pretendiam afastar-se, tinha como base o fato de que morando em áreas onde a água sempre foi um problema passaram a acreditar que a construção do açude seria benéfica para a população do município e portanto não deveriam ser contrários a isso.

Para outros, o problema que aparecia era o do Estado. A construção do açude era decisão do Estado e eles nada poderiam contra tal decisão. Para o homem do campo, a questão dos governos, em todas as suas esferas, sempre apareceu com absoluta, não era possível questionar. Sua própria realidade indicava a onipotência dos governos, os serviços que lhes eram prestados dependiam da vontade daqueles que estavam assumindo as administrações públicas. A distribuição dos serviços eram inerentes à vontade e aos interesses dos que assumiam os go-

vernos, em função de suas alianças, não sendo beneficiados àqueles que não se submetessem.

Portanto, eles nada poderiam fazer, o governo já decidira a construção do açude. Questionar era "perda de tempo", principalmente, se se encontrava no local para tal fim, um batalhão do exército. Todos esses aspectos passaram na decisão de alguns de aceitarem a indenização e partirem para outras áreas. Mas neste caso não teria faltado às lideranças da ELIRUR ou do sindicato uma posição mais firme que combatesse esse derrotismo?

Vejamos os fatos. A primeira entidade a engajar-se no processo de luta e organização desses camponeses foi a ELIRUR. O sindicato, apesar de ter conhecimento da construção do açude não se manifestou a não ser quando procurado pela equipe da Fundação.

"A gente sabia que o sindicalismo aqui na região, eles falavam sempre das questões dos direitos dos trabalhadores, falavam das leis que existiam mas não paravam para analisar realmente estas leis se iam mesmo beneficiar os trabalhadores. Mas o sindicato não tinha essa intervenção porque as próprias lideranças sindicais, os dirigentes sindicais não tinham coragem, não eram combativas. Seus dirigentes desviavam a discussão, achavam que eles estavam muito fortes, que não podia ser daquele jeito. Isto prejudicou bastante não ter uma resistência maior, o fato dos dirigentes não se comprometerem de forma séria com as questões o que dificultou o encaminhamento das lutas, um movimento de resistência maior." (Alda)

O próprio sindicato encarregava-se de levantar a questão do poder do Estado, fomentando entre os trabalhadores um medo que era deles próprios dirigentes sindicais. Mas no caso da Fundação Pe. Ibiapina, a situação não foi muito diferente. Segundo esta entrevista, a Fundação após ter levantado os problemas do açude, tendo permitido que a equipe aprofundasse o debate, resguardou-se quando o mesmo começou a crescer.

"A Fundação faz um trabalho com recursos da Presidência da República e a Fundação como instituição ela não queria

em nenhum momento se chocar com o governo que a financiava se ela quisesse podia ter usado a rádio, o jornal, tinha todo um poder nas mãos, que poderia ter mobilizado toda a região mas ela não quis fazer. Isso para mim é claro, a luta ela tinha que desenvolver era a nível do próprio trabalhador, mesmo agora, esse setor que fazia esse trabalho ele já tinha uma postura que era um tanto diferente da instituição como instituição ela não ia fazer não tinha coragem de fazer, não ia assumir esse papel. Eles diziam para a gente fazer um trabalho, apoiar o trabalho mas não precisava a gente ficar lá dentro, que a gente podia dar um apoio mais logístico. Eles não queriam que a gente participasse da organização de manifestações." (Alda)

O ponto máximo de todo o processo de organização dos trabalhadores rurais da região, foi o Encontro Regional dos sindicatos do Cariri, na escola de Monte Alverne. Neste encontro além dos sindicatos estavam presentes a FETRAECE, a FASE, o PMDB e uma representação do movimento pró-criação do Partido dos Trabalhadores. Esse encontro foi coordenado pela equipe da ELIRUR e várias posições foram tomadas. Entre elas uma passeata pelas ruas de Crato, na segunda-feira, quando se realizava a feira do Crato, com a presença de trabalhadores rurais, para sensibilizar a opinião pública com relação aos reclamos dos pequenos proprietários da área a ser coberta pelo açude.

Foi proposto a continuação das reuniões para mobilização dos trabalhadores, sendo discutida ainda a questão das indenizações a serem pagas e a utilização das terras que mapeavam o açude e que ficariam para o DNOCS. No entanto, nenhuma delas foi levada adiante, em função da maneira como o sindicato encaminhou as decisões do encontro. Com o tempo o açude foi feito, as indenizações foram pagas, abaixo do valor real das terras, impossibilitando aos camponeses de comprar novas terras para trabalharem.

A equipe da ELIRUR, que pretendeu dar continuidade ao processo de organização teve dificuldades com a Fundação Pe. Ibiapina e não contou com o apoio do sindicato. Em algumas reuniões em que era prevista a presença de membros da ELIRUR

BH/UFG

o sindicato as inviabilizava impedindo que esses assessores pudessem ter acesso aos trabalhadores. Diante da impossibilidade de dar continuidade a esse trabalho e a outros dentro de uma linha mais comprometida a equipe da ELIRUR dois anos depois é demitida da Fundação Pe. Ibiapina.

Comparando as duas situações, verifica-se, que o comportamento do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Crato é semelhante nos dois casos, na medida em que eram acontecimentos que poderiam aglutinar um número maior de camponeses levando-os a uma percepção mais acurada do momento histórico em que estavam inseridos. No primeiro movimento, a questão da parceria na produção da cana poderia indicar a questão da parceria de um modo geral juntando um número muito maior de trabalhadores do que simplesmente os envolvidos na questão.

O apoio dos demais segmentos poderia ter sido o estopim para a discussão da luta dos trabalhadores rurais pondo em foco a necessidade da organização sindical. Era um momento privilegiado que não foi aproveitado pelo sindicato e por todos os outros que apoiavam a organização sindical da região, como era o caso da ELIRUR. Sabemos que o momento político nacional opunha-se à organização dos trabalhadores, como também, a própria maneira como foram formados os dirigentes locais impedindo um processo de organização de lutas mais amplas. A diocese tinha tanto receio dos movimentos dos trabalhadores, como os governos instituídos pela ditadura.

Este receio da radicalização da luta através de um processo de organização ampla em que se incorporassem outros trabalhadores não diretamente implicados na questão, fica claramente colocado no caso de Monte Alverne. A diocese apoia, provoca as discussões a nível local, mas no momento de transformação da luta em luta política, em que práticas do governo seriam postas em suspeição, a diocese recua e faz recuar a equipe da ELIRUR. Essa era uma "esfera perigosa" que poderia gerar contradições capazes de aflorar o repúdio ao poder e críticas à Igreja por suas posições vacilantes com relação a forma como o governo era exercido, em nome de uma classe e não da sociedade civil.

Os dirigentes sindicais neste caso mais do que no primeiro temia um processo de radicalização que poderia por em "cheque" suas posições. Temiam por duas situações, a primeira dizia respeito às pressões que poderiam decorrer do centro do poder com repressão sobre os trabalhadores e principalmente sobre eles próprios. Era comum naquela época dirigentes sindicais que levassem as lutas dos trabalhadores um pouco mais adiante, enveredando pelo lado político, serem presos ou chamados a depor. Por outro lado, poderia daí surgir lideranças capazes de competir com a direção do sindicato impondo-lhes uma derrota que modificasse sua inserção no conjunto da classe, impedindo-os de utilizarem os sindicatos como "meio de vida."

Desta maneira, frustrou-se duas oportunidades de darem ao movimento sindical do Crato e do Cariri uma dimensão que nunca teve. No entanto, a consequência decorrente, principalmente no desenrolar dos últimos acontecimentos, foi a extinção da Escola de Líderes Rurais, como já me reporteí atrás.

4.6 - A Escola de Líderes Rurais

A Escola de Líderes Rurais foi criada para servir como elemento formador de lideranças junto as comunidades rurais que pudessem assumir a estrutura sindical criada pela Diocese. Num primeiro momento, foram utilizadas pessoas ligadas à ação pastoral da Diocese do Crato mas sem vínculo com o meio rural. Não tinham até aquele momento nem uma percepção da realidade que deveriam trabalhar de modo que sua ação foi muito mais em função dos objetivos da Igreja do que dos problemas que viviam os trabalhadores rurais.

Essas dificuldades somente foram superadas em decorrência dos contatos que mantinham com o Pe. Crespo e Julieta Calazans. Vivenciando as experiências de Pernambuco e do Rio Grande do Norte, puderam levantar as questões mais amplas como a questão da terra, os problemas trabalhistas e outros. Mas faltava-lhes a vivência dos problemas específicos da região, a clareza das relações que eram estabelecidas entre os trabalhadores e os proprietários de terra e, principalmente, o sentimento de classe, de pertencer a categoria que queria organizar e a partir da qual elaborar um projeto adequado aos an-

seios dos camponeses do Cariri.

O compromisso dessa primeira equipe era antes de tudo com a diocese. Foram para o campo com a finalidade de organizar os trabalhadores para a Igreja e não para o embate assentado nas necessidades dos trabalhadores. Esse distanciamento impedia que fossem criados laços de confiança que permitissem a revelação dos desejos e das frustrações vividas pelo homem do campo na sua relação com os donos da terra. Era difícil para os trabalhadores confiar, ou mesmo se pronunciar contra sua situação de vida e de trabalho com uma diocese que sempre se vira próxima dos patrões.

Mesmo que fosse, e era, as comunidades rurais do Cariri católicas e reverenciadoras da Igreja, para elas os padres e o bispo apareciam mais próximos daqueles que os oprimiam do que deles. A mediação que faziam com o sagrado, com o sobrenatural não tinha especificamente relação com sua condição de camponês e para eles a função da Igreja era exatamente esta, tratar com Deus e pedir benevolência para os pobres. Assim, participar das reuniões promovidas pela diocese com a equipe e eles não significava a expressão dos problemas e aceitação da proposta de sindicalização que era encaminhada.

Mas as comunidades tinham carências, faltava-lhes escolas para educação dos seus filhos, postos de atendimento médico e uma necessidade muito grande de comunicação. Eles sentiam, como foi revelado nas entrevistas obtidas com ex-membros da Elirur, a necessidade de manter-se informados sobre o que ocorria fora de sua comunidade e é a partir daí que a diocese vai montar seu trabalho. Primeiro, cria o sistema de educação através do rádio realizando cursos para monitores da própria comunidade que ficariam responsáveis pelas turmas que receberiam a educação através do rádio.

Depois, convidava aqueles que foram mais sensíveis à sua aproximação para participarem de cursos sobre sindicalismo, trabalho em grupo, etc. Essas pessoas passaram a intermediar posteriormente a relação diocese-comunidade de forma a facilitar a penetração da equipe no contexto das comunidades rurais. Mas mesmo assim, verificamos que a presença no sindicato ainda era pequena, mas naquele momento o suficiente para manter o sindicato como instituição, longe a possibilidade do

aparecimento de organizações sindicais de outras tendências.

Da mesma maneira, através dos outros programas mantinham controle sobre os trabalhadores de forma a mantê-los afastados e refratários a discursos que não o da própria diocese. Os objetivos imediatos do bispo diocesano, naquele momento haviam sido atendidos e a equipe continuava com o trabalho de formar lideranças comunitárias capazes de dar continuidade ao projeto da diocese junto ao homem do campo.

Num sentido mais amplo, a ação pastoral de D. Vicente implicava na formação de comunidades rurais onde o camponês pudesse contar com algum apoio capaz de mantê-lo dentro de princípios cristãos. Seu trabalho procurava espelhar-se na ação de Pe. Ibiapina para quem o fortalecimento das comunidades rurais significava o fortalecimento do cristianismo. Por isso, mesmo após 64, quando o Estado assume de forma autoritária o controle dos sindicatos rurais e urbanos permanece a diocese com seu trabalho de organização, ao contrário de outras dioceses que abandonam aí sua proposta organizativa.

Acredito que para a diocese o golpe de 64 tinha aparecido como algo passageiro, necessitando portanto dar continuidade ao seu trabalho de organização comunitária que após o retorno da legalidade impedisse a vinculação do trabalhador a proposta revolucionárias. Desta maneira, as comunidades deveriam ter uma estrutura que atendessem as demandas mais frequentes dos camponeses, oportunizando-os uma vida pobre, mas segura e sem tantas carências.

A Diocese continuou com o estabelecimento de convênios com o governo federal que mantivesse seu trabalho e o da Fundação Pe. Ibiapina. Assim, com o afastamento de Lurildo, o convite para Nobor que sendo camponês poderia ter maior facilidades no contato com os trabalhadores rurais da região. Nobor chega em 1968, assumindo a equipe da Elirur, num momento de crise dos sindicatos da região. Para termos uma idéia, o sindicato do Crato contava nesse momento com apenas trinta e oito sindicalizados.

Uma das primeiras atitudes de Nobor Bito foi em reestruturar a equipe da Elirur. Para ele, o trabalho que realizava somente traria resultados melhores se constituída por pessoas oriundas do próprio campo e assim forma sua equipe. Como havia sido dirigente sindical no Estado de S. Paulo, volta-se

para a reorganização dos sindicatos da região, fomentando o desmembramento e fundação de novos sindicatos onde antes havia apenas delegacias sindicais.

A sua experiência sindical é transferida para os demais membros da equipe que passa a montar em cada município uma rede de delegacias capazes de manter o sindicato ligado aos interesses dos trabalhadores rurais. Neste trabalho, o conhecimento das questões referentes ao camponês é um dado fundamental que somado ao desejo e a vontade dos membros da equipe com a organização de uma categoria da qual fazem parte permite, em pouco tempo, o aumento substancial da base sindical.

As discussões, os embates que aparecem, a vivência de outras realidades permitiram que essa equipe começasse a perceber a insuficiência do projeto da própria diocese. Os contatos com outras categorias no convívio na cidade e as questões políticas enfocadas pela oposição nos pleitos eleitorais vão permitindo a percepção das contradições que existem na relação de produção e os interesses em jogo comprometendo os políticos e a própria diocese.

Confrontados mais de perto com essa realidade os membros da equipe da Elirur começam a perceber que um projeto de mudança teria que ser gestado e não poderia acontecer via diocese e muito menos através do sindicato, não com os dirigentes que ocupavam a sua diretoria. A compreensão de que as mudanças teriam que ocorrer principalmente a partir das bases se dá no momento do rompimento da equipe com o sindicato do Crato. Fica claro que as lideranças sindicais queriam mais do que representar as categorias de base defender seus interesses como diretores sindicais, compondo uma série de alianças que em nada favorecia a organização dos trabalhadores do campo.

Voltam-se para as comunidades rurais, trabalhando as bases na compreensão da exploração a que estavam submetidas mesmo que nesse retorno fossem obrigados a ministrar cursos profissionalizantes observando convênio da Fundação Pe. Ibiapina com o PIPMO. Neste caso, aproveitavam o conteúdo dos cursos para levantar questões sobre as possibilidades que teriam na realização de técnicas agrícolas quando as terras onde trabalhavam não lhes pertenciam. E daí muitos exemplos onde as limitações impostas pelo sistema sócio-econômico eram impeditivos de qualquer melhoria nas condições de vida da população rural.

Mesmo na Fundação, documentos eram recebidos indicando as mudanças que ocorriam no contexto da Igreja no Brasil. As comunidades eclesiais de base era um dado que provocava reflexão sobre o papel da Igreja numa sociedade em que as oportunidades não eram iguais para todos, onde os trabalhadores eram cerceados dos seus direitos e as condições de vida definham assustadoramente. Esta nova forma de ver da Igreja era instigante para aqueles que trabalhavam acompanhando diretamente os segmentos mais baixos e se identificavam com eles.

A saída de Nobor, em 1974, para a Fetraece foi outro acontecimento que provocou reflexão junto aos membros da equipe na medida em que sai em função dos limites impostos pela Fundação Pe. Ibiapina. Na Fetraece teria mais espaço para trabalhar, principalmente voltar o trabalho para a organização sindical que mesmo com limitações poderia ampliar uma rede de contatos e de formação de lideranças capazes de dar ao movimento sindical do Estado uma maior organicidade.

Neste sentido, mostrava a direção da ação da equipe, fugir do espaço da diocese ligando o trabalho aqui realizado aos movimentos que ocorriam nacionalmente. A equipe não poderia isolar-se, o trabalho na comunidade não poderia ficar restrito a cada comunidade, mesmo que elas tivessem especificidades era necessário extrapolar, ir além de seus limites. E neste sentido trabalhará os membros da equipe da Elirur, provocando encontros regionais onde os problemas dos trabalhadores eram avaliados pelo conjunto dos trabalhadores permitindo que as ligações entre as realidades municipais pudessem apontar para a realidade estadual e nacional.

O encontro ocorrido em 1975, com a presença da Fetraece e de representantes do governo estadual e federal, propiciou as emergências de situações concretas que afligiam os trabalhadores a nível estadual. Era a questão do financiamento agrícola, do atravessador, do preço mínimo, do armazenamento e tantos outros em que a situação do camponês era visualizada em seu contexto mais global. A reforma agrária aparece, neste caso, como uma das soluções possíveis para acabar com a exploração a que se submetia o homem do campo.

Após seis meses de Federação, Nobor é demitido por determinação do Delegado do Trabalho. Sua proposta de assessoria que permitisse o acompanhamento dos líderes sindicais a ní

vel estadual não saiu para a prática, mas sua saída permite a visualização das dificuldades que enfrentariam todo aquele que pretendesse ampliar sua atuação no movimento sindical. De qualquer forma, eram restrições que a equipe percebia não chegarem à Fundação por ser esta um órgão da Igreja local.

Desta maneira, atuavam no contexto local insinuando a necessidade de um processo de organização dos trabalhadores que deveria chegar ao sindicato forçando por parte deste medidas mais comprometidas com a realidade do trabalhador rural. Neste processo os trabalhadores rurais davam-se conta do seu empobrecimento e das condições de exploração a que estavam submetidos.

Neste contexto, desaparecia a figura do proprietário de terras como benfeitor, como sendo a pessoa que minorava a situação de miséria a que estava submetido para aparecer como na realidade era. Não devemos esquecer que através de políticas de governo vão sendo substituídas as roças e aparecendo gado. O algodão entra em crise e o sistema de parceria que implicava desaparecia com ele. No bojo dessa conjuntura é levado o camponês a situações cada vez mais aflitivas.

Essa realidade se impõe aos trabalhadores e a equipe provocando novas discussões e a procura de soluções, dentre elas aparece a necessidade da organização sindical e uma postura mais engajada por parte da Diocese do Crato. Passaram a exigir um maior comprometimento dos padres que resultasse em apoios mais amplos da comunidade. Sentiam que a Igreja tinha força e que se a utilizasse poderia modificar essa realidade. Queriam, enfim, que ocorresse aqui o mesmo que acontecia nacionalmente, uma Igreja voltada para os pobres e pressionando os poderes públicos para reverter a situação de penúria em que viviam os trabalhadores do campo e das cidades.

A equipe em decorrência das pressões que acontecem passa a sofrer restrições da diocese e dos demais setores da fundação. Quando aparecem os fatos de Montealverne, com a construção do açude Inxú complica-se a situação da equipe até porque seu envolvimento é maior, liderando a resistência a tal obra. Neste momento a equipe já tinha feito uma opção pelo engajamento cada vez mais forte com os trabalhadores mesmo correndo o risco de afastamento do trabalho na Fundação.

Sentiam, já a algum tempo, que não poderiam fazer um trabalho nas comunidades rurais sem que se envolvessem nas

questões dos camponeses. Sua própria condição de filhos de ru rícolas impunha essa direção como necessária, sua posição pr ivilegiada de partícipes de um processo que ocorria em muitas comunidades fazendo as ligações entre elas, de modo que saísse o trabalhador de seu isolamento obrigava- **a radicalizarem** sua posição. Sabiam que poderiam vir a ser afastados da dioc se, sabiam que ela servia de proteção ao trabalho que realiza- vam ao mesmo tempo que sua estrutura permitia a interligação entre as comunidades que atendiam mas, determinavam limites que não era mais possível observar.

Desta maneira, ao tentar levar adiante as propostas que saíram do encontro de Montealverne numa postura de oposição à forma como o açude estava sendo construído sem observar as necessidades dos trabalhadores daquela localidade, a equipe foi chamada pela direção da fundação Pe. Ibiapina. A igreja temia, nesse momento, restrições aos convênios que celebrava com o Governo Federal e que mantinham a ação pastoral do bispo diocesano.

Ficava claro, também, para a Fundação que a equipe caminhava num sentido oposto ao pretendido por D. Vicente. Enquanto a Igreja buscava a construção de comunidades, onde todos compartilhariam seus destinos sem oposição nem atritos a equipe percebia que a única maneira de mudar as condições de vida dos trabalhadores era a construção de uma classe disposta a reivindicar direitos e ampliar sua participação política. Posição que fica mais clara quando, membros da equipe que cursavam a Faculdade de Filosofia e Letras do Crato, entidade de ensino superior pertencente a diocese do Crato, apoiaram o movimento grevista contrário ao aumento das mensalidades desta instituição de ensino.

No bojo desse movimento, caracterizava-se uma oposição frontal ao ensino pago e aos governos militares. A greve mobiliza a cidade levantando questões que apontavam as restrições à cidadania impostas pelo regime e na liderança desse movimento vários membros da equipe. Esse comportamento indicava que a Elirur chocava-se com os objetivos da Fundação e que portanto seus membros não poderiam permanecer nos quadros dessa entidade. Mais do que isso acredito que as pressões que passaram a ser exercidas pelas comunidades através de seus líderes para que os padres e o bispo diocesano assumissem de maneira clara a luta dos trabalhadores foi responsável pela rup

tura que aconteceu com a demissão da equipe.

Essa posição da equipe começou a ser assumida pelas lideranças a partir do IX Encontro diocesano de líderes onde entre as propostas para a continuação do trabalho de acompanhamento dos camponeses encontrava-se propostas claras, mostrando a necessidade dos padres acompanharem o trabalho incentivando a organização dos trabalhadores rurais. Citaria algumas das avaliações desse encontro:

Para a Igreja, colocavam como premissa o não cumprimento dos documentos de Itaici e Puebla; denunciam a exploração e a acomodação da Igreja e a falta de "conversão dos líderes e da hierarquia para assumir concretamente as decisões de Medellín, Puebla e Itaici, principalmente a opção preferencial pelos pobres".

No estabelecimento de diretrizes para o ano de 1981 destacaria a seguinte: "O trabalho não pode nem deve ser pausado apenas no espiritual, devendo haver articulação entre este e a dimensão social: educação, salário, consciência política, sindicato". Além dela merece atenção a exigência de "definição da FPI/FETRAECE se de fato contamos com o apoio concreto em relação às consequências que surgirão do trabalho de conscientização".

Mas o afastamento dos membros da equipe da Elirur não se daria sem traumas para a diocese e fundação. Quando souberam dos fatos as lideranças comunitárias exigiram uma reunião com o colegiado e assegurou que a saída da equipe significava o afastamento das lideranças da Fundação Pe. Ibiapina. O bispo não recuou e os líderes, juntamente com a equipe deram encaminhamento a fundação de uma nova entidade que permitisse a continuação do trabalho de acompanhamento das comunidades rurais.

"Mas alegando crise financeira, a Colegiada da FPI em finais de julho deu o golpe fatal demitindo vários funcionários, inclusive da Escola de Líderes Rurais. Tudo isso nos angustiou ainda mais e aumentou nossa preocupações. De imediato nos reunimos extraordinariamente com a Colegiada que dirige a Fundação e exigimos a readmissão do pessoal demitido, a que nos responderam que era impossível face a crise financeira".⁽¹¹⁾

(11) Manifesto dos Grupos Comunitários da Diocese do Crato. (V. Anexo III) p. 2.

Num encontro promovido no dia 12 de setembro, requerido pelas bases comunitárias da fundação os líderes finalmente chegaram a uma conclusão que a melhor solução para continuação do trabalho que pretendiam era renunciar a assessoria da Fundação já que esta não readmitia o pessoal demitido.

"No decorrer do intervalo do meio dia alguns companheiros acharam que a idéia de apelação até o Encontro não estava bem amadurecida e esses companheiros não estavam satisfeitos com a decisão tomada, então nos reunimos novamente, questionamos mais, e no final da mesma decidimos que, já que a Fundação não oferecia nenhuma possibilidade de continuação do trabalho, inclusive a colegiada nem sequer se fez presente em sua totalidade, concluímos que o passo mais acertado é o desligamento. E assim voltamos para o segundo horário apenas para encerrar o encontro com a firme decisão de nos desligarmos e continuar o trabalho independente da FPI".(12)

Sabiam das dificuldades que esse ato significava, dos problemas que viriam por não contarem mais com a estrutura da Fundação Pe. Ibiapina mas mesmo assim assumem essa posição de independência tendo em vista a possibilidade de um trabalho independente.

4.7 - A Associação Cristão de Base

Em 1982 é criada a Associação Cristã de Base. Sua proposta é essencialmente diferente daquela da Elirur como é diferente seu nascimento. Surge a partir da necessidade dos próprios trabalhadores rurais desejosos de dar continuidade ao trabalho que havia começado com a Elirur. Sabiam que para sua organização precisavam de uma entidade que mantivesse as ligações entre as diversas comunidades rurais e encaminhassem as discussões e encontros, que mantivessem os trabalhadores conscientes de suas lutas e a par das lutas desenvolvidas nacionalmente.

Sentiam que não poderiam superar suas dificuldades sem compor com todas as categorias que se opunham à política autoritária emanada do poder dos militares. Intuíam a necessidade de uma luta política, junto a luta sindical até porque a

(12) Idem (Anexo III) p. 4.

possibilidade de organização sindical sem as amarras de uma legislação que atrelava a estrutura sindical ao Estado não poderia ocorrer fora das instâncias políticas. Neste sentido precisavam fortalecer os sindicatos ao lado do trabalho que era desenvolvido nas comunidades, incentivar a filiação sindical de modo que, a partir das bases pudesse assumir a direção tomando-as dos "pelegos".

Desta maneira, nasce a partir de uma série de reuniões realizadas nas diversas comunidades que apoiaram os componentes da Elirur. Eram ao todo quinze comunidades em mais de cinco municípios, tendo a discussão para sua fundação passado por cada uma delas assim:

"A gente fazia reunião um dia no município de Milagres, em Potengi no outro, em Nova Olinda, no Crato, fazia esse rodízio entre as cidades tudo isso preparando, se preparando. Foi um processo muito bom porque não era só de um pequeno grupo mas que tinha a participação das comunidades. E a entidade só foi criada mesmo em função da organização das comunidades porque se as comunidades não tivessem dado esse voto de confiança no grupo a entidade não teria sido criada". (Al-da).

A Diocese, no entanto, não assistiu a tudo passivamente. A partir do momento que sentiu que as lideranças de fato estavam juntas dos ex-membros da equipe da Elirur e que partiam para um processo de organização independente da Fundação, vai para o ataque procurando caracterizar o grupo como político por sua aproximação com o Partido dos Trabalhadores.

"A Igreja não aceitou calada, utilizou os programas de rádio para dizer que tinha um grupo por aí que era político, que era partidário e que estava fazendo um trabalho que a Igreja não apoiava". (Socorro)

Mas, mesmo essa campanha contrária da Diocese, não conseguiu impedir que a associação se formasse. Os trabalhadores rurais, as comunidades rurais conheciam o trabalho das pessoas que enfrentaram inicialmente a criação dessa entidade. Várias das lideranças que coordenavam o processo de organização da ACB eram líderes de comunidades, pessoas da própria base e que expressavam um sentimento quase generalizado de repúdio à ordem estabelecida e a diocese por compartilhar com essa ordem. A demissão dos membros da Elirur foi interpretada como

uma resposta às pressões que os líderes faziam aos limites impostos ao trabalho que realizava, portanto ao contrapor seu discurso à fundação dessa nova entidade não conseguiu convencer.

"Eu acho que tinha um elemento muito forte que nos ligava de forma mais direta com o pessoal das comunidades. Quando a gente trabalhava na Fundação a gente tinha sempre uma relação muito sincera com o pessoal das comunidades, eu acho que até mesmo em função da origem da gente, todos tinham vindo da área rural e tinha uma afinidade muito grande com as comunidades rurais e teve muito isso de colocar no rádio, fazendo propaganda negativa da gente, mais tinha essa outra parte, eles colocavam apenas o discurso e a gente tinha a prática, a gente convivia muito mais". (Alda)

Assentado nessa confiança a ACB contou no ato da fundação com a presença de quarenta e cinco pessoas representando as seguintes comunidades: "as comunidades representadas eram: de Milagres, : Valdevino, Fronteiro, Taboquinha e Café da Linha; Abaiara: S. José e Serra da Mãozinha; Crato: Montealverne, Baixio, Belmonte e Araticum; Santana do Cariri: Latão, Bálsamo, Taboleiro e Boa Vista; Farias Brito: Carnaúba; Potengi: Alecrim, Melosa, Quaresma, Rosário e Baixio da Fazenda; Nova Olinda: Triunfo, São João, Patos e Queimada. todas elas escolheram delegados após reunião da comunidade. Além delas contávamos com o apoio dos sindicatos de Crato, Potengi, Abaiara e a delegacia local da Fetraece". (Alda)

Desta maneira, organizada a ACB pretendia levar um processo de questionamento mais amplo que determinasse níveis de luta que implicassem numa mudança ao perfil da sociedade como um todo. "Quanto aos objetivos que nos propomos estão o de questionar a sociedade, os poderes públicos e a Igreja. Uma coisa que nunca foi feita pela diocese, ela nunca questionou a si própria, a sua atuação e era de comum acordo com o governo e queria que a sociedade engolisse tudo que vinha acontecendo passivamente".

Para os sindicatos da região a expectativa da nova entidade era a de que estes sindicatos atuassem mais, principalmente o de Crato que apoiou os líderes que saíram da Fundação. Esperavam que isso implicasse num comportamento diferente por parte da direção dos sindicatos mas na realidade essa especta

tiva foi frustrada. O que de fato aconteceu foi o aprofundamento de diferenças quando aconteciam reuniões com as comunidades e nas delegacias do sindicato.

A região passava por quatro anos de invernos irregulares, as medidas tomadas pelos governos estadual e federal eram insuficientes diante das necessidades dos trabalhadores. As irregularidades nas frentes de Serviço eram gritantes, políticos locais aproveitavam-se do momento para ampliar a rede de apoios em troca dos benefícios provenientes dos governos para os agricultores. Em algumas cidades os sindicatos serviam mais como ponto de apoio aos chefes políticos do que propriamente aos trabalhadores.

Essa forma de utilização dos sindicatos eram denunciados pelos integrantes da associação em suas reuniões com as comunidades rurais. Em vários momentos os confrontos entre lideranças sindicais e a equipe de líderes da ACB, foram aprofundados resultando no afastamento dessa entidade dos sindicatos que antes lhes dera apoio.

Acredito que a forma como os dirigentes sindicais acabaram a formação da nova entidade tinha muito a ver com as necessidades que o movimento sindical da região apresentavam. As dificuldades de atuação junto as bases era inviabilizada por não terem uma assessoria capaz de fazer o trabalho junto as comunidades num momento de extrema dificuldade. Mas diante da proposta de trabalho da nova entidade os atritos tomam uma dimensão que acaba por separar novamente os sindicatos da antiga equipe da Elirur.

A Associação Cristã de Base, por sua vez sente a necessidade de modificar o perfil do sindicalismo na região fortalecendo o movimento de oposição sindical que redonda em vitórias posteriores principalmente nos sindicatos de Crato e Potengi. Para a nova entidade o trabalho sindical, principalmente o trabalho de fortalecimento da oposição sindical passa pela organização das bases nos diversos sítios, formando aqui comunidades organizadas, com núcleos de base que se articulam no contexto da região como um todo.

Neste sentido, não devemos deixar de lembrar que o trabalho da ACB é também um trabalho político apoiando candidaturas que tem, nos pleitos municipais, estadual e federal forte compromisso com os trabalhadores. Foi a partir dela que em al

guns municípios o Partido dos Trabalhadores chegou a se organizar em diretórios municipais. Neste sentido, acredito que no momento é a entidade um instrumento de luta procurando ultrapassar os limites do sindicalismo e das lutas restritas as relações de produção estendendo a organização dos trabalhadores à dimensão política assumindo propostas radicais de transformação da realidade.

5. CONCLUSÕES

A organização dos trabalhadores, rurais ou urbanos, é uma consequência das necessidades desses trabalhadores de reagirem ao processo de exploração que deteriora suas condições de vida e de reprodução. Para Marx o aumento do capital importa no aumento da exploração relativa dos trabalhadores que, num primeiro momento reagem violentamente para depois buscarem formas mais aprimoradas do combate como é o caso das organizações sindicais.

No processo de organização aumenta a compreensão dos mecanismos próprios ao capitalismo, que permitem aos trabalhadores combatê-lo sem prejuízos maiores para a classe. Percebem que a organização dos trabalhadores não pode ficar limitada a uma unidade produtiva estendendo sua luta as outras unidades de forma a criar uma reação que ameace o modo de reprodução do capital mais amplamente. Desta maneira, os mecanismos de defesa da classe trabalhadora se estendem provocando lutas e embates que se transformam em instrumentos de toda uma classe nacionalmente posta.

É claro que diante da força que demonstram neste processo de organização mais amplo, os capitalistas se organizam, combatendo a ameaça sem que se transformem as entidades sindicais. Até porque aumentando seu potencial organizativo os trabalhadores estão aumentando sua compreensão das relações de produção que se dão numa sociedade capitalista concluindo que somente poderá deter a exploração modificando o perfil dessa sociedade como um todo. Neste ponto há uma transformação qualitativa da luta desenvolvida pelas partes transformando-se em luta política o que antes era apenas luta econômica, restrita às unidades fabris.

A partir daí, são criadas instituições políticas que façam frente ao embate entre as classes de modo a permitir a submissão de um dos lados em conflito. Para os patrões o controle das forças produtivas permitem o controle sobre as instituições sociais principalmente do Estado. Neste caso são eles que determinam a legalidade dos movimentos e organiza-

ções ao mesmo tempo que as apresentam para o resto da sociedade como subversão da ordem buscada por todos. Assim os movimentos dos trabalhadores, principalmente quando transformados em políticos, são considerados uma ameaça que deve ser detida e limitada à parâmetros estabelecidos pela Lei.

Neste processo de deslegitimação das lutas operárias, os detentores dos meios de produção não usaram apenas o Estado e seus aparelhos ideológicos, utilizaram também a Igreja por seu potencial legitimador, neste caso da ordem burguesa. Nessa utilização da Igreja há o consentimento, até porque esta também se sentia ameaçada de dois modos: Primeiro pela ordem burguesa que no seu processo de institucionalizar-se no poder combateu a nobreza e os seus sustentáculos, entre eles a Igreja que tinha sua cúpula comprometida com a ordem feudal.

Assim, a Igreja e Burguesia num primeiro momento antagonizam-se diante de um inimigo maior, no caso o proletariado. A burguesia instituinte busca os aparelhos da Igreja como também sua credibilidade junto a alguns segmentos da sociedade para justificar-se como classe dominante e responsável pela nova ordem legitimada através da aceitação da sociedade. Desta maneira, consegue a própria Igreja participar do poder sobrevivendo à crise que vivia por ser instrumento ideológico da ordem anterior.

Em segundo lugar, a ameaça decorria do movimento de organização dos trabalhadores que no seu combate à burguesia combatia todas as formas de poder, dentre eles o da Igreja que utilizava de mecanismos supra-rationais para exercerem sua supremacia sobre os segmentos trabalhadores submetendo-os à dominação da burguesia. Tinha sido assim durante o feudalismo e era assim quando a combatia em nome de uma ordem anterior em que a exploração do camponês era fruto de uma dominação servil.

No caso, para a Igreja combater o operariado era combater uma ameaça que poderia levar a própria extinção da Igreja enquanto instrumento mediador entre o natural e o sobrenatural. A ameaça atingia a essência da Igreja, sua sustentação básica pois levantava suspeitas sobre sua mediação,

sobre sua função social. Com relação a Burguesia tal ameaça não existia, pelo contrário ela necessitava de apoio da Igreja enquanto Igreja, instrumento de fé com penetração nos segmentos mais baixos da sociedade capaz de justificar sua dominação.

A Igreja portanto, assume a burguesia combatendo as formas de organização dos trabalhadores, principalmente quando revestidas de propostas políticas. Neste processo cria organizações paralelas onde os trabalhadores encontram espaço para discussão de sua realidade propondo respostas para os problemas que enfrentam dentro da legalidade burguesa. A Igreja não poderia substituir os instrumentos de representatividade dos trabalhadores sem criar outros que respondessem às questões mais imediatas e mais freementes dessa classe, até porque minorando o sofrimento e a exploração excessiva não teriam elementos para justificar a nova ordem, a ordem capitalista.

É nesse contexto, que a Diocese do Crato entra, justificando a ordem capitalista, criando mecanismos de classe que representassem os interesses dos trabalhadores mas desvinculados da política, sem a capacidade de transformação da sociedade que poderia ter-se associado aos segmentos mais politizados de sua classe. É o combate ao comunismo que fundamenta sua ação, tanto na área sindical como no processo de organização das comunidades de base. Nestas, através da ampliação de serviços que atendam as demandas dos seus moradores, evitando que se formem bolsões de insatisfação capazes de levantar críticas que redundem na radicalização dos pleitos.

A Diocese apropria-se do trabalho do Pe. Ibiapina, associando seu nome ao da Fundação que coordenaria a ação da Igreja local junto aos trabalhadores rurais. Como Ibiapina no século passado, a Fundação desenvolvera um trabalho junto às comunidades rurais criando estrutura capaz de manter as famílias dentro de princípios cristãos, onde o trabalho seja o fundamento da união das pessoas. Neste sentido, é que fala da promoção do Homem procurando o que é necessário a tal fim. Desta maneira levam a educação de base, postos de saúde comu

nitários, criam Conselhos de Líderes, formam grupos de jovens, celebram as festividades religiosas de forma a criar um ambiente propício à integração, à comunhão e à unidade de todos em busca de um fim único que é o bem-estar de todos.

Nesta relação desenvolvida nas comunidades não cabe a luta de classe que é desagregadora implicando em sofrimento e luta entre partes que são complementares na busca da felicidade que somente poderá ocorrer se para todos os homens apesar das diferenças que possam existir entre eles. É emba-sado nestes princípios que procura a organização sindical. Primeiro, para impedir que a luta de classes venha aos trabalhadores do campo como chegaram aos trabalhadores urbanos. Depois para através dessa entidade procurar resolver as pen-dências trabalhistas sem maiores traumas. O fato de procurar a união dos homens em comunidades de base, chamadas pela Igre-ja de naturais*, não implica que os desacertos provocados pe-la exploração de alguns perturbe a paz social. Os sindicatos vêem nesse sentido como instrumento reconhecido constituicio-nalmente, corrigir as distorções que o egoísmo de alguns pro-vocam no seio da sociedade.

A prática pastoral da Diocese do Crato se encontra em consonância com a prática desenvolvida pela Arquidiocese de Natal. Com sua ação junto às comunidades interioranas, pro-cura evitar a expansão de doutrinas assentadas na oposição das classes sociais. Resolvendo os problemas mais urgentes dos trabalhadores do campo dentro da ordem estabelecida, que-rem evitar os conflitos e a propagação dos radicalismos co-muns nas lutas dos trabalhadores urbanos desprovidos de ser-viços mínimos capazes de atender a sua dimensão de homem. Pa-ra a Igreja o sentido da humanidade se encontra na percepção de sua condição de ser inteligente capaz de compreender o mun-do e sobre ele agir dentro de princípios cristãos.

Assim a educação, a saúde, o trabalho e a moradia digna são fatores que propiciam as condições necessárias para o exercício da humanidade. A paz e a união entre os homens é outro fator fundamental que não pode ser esquecido, caso contrário os homens se colocarão uns sobre os outros impedindo a satisfação das necessidades de todos. Desta maneira a Diocese do Crato através da Fundação Pe. Ibiapina atuará mesmo nos momentos mais conflituosos sem que os reflexos das conjunturas nacionais interfiram no seu trabalho.

O golpe de 1964 não significa para os sindicatos da região nenhuma ruptura, sua ação não era política mas unicamente trabalhista a ponto de buscarem junto aos governos militares o auxílio necessário à continuação de sua ação. Neste sentido vão contar com a ajuda dos governos militares a partir de Castelo Branco, principalmente para o trabalho junto as comunidades rurais. A percepção da Igreja local e daqueles que com ela trabalhavam era a de que o Estado deveria prover as comunidades de serviços capazes de minorar a situação de pobreza dos camponeses satisfazendo suas necessidades independente da política.

Como aos camponeses não cabia questionar a legalidade do governo, até porque este viera para por ordem, uma ordem que era reconhecida pela diocese como necessária ao desenvolvimento do Homem. Nesta visão, a luta de classes era responsável pela desordem e conseqüentemente pela falta de bem-estar e de segurança entre as famílias. Esta visão da diocese para suas bases, tanto para as comunidades como para os sindicatos pregando o respeito a lei e apenas lutando dentro dos parâmetros legais.

Com os militares são celebrados convênios que permitem à diocese a ampliação de sua ação pastoral. Através destes convênios são contratadas pessoas, ampliada a rede física da Fundação e aumentada as comunidades atendidas pelo trabalho da diocese. Esta relação estabelecida com os governos posteriores a 64 determinam limites de ação dos sindicatos e da Escola de Líderes Rurais que assessorava aos primeiros. Segundo os entrevistados, esses limites não eram impostos

mas lembrados na medida em que as questões afloravam.

Assim, ao contrário do que aconteceu com o movimento sindical nacionalmente, o ano de 1964 não estabeleceu uma ruptura na região, pelo contrário a partir dele a atuação da diocese se estende permitindo a criação de novos sindicatos e de delegacias sindicais permitindo a Igreja uma maior presença no processo de organização dos trabalhadores agrícolas do Cariri. Desta maneira conseguiu a Igreja passar de cinco sindicatos que contava antes de 64 para trinta em 1972, isto num momento de refluxo da organização sindical brasileira.

Outro aspecto que é chamado a atenção no decorrer desse trabalho é o fato de que enquanto a Igreja nacionalmente interrompe o trabalho sindical, no Cariri, há esse processo de ampliação sindical. Se tomarmos os motivos que levaram a Igreja Católica no Brasil a procurar a organização dos trabalhadores rurais em sindicatos sob sua direção e orientação que era a disputa com os segmentos de esquerda, não tinha sentido a preocupação da Diocese do Crato em continuar com o trabalho de sindicalização rural iniciado antes de 64. A preocupação com a expansão comunista não era mais justificada na medida em que o golpe viera para barrar o processo de organização dos trabalhadores promovidos pelo PC e por outros segmentos de esquerda.

A reação instalada no país com a prisão de líderes camponeses e sindicais, a extinção dos partidos políticos e o estabelecimento da censura eram impedimentos naturais ao processo de organização dos trabalhadores como uma ameaça a estabilidade das classes dominantes. Desta maneira observa-se um recuo da Igreja a nível nacional mas uma tomada da diocese do Crato apontando que sua atuação não se prendia unicamente a esta preocupação. Sua ação previa uma tutela permanente sobre os trabalhadores como ficou demonstrado no trabalho que ora apresento.

Tutela que passava pela organização das comunidades, influenciando na organização das mesmas, educando seus líderes, determinando sua ação. Neste contexto, o aparato sindical era um instrumento que não poderia dispensar, mesmo que não se colocasse como uma ameaça imediata. O sindicato era

um instrumento de influência sobre os trabalhadores na medida em que determinava sua inserção no processo de trabalho, nas relações de produção estabelecidas, enfim, na negociação com os patrões. Não devemos esquecer que os sindicatos são instrumentos políticos mesmo quando despolitizados. Neste caso, instrumentos de barganha política.

Devemos fazer algumas considerações neste momento. A primeira delas é que, apesar de parte da Igreja, a diocese, como unidade celular, está inserida dentro de uma comunidade política, social e econômica que, determinada a partir da sociedade maior tem particularidades que a caracterizam e a diferenciam do todo. Neste caso a diocese que atua dentro dela terá que se conformar com essas especificidades e relacionar-se com a comunidade a partir delas o que irá implicar em comportamentos diferenciados com relação à Igreja como um todo.

O segundo ponto é que a diocese é dirigida por um Bispo dotado de uma personalidade ímpar que o distingue dos demais. Essa sua personalidade o colocará de maneira muito especial diante dos problemas que o cerca. É neste ponto, que gostaria de afirmar que diante das peculiaridades do local e do bispo diocesano que ao contrário das demais dioceses e arquidioceses, a do Crato terá um comportamento diferente continuando sua ação sindical quando os outros retrocederam. Os motivos dessa ação diferente se encontram nos acima apontados, da necessidade das comunidades rurais locais contarem com alguns serviços mínimos capazes de propiciar ao homem do campo às condições necessárias à sua dignidade, neste caso, compreendida como um lugar para morar, trabalhar e reproduzir-se cristãmente.

Para que fossem atendidas suas carências era necessário sua organização porque somente através dela teria poder de barganha suficiente para se impor às elites dominantes locais. O que me faz acreditar nesta postura do bispo diocesano é a forma como amplia sua atuação organizativa, mesmo que utilizando o instrumental posto a sua disposição pelos governos federal e estadual, no período posterior a ditadura

militar. Da mesma maneira, as entrevistas tomadas não indicam pressão do bispo sobre a equipe da ELIRUR quando esta procurou atuar criticando a maneira como as ações do governo se faziam no interior do Cariri. São exemplo disso a seca de 1970 e o caso de Monte Alverne.

Neste último caso, a Fundação permite que a equipe levante e discuta as questões referentes aos pequenos proprietários envolvidos opondo restrições apenas quando a radicalização ameaça à perda de controle sobre os acontecimentos: Sua ação nesse caso como no outro, seria de defesa de "seu rebanho." É claro que na medida em que se envolvia com os convênios temia a interrupção dos mesmos com a conseqüente interrupção da sua ação pastoral. Neste caso, os limites eram lembrados e o que ocorria fora da diocese não deveria ser discutido em seu espaço geográfico.

Assim quando a Igreja parte para a organização de comunidades eclesiais de base a diocese local que já desenvolvia uma ação junto as comunidades não acata a forma como são radicalizadas a atuação das mesmas. No caso da diocese as comunidades continuam seu caminho sem a politização que se dá lá fora. Não devemos esquecer que a radicalização das comunidades eclesiais é fruto da pressão dos seus componentes, mais politizados, sem espaços institucionais para atuarem e levarem suas reivindicações. Pressão dessa natureza só aconteceu aqui nas proximidades de setenta e nove, antes disso as lutas desenvolvidas eram todas no intuito de obter alguns serviços básicos o que era mediado pelo bispo diocesano.

Com relação aos sindicatos criados pela diocese nós não podemos perder de vista os motivos de sua fundação e a partir desses motivos o processo de formação dos dirigentes. Com relação aos primeiros já me reporteí cabendo aqui verificar a formação dos dirigentes e suas conseqüências para o movimento sindical local.

A Escola de Líderes Rurais quando foi criada tinha um objetivo muito claro: fundar os sindicatos de trabalhadores rurais e formar suas lideranças. Desta maneira sua atuação foi sempre voltada para estes objetivos que tinham esta-

belecidos algumas orientações quanto ao tipo de sindicato a ser formado e o tipo de líder que iria dirigi-lo. Pelos documentos apreciados no decorrer deste trabalho, os sindicatos deveriam se preocupar com a representação trabalhista dos seus associados sem entrar nas questões políticas.

Deveria ser legalista e os líderes deveriam ater-se a representação dos trabalhadores nas questões trabalhistas sem voltar-se para as questões políticas em moda àquela época. Portanto, deveriam entender e discutir da legislação trabalhista para o campo, saber dos instrumentos legais que poderiam contar e fazer com que a burocracia do sindicato funcionasse de modo a atender a demanda dos trabalhadores. No entanto, para que os sindicatos funcionassem, era necessário ter uma base que soubesse dos seus direitos, para quando os tiverem feridos, buscar a ajuda dos sindicatos.

Neste caso, competia ao sindicato e aos seus dirigentes esclarecer aos trabalhadores quanto aos direitos que detinham e a maneira de defendê-los. Neste caso, o trabalho realizado era extremamente profissional como encaminhava a Lei que regulamentava o funcionamento da estrutura sindical. Daí os cursos que aconteciam preparando os dirigentes dentro de uma perspectiva profissional, aparelhando-os para atuarem quando necessário, quando a legislação fosse ferida. Em função desse tipo de preparação é que tanto a ELIRUR quanto os líderes procuraram o delegado sindical e a orientação de outros segmentos da Igreja mais abalizados no trato com o movimento sindical.

Dentro desta formação profissional não cabia o aparelhamento político nem dos sindicalistas nem tão pouco da equipe. Essas questões passavam ao largo e desta maneira não se preocupou os diretores sindicais com a formação política dos seus associados que os procuravam apenas nos momentos necessários, para cumprimento das leis trabalhistas. Desta maneira, a visão que passa para os associados é que os sindicatos são um espaço de especialistas cabendo apenas aos mesmos o mando desta instituição.

Sentiam-se incapazes de questionar a postura dos di

rigentes, por não saberem da estrutura sindical, do seu funcionamento aumentando o distanciamento que havia entre dirigentes e a base. Da mesma maneira, os dirigentes por estarem conscientes do papel que lhes cabia, do saber que detinham e da posição que a partir daí passaram a ter, não se sentiam na obrigação de prestar contas aos associados. Em todos os encontros as reclamações dos associados eram voltadas para esse distanciamento do sindicato dos problemas das suas bases.

A equipe cabia parte dessa culpa por ter formado profissionais e não dirigentes sindicais incapazes de perceber a dimensão política dos sindicatos na formação de uma classe em luta. Por outro lado, os dirigentes preocupavam-se apenas em continuar como dirigentes, manter-se na posição adquirida e criando barreiras ao surgimento de novas lideranças que ameaçassem sua posição. Mesmo quando a partir de 68 a ELIRUR fica sob a coordenação de Nobor Bito, o perfil construído pela diocese dos dirigentes sindicais não é modificado.

Nobor preocupou-se com a independência do sindicato, mas nesse caso acentua o papel do dirigente que passava a partir daí a sentir-se mais dono do sindicato, já que não teria como antes de prestar contas a equipe da ELIRUR. Tinha-a ao seu lado, mas como assessoria e não como dirigente capaz de mudar as pessoas de acordo com as determinações da Fundação. Não que isso tivesse ocorrido mas na situação passada o sindicato era apenas um apêndice da Fundação Pe. Ibiapina e neste caso caberia a ela a decisão de mandar ou propor alguém para a direção dos sindicatos.

Essa nova posição dos dirigentes, acaba por criar conflitos com a própria equipe provocando o rompimento em 1972. O motivo do rompimento foi o assistencialismo com a presença do ambulatório e consultório dentário na sede do sindicato. Não que a equipe fosse contrária à assistência médico-odontológica dentro do sindicato mas porque achava que naquele momento teria que ampliar a rede de sindicatos do Cariri ocasionando perdas financeiras para o sindicato do Crato.

Por outro lado, compreenderam os dirigentes que o assistencialismo propiciaria mais poder para os diretores e

conseqüentemente maior possibilidade de permanência à frente dos sindicatos. Neste sentido, as entrevistas são esclarecedoras, principalmente a de Teúnas e de Maria Ferreira de Alencar. Comprendiam os dois que o assistencialismo era um instrumento de atrelamento do sindicato, maior do que ocorria anteriormente na medida em que aumentavam as responsabilidades dos dirigentes evitando sua presença nas bases. Maria Alencar acentua ainda a quantidade de recursos carreados para o sindicato através dos programas de atendimento médico via via FUNRURAL. Recursos que poderiam ser manipulados pelos dirigentes sem que contassem com uma base capaz de fiscalizar sua aplicação.

A presença da ELIRUR inquietava a direção do sindicato dos trabalhadores rurais do Crato. As exigências da presença dos diretores na base sindical incomodava na medida em que a participação dela poderia indicar duas coisas: em primeiro lugar, que o sindicato tinha um poder maior e com isso propiciar a direção maior presença política no contexto do município. Aliás, esse fato foi realmente utilizado por alguns dirigentes como denuncia Laurindo ex-presidente do sindicato dos trabalhadores rurais do Crato. De qualquer forma, esse não é um fator utilizado no período anterior a setenta e cinco.

Neste momento, que vai de 68 até setenta e cinco é um período em que os sindicatos do Cariri se organizam enquanto estrutura e procuram uma base capaz de dá sustentação a essa estrutura. Coloco desse modo pelo simples fato de que não interessava uma ação mais conseqüente, mais radical. Neste caso, poderíamos falar de intenções diversas por parte da equipe da ELIRUR, como fica claro no decorrer das entrevistas, que pretendia um sindicato representativo, profissional, capaz de atender as questões que envolviam os trabalhadores locais. A outra seria dos dirigentes que por suas ações desejavam um sindicato com base forte mas controlável, capaz de assegurar sua permanência enquanto dirigentes. O assistencialismo e o distanciamento da equipe da ELIRUR confirmam esta posição.

A crítica à ação sindical por parte de membros da

equipe da ELIRUR é um motivo que provoca o afastamento que é estimulado pelo Delegado do Ministério do Trabalho do Ceará. A equipe com suas posições em defesa dos trabalhadores, principalmente com relação às denúncias encaminhadas contra a utilização dos bolsões da seca em 1970 demonstravam que a assessoria poderia ser perigosa aos interesses dos políticos locais, comprometendo acordos estabelecidos pelos governos Federal e Estadual, como bem fala Brunsztyn.

O controle sobre as ações do sindicato e de suas bases eram fundamentais para as políticas dos governos militares. Mesmo que podessem ter a sustentação a partir do clientelismo político era necessário algum respaldo das camadas trabalhadoras e o apoio dos dirigentes era um elemento fundamental para o apoio das massas. Portanto, o cerco que os políticos faziam aos dirigentes sindicais à procura do seu apoio. Neste caso vale lembrar que Laurindo e João de Sales são chamados à Fortaleza para ocuparem os cargos na direção da FETRAECE.

O próprio Laurindo fala desse fato, contando a forma como o delegado do trabalho controlava a Federação e os sindicatos. No caso de João de Sales, os cuidados eram maiores por ter dado indicações de uma atuação mais independente na seca de 1970 e no convite formulado a Nobor Bito para assessorá-lo em Fortaleza. Além disso, o encontro de Líderes ocorrido em 1975 propiciou uma análise da realidade dos camponeses cearenses, em que eram denunciadas algumas ações do governo federal, análise realizada por João de Sales na presença de um representante do Ministro Arnaldo Prieto.

Esse dado é significativo por permitir a avaliação de posturas diferentes apesar da formação dos dois dirigentes ser oriunda da Fundação Pe. Ibiapina. Acredito que as pressões que recebeu Sales durante a seca de setenta teria permitido ao mesmo, uma visão diferenciada daquela que era proposta pela Fundação, apesar de reconhecer que o trabalho iniciado por Nobor Bito teria dado uma dimensão diferente a atuação da equipe da ELIRUR. O acompanhamento que passou a dar aos sindicatos e aos dirigentes objetivava, como foi visto pelas entrevistas e pelos documentos publicados pela Fun-

dação, em primeiro lugar, formar pessoas capazes de dirigir um sindicato, neste caso, apostava no profissionalismo dos diretores o que já foi analisado aqui, por formar uma elite sindical distante da base por seu próprio saber.

Outro objetivo proposto por Nobor, era o de criar uma base sindical capaz de cobrar as ações necessárias no aprimoramento das relações empregado x empregador, parceiro x dono da terra, etc. Neste caso, era necessário que a base não se sentisse isolada, sendo para isso criada as delegacias sindicais que intermediavam os reclamos das bases junto aos dirigentes, ao mesmo tempo que propiciava o espaço de discussão dos problemas que eram vividos pelos trabalhadores.

E o terceiro ponto seria a formação de uma equipe capaz de fazer frente às necessidades dos sindicatos, orientando-os onde os dirigentes não eram capazes de agir por lhes faltar as condições necessárias para tal atuação. Essa equipe deveria preocupar-se com a formação da base, educando-as para reclamar dos seus direitos dando unidade e propiciando força ao sindicato para que o mesmo fosse capaz de cumprir seu papel de representante dos interesses dos trabalhadores rurais.

Para um melhor atendimento dos seus objetivos Nobor forma sua própria equipe, toda ela composta por filhos de trabalhadores rurais. Desta maneira aproxima mais ainda a Fundação da realidade sobre a qual queria atuar. Esta equipe, em função de sua origem sente-se mais à vontade junto aos trabalhadores e cobra mais dos sindicatos propiciando discussões que levantam a necessidade de mudanças nas relações de trabalho e nas ações de governo. Sua atuação será sempre crítica mesmo trabalhando para a Fundação dentro dos limites impostos por essa, mas não poderia deixar de ser sensível aos problemas do campo.

Assim mesmo, após o afastamento de Nobor, continua com um trabalho junto às bases agora desligada dos sindicatos, de denúncia e discussão sobre os problemas e a origem dos mesmos. A separação dos sindicatos de sua assessoria impede a continuação do trabalho de Nobor impedindo o apareci-

mento dos resultados desse trabalho que acredito poderia propiciar uma organização sindical diferente da que tivemos. Neste sentido, a própria existência de um espaço para discussão tanto no sindicato como nas bases, nas delegacias poderiam provocar uma mudança qualitativa nos sindicatos que não foi possível realizar de fora para dentro como pretendeu a equipe posteriormente. Faltava a presença da equipe dentro do sindicato para permitir que este espaço fosse conquistado pelos trabalhadores.

Não quero no entanto afirmar que a continuação de Nobor permitisse aos sindicatos da região uma revisão crítica do profissionalismo que imperava ou imperou durante o período que vai de 68 a 72. Mas mesmo assim, acredito que estaria o sindicato cumprindo a função para o qual fora criado pela diocese que era o de atender as necessidades legais dos trabalhadores impondo mudanças nas relações de trabalho existentes na região. Os entraves que apareceriam acredito que levariam os sindicatos na direção de um posicionamento político como aconteceu com outras entidades inclusive com a própria CONTAG, a partir das intervenções que sofreu.

O crescimento intelectual da equipe é outro elemento que permite acreditar em tais mudanças no perfil do sindicalismo existente aqui. Acompanhando como acompanhei o trabalho dessas pessoas, não apenas pelas entrevistas que me foram cedidas, pode-se avaliar de forma positiva o trabalho que decorreria dela. Sua presença nas comunidades, seu desejo de mudar que se justificava em função de sua origem e sua ação posterior, abalissam esta visão otimista, mesmo dentro de limites decorrentes do projeto do Bispo Diocesano.

Não podemos esquecer no entanto, que nos encontramos numa região em que o isolamento prevalecia até início de setenta. Os trabalhadores não conheciam nenhuma forma de organização anterior, desconheciam seus próprios direitos como cidadãos sujeitados que estavam aos proprietários de terra. Através deles e de seus políticos é que recebiam os serviços de que necessitavam, como bem afirma Victor Nunes Leal, Brunszty e Barreira. Opor-se ao dono da terra poderia significar a perda da terra para trabalho e sustentação da família.

Essa conjuntura era contrária a qualquer projeto de transformações dessa realidade só tendo sido possível a organização sindical porque iniciada pela Igreja, que nesta situação aparecia com força suficiente para propiciar as mudanças que sentiam necessárias. Sem a Igreja, qualquer tentativa de organização seria frustrada, a religiosidade inerente a população tão isolada dar-lhe uma dimensão muito maior do que teria nos centros urbanos. A falta de um conhecimento dos fenômenos naturais, das causas desses fenômenos são o responsável maior pelo sentimento de religiosidade arraigado no camponês, o que facilitou enormemente o trabalho da Igreja além das facilidades decorrentes de sua proximidade do poder.

Como pessoas ligadas a Igreja, além de camponeses, ou filhos de camponeses, dava a equipe credibilidade suficiente para inserir elementos capazes de provocar uma discussão mais aprofundada da realidade que os cercava. E é este aspecto que irá permitir a evolução das discussões que no momento do afastamento da maioria dos membros da equipe da Fundação propiciou o desligamento de várias comunidades da diocese do Crato.

Com relação a equipe da ELIRUR três momentos são delineados no contexto da pesquisa. No primeiro momento, nós vamos ter uma equipe formada por pessoas de fora das categorias com as quais vai trabalhar. Neste caso, não devemos esquecer que todo o trabalho da Igreja foi realizado por pessoas que estavam fora, não pertenciam às categorias que procurava organizar, eram pessoas da confiança da Igreja para realizar um projeto da Igreja. Assim, este fato não indica maiores problemas a não ser que os compromissos existiam com a Igreja e não com as bases apesar da pretendida organização dos trabalhadores.

Não estariam interessados na formação de uma classe em luta, apesar de buscar nesta organização melhorias nas condições de vida dos trabalhadores. Seu trabalho é muito mais no sentido de evitar que possam ocorrer confrontos e que as categorias pudessem se organizar de maneira independente sem compromisso que não fossem os de sua própria clas-

sa. Assim sendo, a equipe procurava manter a tutela da base de forma a atender ao projeto delineado para ela a partir dos interesses daqueles que o elaboraram. Havia um distanciamento de fato no que diz respeito aos interesses de classe levando o trabalho no sentido da criação de comunidades afeitas ao acordo, a resolução dos problemas sem confrontos nem disputas.

Desta forma, o sindicato nos seus primeiros anos passa por uma crise, seus associados se afastam na medida em que o mesmo não atendeu suas expectativas, expectativas que foram introduzidas pelo próprio Lurildo. Mesmo assim, a Igreja faz algumas tentativas que não surtem efeitos. Somente vai ser modificado o perfil desses sindicatos com a nova equipe, formada em 1968. Essa equipe passa a ser constituída por filhos de trabalhadores como já afirmei anteriormente mudando a relação trabalhador-sindicato da Igreja.

Era dessa maneira que os trabalhadores viam os sindicatos como sindicatos da Igreja e é esta a mudança que irá acontecer no segundo período analisado. Os sindicatos vão passar por um processo em que o objetivo é deixar de ser sindicatos da Igreja para ser sindicatos dos trabalhadores. A figura de Nobor, ex-dirigente sindical e camponês em São Paulo e a equipe tentaram dá ao sindicato uma estrutura que permita um acesso maior às bases, discutindo seus problemas, levantando questões relativas à própria organização sindical, vinculando-o às categorias que pretende representar.

Neste caso, acredito que se colocavam dois projetos, o da Igreja e aquele que vai sendo discutido pela equipe com as bases. Não havia uma oposição entre os mesmos, de qualquer maneira os sindicatos da região permaneceram sob os olhos da Igreja já que assessorado pela Fundação através da ELIRUR, da mesma maneira que aí também não havia a pretensão de construção de um sindicato de classe, no sentido de um sindicato de luta, politizado nos modos, do sindicalismo anterior a 64. O que havia era a tentativa de construção de um sindicato profissional capaz de fazer frente as necessidades mais imediatas das suas bases, um sindicato que fosse capaz

de mediar as relações que existiam entre as categorias rurais.

Após o afastamento do Nobor em 1974, a equipe da ELIRUR que já vinha trabalhando junto as comunidades, afastada que estava dos sindicatos, acompanhando os líderes comunitários através dos Conselhos de Líderes, passa a mudar sua concepção de sindicato e, o que é mais importante, a mudar sua visão de Igreja. A existência das comunidades eclesiais de base, a própria postura da CNBB que incorporou a política nas suas discussões provocada: que foi por suas bases, tanto leigas como dos seus padres, provocava inquietação e ao mesmo tempo um repensar sobre a prática desenvolvida até então.

Em 78, os acontecimentos nacionais e o encontro dos bispos da América Latina em Medellin, faz com que a equipe organize o VIII encontro de acordo com as linhas delineadas pela Igreja Progressista. Neste caso, são feitas críticas à prática pastoral da diocese local, envolvendo-se a equipe numa ação mais radical em defesa dos trabalhadores, agora muito mais na defesa do espaço político dos trabalhadores, numa participação efetiva dos mesmos na conjuntura política. Passam nesse caso a perceber que somente através do político é possível mudar o perfil das comunidades. Estas não podem permanecer isoladas dependendo de instituições sobre as quais não tem o controle para mudarem seu perfil. Os próprios líderes comunitários passam a exigir da Fundação maior participação nas determinações de suas ações junto as comunidades.

O que pretendiam de fato, incentivados pela equipe, era participar na elaboração dos projetos da Fundação já que seriam eles a razão desses projetos. Não querem mais permanecer passivos diante da ação da diocese, suas exigências criam áreas de conflito sendo nisso acompanhados por membros da equipe. Essa crítica que fazem à diocese é estendida ao sindicato que não atende suas necessidades de luta política por mudanças substanciais nas relações de trabalho e na apropriação das terras pelos grandes latifundiários. Entendem, em consonância com as lutas dos trabalhadores rurais das regiões mais conflituosas, que a terra deveria ser redistribuída de forma a caber aos que nela trabalham uma parcela maior.

A terra, era essencial à sua sobrevivência como trabalhadores rurais, como homens do campo que eram.

A prática que passa a ser desenvolvida pela equipe neste momento é política, e politizadora. Como originários do campo compartilham dos desejos de todos aqueles que se sentem sem direitos, principalmente sem o direito fundamental à terra a partir da qual retiram os trabalhadores seu sustento. Esse comportamento mais radical em defesa do homem do campo provoca a demissão de vários membros de equipe da Fundação Pe. Ibiapina. O trabalho que realizavam já não atendia aos interesses da Igreja local. Sua proposta de luta e acirramento das contradições entre proprietários de não-proprietário no sentido de criar uma consciência de classe é oposta a de criação das comunidades propostas pela diocese. Não havia mais espaço para eles na diocese e por isso se retiraram.

Todas as entrevistas apontam nesse sentido. O VIII Encontro de Líderes e o IX são os preparadores da ruptura que ocorrera em 81. Nesse processo a contribuição dos líderes comunitários é fundamental. Com eles passam a buscar uma forma para continuar com o trabalho que fizeram até o momento, dentro de uma perspectiva inteiramente nova como vimos quando da análise da criação da Associação Cristã de Base. Neste caso, há uma diferença substancial com o primeiro momento de criação da ELIRUR e dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, agora na organização de uma assessoria contavam com as bases que sentiam a necessidade de um acompanhamento que fizesse a ligação entre as questões que viviam e aquelas que eram vividas pelos trabalhadores como um todo.

Pode-se dizer que neste caso, começavam a se descobrir como classe, como uma parte de um grande corpo e que a modificação de sua realidade somente poderia ser possível com as mudanças nas estruturas nacionais. Sabiam que sem a Fundação seus problemas aumentariam na medida em que não teriam aquele espaço para suas discussões, não teriam transporte para o deslocamento para as comunidades mais distantes. Mas o que era importante é que a partir dali poderiam fazer um trabalho sem o atrelamento a um projeto que não era seu.

Neste sentido, as entrevistas com Assis Batista e Socorro Alves, líderes comunitários eram esclarecedoras: para eles o fundamental era a organização dos trabalhadores numa luta mais ampla, transformaram-se em sujeitos políticos.

De qualquer maneira, não podemos esquecer que a Igreja local propiciou aos trabalhadores um espaço de discussão, de reunião onde puderam perceber sua realidade e as implicações da organização sindical e política. Talvez não tenha sido este seu objetivo, e creio ter demonstrado que na realidade não o foi, mas a possibilidade do encontro entre trabalhadores foi um passo que permitiu aos trabalhadores do campo de nossa região o despertar para a política, para a participação ativa na vida política transformando-se em sujeitos de sua própria história. O percurso a ser realizado pelos trabalhadores rurais do Cariri, a partir daí será o percurso daqueles que se sabem sujeitos e fortes o suficiente para buscar seus próprios caminhos.

6. BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- ANTUNES, Ricardo C. O que é Sindicalismo. Editora Brasiliense. 1981.
- ARARIPE, Antonio de Alencar. O Problema das Secas e outros Ensaios. Fortaleza. BNB. 1983.
- BARREIRA, César. Conflitos Sociais no Sertão: Trilhas e Atalhos do Poder. Dissertação de Doutorado. São Paulo, 1987.
- BUGUELMANN, Paula. A Crise do Escravismo e a Grande Imigração. Editora Brasiliense. 3ª edição de 1982.
- BRUNSZTYN, Marcel. O Poder dos Donos. Editora Vozes. Petrópolis. 1985.
- COSTA PINTO, L. A. Sociologia e Desenvolvimento. Civilização Brasileira, 5ª edição de 1973.
- CRUZ, Dalcy da Silva. Sindicalismo Rural, Igreja e Partidos no Rio Grande do Norte, em 1960. In: Movimentos Sociais: Para Além da Dicotomia Rural-Urbano. Promoção Centro de Estudos e Pesquisas Josué de Castro. Recife. 1985.
- _____. A Redenção Necessária: Igreja Católica e Sindicalismo Rural: 1960/1964. Dissertação de Mestrado. Campina Grande, 1982.
- DELLA-CAVA, Ralph. Milagres em Juazeiro. Paz e Terra, 1985.
- ENGELS, F. As Guerras Camponesas na Alemanha. Editora Grijalbo. 1977.
- _____. Ludwig Feuerbach e o fim da Filosofia Clássica Alemã. In: Marx e Engels. Textos. Vol. I Edições Sociais.
- _____. Introdução à Luta de Classes na França. IN: Marx e Engels. Textos. Vol. III. Edições Sociais.
- FIGUEIREDO FILHO, José Alves de. O Beato José Lourenço. Artigo publicado no Jornal O Povo. Edição de 07 de junho de 1934.
- _____. História do Cariri. Vol. IV. Edição da Faculdade de Filosofia do Crato. 1968.

- FIGUEIREDO FILHO, José Alves de. Engenheiros de Rapadura do Cariri. Editora do Ministério da Agricultura. 1956.
- FOLLMANN, José Ivo. Igreja, Ideologia e Classes Sociais. Vozes. Petrópolis. 1985.
- FREIRE, Paulo. Educação como Prática de Liberdade. Paz e Terra. 5ª edição. 1975.
- FUNDAÇÃO PADRE IBIAPINA. Escola de Líderes Rurais: 1962/1972. Crato. 1973.
- _____. Pe. Ibiapina - Buscas e Intuições. Crato. 1979.
- _____. Fundação Pe. Ibiapina: Tentativas de Sistematização da Ação Social para a Promoção Humana. CENDEP. Crato. 1980.
- _____. Ação Social para Promoção Humana e Integração Social: A experiência da Fundação Pe. Ibiapina. Crato. 1981.
- _____. Relatório do III Encontro Diocesano de Líderes. Crato. 1975.
- _____. Relatório do VIII Encontro Diocesano de Líderes. Crato. 1979.
- _____. Relatório do IX Encontro Diocesano de Líderes. Crato. 1980.
- _____. Ante-Projeto de Regimento para a Coordenação Colegiada da Fundação Pe. Ibiapina. Crato. 1976.
- _____. Tarefas Prioritárias para o IDPR no Trimestre Junho/Agosto de 1981. Crato. 1981.
- _____. Relacionamento IDPR X Setores. Crato. 1979.
- _____. Um Passo Adiante na Dinamização do Trabalho. Crato. 1980.
- FLÔR, Osmar Alves. Comunidades de Base da Zona Rural da Diocese do Crato rejeitam "Chá de Maracujá". Crato. 1981.

- MANIFESTO. Comissão dos Conselhos de Líderes da Região do Cariri. Crato, 1981.
- GUIMARÃES, Alberto Passos. Quatro Séculos de Latifúndio. Paz e Terra. 5ª edição de 1981.
- IANNI, Octávio. O Colápsio do Populismo no Brasil. Civilização Brasileira. 1968.
- LEAL, Victor Nunes. Coronelismo, Enxada e Voto. Editora Alfa-Omega. 5ª edição de 1986.
- LUXEMBURGO, Rosa. A Revolução Russa. In: Rosa a Vermelha. Editora Buscavida. 1987.
- MADURO, Otto. Religião e Lutas de Classes. Vozes. 2ª edição. 1983.
- MARANHÃO, Ricardo. Sindicatos e Democratização. Editora Brasiliense. 1979.
- MARX e ENGELS. O Manifesto do Partido Comunista. Zahar Editores. 2ª Edição de 1978.
- MARX, Karl. 18 Brumário de Luís Bonaparte. In: Marx e Engels, Textos. Vol. III. Edições Sociais.
- MARTINS, José de Souza. Os Camponeses e a Política no Brasil. Vozes. Petrópolis. 1981.
- _____. A Militarização da Questão Agrária no Brasil. Vozes. Petrópolis. 1984.
- MIRANDA, Julia. O Poder e a Fé: Discurso e Prática Católicos. Editora da Universidade Federal do Ceará - UFC. 1987.
- NAVARRO, Zander. Movimentos Rurais no Sudoeste da Bahia. In: Cadernos do CEAS, Nº 85.
- OCHOA, Maria Glória W. As Origens do Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais no Ceará: 1954/1964. Mim.
- PARENTE, Eneida Ramos. Seca, Estado e Mobilização Camponesa: a Expressão da Resistência Coletiva dos Trabalhadores Rurais cearenses na Seca de 1979/1983. Dissertação de Mestrado. Fortaleza. 1985.
- PARENTE, Josênio C. R. Anauê. Os Camisas Verdes no Poder. Edi

- tora da Universidade Federal do Ceará - UFC. Fortaleza. 1986.
- PORTELLI, Hugues. Gramsci e a Questão Religiosa. Edições Paulinas, 1984.
- _____. Gramsci e o Bloco Histórico. Paz e Terra. 1983.
- PRADO JUNIOR, Caio. História Econômica do Brasil. Editora Brasiliense. 28ª edição. 1983.
- CEDEC. Sindicatos em Época de Crise. Vozes/CEDEC. 1984.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira. O Messianismo no Brasil e no Mundo. Editora Alfa-Ômega. 2ª Edição. 1977.
- ROLIM, Francisco Cartaxo. Religião e Classes Populares. Vozes. Petrópolis. 1980.
- SIMÃO, Azis. Sindicato e Estado. Editora Ática. 1981.
- SOUZA, Luiz Alberto Gómez de. A JUC: Os Estudantes Católicos e a Política. Vozes. Petrópolis. 1984.
- TOLEDO, Caio de Navarro. O Governo Goulart e o Golpe de 64. Editora Brasiliense. 2ª Edição de 1983.
- TREVISAN, Leonardo. A República Velha. Global Editora. 1986.
- TRONCA, Ítalo. Revolução de Trinta, a Dominação Oculta. Editora Brasiliense. 2ª Edição. 1983.
- VIANNA, Luiz Werneck. O Liberalismo e Sindicato no Brasil. Paz e Terra. 1987.

ENTREVISTADOS

01. Alda Leandro - ex-membro da equipe da Escola de Líderes Rurais
02. Antonio Barros - ex-dirigente do Sindicato de Crato
03. Assis Batista - ex-líder comunitário
04. Expedito Guedes - ex-membro da Escola de Líderes Rurais e atual Presidente do Sindicato dos Trabalhadores do Crato
05. Francisco de Assis dos Santos - ex-dirigente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Crato
06. Francisco Paixão - ex-dirigente sindical do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Crato
07. José Teúnas - ex-dirigente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Crato
08. Laurindo dos Santos - ex-dirigente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Crato
09. Maria Ferreira de Alencar - ex-coordenadora da Escola de Líderes Rurais
10. Osmar Alves Flor - ex-assessor da FETRAECE
11. Socorro Silva - ex-líder comunitária
12. Teresa Siebra - ex-coordenadora da Escola de Líderes Rurais

A N E X O S

PATRIMÔNIO E FONTES DE RECURSOS

1. Fontes de Recursos

1.1. Convênio

A FPI sempre viveu de convênios, situação de grande insegurança, futuro incerto, na expectativa de amanhã parar definitivamente, por falta de recursos.

Principais convênios

- 1963/65 - Governo do Estado do Ceará
Movimento de Educação de Base - MEB
Cáritas Brasileira
- 1966 - Governo do Estado do Ceará
Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário - INDA
Instituto Brasileiro de Reforma Agrária - IBRA
(2 convênios em 1966)
Movimento de Educação de Base - MEB
Caritas Brasileira
- 1967 - Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário - INDA
- 1968 - Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário - INDA
Movimento de Educação de Base - MEB
Cáritas Brasileira
- 1969 - Instituto Brasileiro de Reforma Agrária - IBRA
Movimento de Educação de Base - MEB
Cáritas Brasileira
- 1970 - Instituto Brasileiro de Reforma Agrária - IBRA
Ministério da Educação e Cultura - MEC/MOBRAL
Movimento de Educação de Base - MEB
Cáritas Brasileira
- 1971 - Ministério do Trabalho e Previdência Social - MTPS
Fundação Nacional Bem-Estar do Menor - FUNABEM
Movimento de Educação de Base - MEB
Cáritas Brasileira
- 1972 - Ministério do Trabalho e Previdência Social - MTPS
Fundação Nacional Bem-Estar do Menor - FUNABEM
Movimento de Educação de Base - MEB

Cáritas Brasileira

- 1973 - Ministério da Saúde
Movimento de Educação de Base - MEB
Cáritas Brasileira
Secretaria de Planejamento da Presidência da República
- 1974 - Ministério do Trabalho e Prev. Social - MTPS/DNMO
Secretaria do Planejamento da Presidência da República
- 1975 - Ministério do Trabalho - MT/DNMO
Secretaria do Planejamento da Presidência da República
Ministério da Previdência Social - FUNRURAL
- 1976 - Ministério do Trabalho
Secretaria do Planejamento da Presidência da República
Ministério da Previdência Social - FUNRURAL
- 1977 - Ministério do Trabalho
Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - FNDE
(3 convênios)
Secretaria do Planejamento da Presidência da República
Ministério da Previdência Social - FUNRURAL
- 1978 - Ministério do Trabalho
Secretaria do Planejamento da Presidência da República
Ministério da Previdência Social

A estabilidade financeira tem sido a grande aspiração da FPI, tendo em vista a continuidade dos trabalho e a sua permanência na linha de frente da promoção humana, como agente de mudanças e de criação dos pré-requisitos necessários ao desenvolvimento regional.

FUNDAÇÃO PADRE IBIAPINA - ORGANOGRAMA - 1970

1. PRESIDÊNCIA

2. COORDENADORIA

3. ÓRGÃOS ADMINISTRATIVOS:

3.1. Secretaria Geral Executiva - SGE

3.2. Escritório Geral de Contabilidade - EGC

4. UNIDADES DE APOIO TÉCNICO:

4.1. Centro de Treinamento Educacional do Crato - CETREC

4.2. Centro de Documentação, Estudos e Pesquisas - CEMDEP

4.3. Centro Para Assuntos de Saúde - CENASA

4.4. Centro de Estudos e Práticas Agrícolas - CENEPA

5. ENTIDADES DE COORDENAÇÃO SETORIAL:

5.1. Instituto Diocesano de Ação Social URBANA - IDASU:

5.1.1. Casa de Caridade do Crato - CCC

5.1.2. Pensionato da Moça Pobre - PMP

5.1.3. Organização Diocesana de Escolas Profissionais
- ODEP5.1.4. Serviço de Proteção ao Menor / Projeto Crato -
SPM / PC

5.2. Instituto Diocesano de Promoção Rural - IDPR:

5.2.1. Escola de Líderes Rurais - ELIRUR

5.2.2. Cáritas Diocesana - CD

5.2.3. Organização Diocesana de Escolas Radiofônicas /
Movimento de Educação de Base - ODER/MEB5.2.4. Movimento Diocesano de Ativação Comunitária -
MODAC

5.3. Instituto Diocesano de Opinião Pública - IDOP:

5.3.1. Rádio Sociedade Educadora do Cariri Ltda. /Cine
Educadora - REC/CE

5.3.2. Jornal "A AÇÃO"

5.3.3. Empresa Gráfica Ltda.

5.3.4. Departamento Diocesano de Cinema - DDC

BH/UFC

5.4. Instituto Diocesano de Ensino Fundamental e Médio -

IDEFM:

5.4.1. Colégio Diocesano do Crato - CDC

5.4.2. Colégio Madre Ana Couto - COMAC

5.4.3. Patronato Padre Ibiapina - PPI

5.4.4. Escolinha do Pequeno Príncipe - EPP

5.5. Instituto de Ensino Superior do Cariri - IESC:

5.5.1. Faculdade de Filosofia do Crato - FFC

5.5.2. Escola Superior de Enfermagem do Cariri - ESEC

5.6. Instituto Diocesano de Assistência à Saúde - IDASA

5.6.1. Hospital São Francisco de Assis - HSFA

5.6.2. Maternidade do Crato - MC

5.6.3. Mini-Postos de Saúde

"M A N I F E S T O"

Aos Grupos Comunitários da Diocese do Crato
 Aos membros da Comissão Executiva dos Conselhos de Líderes
 Aos Vigários
 As Comunidades Eclesiais de Base
 Aos Bispos da Regional Nordeste I
 Ao Cardeal D. Aloísio Lorscheider
 Aos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais
 As Delegacias Sindicais de Base
 A Delegacia Regional da FETRAECE - Crato
 A imprensa falada, escrita e televisionada
 Ao povo de Deus em marcha para a libertação

As Comunidades de Base da Diocese do Crato no IX Encontro Diocesano de dezembro de 1980, lançaram críticas ao Clero, a Fundação Padre Ibiapina, aos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Ceará, como também se autocriticaram. Os líderes por viverem os problemas sentidos na própria pele, colocaram as dificuldades encontradas para a realização do trabalho Comunitário e exigiram uma posição da FPI, do Clero e da Diocese, oferecendo-lhes também ricas sugestões. Determinaram igualmente o que iria orientar cada comunidade. Nesse Encontro as Comunidades elegeram uma representação denominada de Comissão Executiva, cuja função seria acompanhar e fazer cumprir as diretrizes e compromissos assumidos e aprovados durante o Encontro.

Da realização do Encontro até hoje, a Comissão Executiva cumpriu os compromissos assumidos -, intensificou o trabalho nas comunidades, procurou implantá-lo noutras comunidades, acompanhou encontros intercomunitários promovidos pela Fundação Pe. Ibiapina, realizou levantamentos, vistas... Foram realizados os encontros ordinários da Comissão Executiva de dois em dois meses. A nossa luta foi também no sentido de integração para que a FPI, os STRs, a FETRAECE e o Clero se decidissem na verdadeira luta de libertação e de promoção dos camponeses sofridos e

injustiçados nos seus direitos mais simples.

Mas nem tudo foi como se esperava. Participamos em fevereiro passado do Encontro com o clero, onde colocamos as nossas dificuldades e problemas. De nada adiantou, ao invés de apoiarem, de responder nossos anseios muitos se omitiram ainda mais, outros procuraram atrapalhar e nós passamos a ser vistos como pessoas suspeitas na Diocese. Com o desenrolar dos fatos as nossas esperanças de apoio na FPI foram se transformando em insegurança e angústias. Por outro lado a FETRAECE nos entendeu e vem apoiando nossas lutas. Os STRs no último Encontro que promovemos juntos sobre a seca no mês de junho passado nos entenderam e alguns já estão mudando a linha de trabalho.

Mas alegando crise financeira, a colegiada da FPI em finais de julho deu o golpe fatal demitindo vários funcionários, inclusive da Escola de Líderes Rurais, setor que trabalhava diretamente conosco nas bases rurais. Tudo isso nos angustiou ainda mais e aumentou as nossas preocupações. De imediato nos reunimos extraordinariamente com a colegiada que dirige a Fundação e exigimos a readmissão do pessoal demitido, ao que nos responderam que era impossível face à crise financeira. Por outro lado pediram um tempo para estudarem e elaborarem um plano de ação novo e este seria apresentado e analisado no encontro da Comissão Executiva que seria realizado em agosto. O referido encontro foi adiado para 12 e 13 de setembro para a FPI ter mais tempo para pensar.

Chegamos finalmente ao dia 12 de setembro encorajados e ainda com algumas esperanças, só que estas não durou muito. Quando nos foi apresentado pelo IDPR (Instituto de Promoção Rural) a programação do encontro, constava como objetivos do mesmo os seguintes: 1. Descobrir elementos que de forma nova possibilitem a continuidade do trabalho na diocese; 2. Estabelecer um novo modo de ação e 3. Calendarizar as atividades.

Após a apresentação do programa, passamos a analisá-lo e concluímos que o mesmo vinha contrário ao que ficou estabelecido na última reunião da Comissão Executiva, quando a colegiada pediu um tempo para elaborar e apresentar uma nova proposta, que seria debatida, e se fosse o caso, aprovada pelos componentes da Comissão Executiva, por isto rejeitamos a programação do

encontro, fundamentados nas seguintes argumentações:

1. O Catecismo dos Grupos Comunitários e da Comissão é o Relatório do Encontro Diocesano. Os elementos já estão descobertos. Queremos é continuar o trabalho que foi iniciado;
2. O Programa do Encontro não pode ser cumprido, pois se assim acontecesse seria mais uma forma de passa-tempo;
3. O Relatório do Encontro Diocesano foi Profético. Tudo vem acontecendo conforme discutimos. Não temos mais necessidade de estudar um programa como esse, afinal, estávamos esperando era uma proposta. Se aceitássemos descobrir elementos estaríamos fugindo do programa anual;
4. Notamos que as Comunidades vêm cumprindo as suas tarefas propostas no Encontro Diocesano, fazendo o possível sem medir esforços;
5. Ninguém vai mais aceitar uma maneira bonita de dizer o que já foi visto na prática. Acreditamos que não aconteceu crise financeira que impossibilitasse um Encontro dos Líderes com o Clero e a continuidade do trabalho comunitário, quando sabemos que existem Paróquias que rendem até R\$ 2.500.000,00 (DOIS MILHÕES E QUINHENTOS MIL CRUZEIROS) líquidos em festas de padroeiros. Para onde vai esse dinheiro? Se cada Paróquia pagasse um funcionário, além da manutenção dos que já acompanhavam as bases, não daria inclusive para ampliar a equipe?
6. Durante os anos que fomos usados como instrumentos para o Bispo conseguir verbas para a realização de um trabalho paliativo, que verdadeiramente não libertava os camponeses das opressões a que estão sujeitos, nunca faltou recursos, nunca houve crise financeira, inclusive havia recursos para promoções extraordinárias, como foi o caso da recepção oferecida em 1978, por líderes rurais de quase todo o Ceará ao então Ministro do Trabalho, Arnaldo Prieto. Quando porém, entendemos quem são nossos opressores, que partimos para um trabalho sério, fundamentados nas causas de nossos sofrimentos e miséria, de imediato a Secretaria de Planejamento da Presidência da República, cancelou 50% (Cinquenta por cento) dos

convênios mantidos com a Fundação Padre Ibiapina, prejudicando sensivelmente as atividades em execução e as programadas. Portanto, recebemos essa "aparente crise" como uma perseguição, um golpe a nossa maneira de trabalho, nunca como uma crise financeira, como é apresentada. As finanças da Diocese estariam também em crise? Por que não faltam verbas para os Colégios e Faculdade da Diocese, onde estudam os privilegiados e os filhos dos ricos? Por que não faltam verbas para a ampliação e construção de prédios?

7. Nossa Proposta é lutar para praticar as decisões adotadas no IX Encontro Diocesano e sabermos se vamos ou não ser apoiados.

Alegamos essas além de outras justificativas e depois exigimos uma definição real da FPI, através da Colegiada ali presente, isto é, com apenas um elemento da Colegiada que explicou que a Fundação estava numa situação perplexa de ajustamento. O esforço que a Colegiada está fazendo é principalmente de discutir e afirmou que até o momento não tinha nenhuma resposta para nós, as lideranças.

Após essas explicações que para nós não justificou nada, pedimos que os elementos da assessoria da FPI nos deixassem sozinhos para que assim pudéssemos tomar uma decisão quanto ao nosso posicionamento e esclarecer a situação para alguns companheiros que chegaram atrasados. Assim, passamos a discutir, cada um dando a sua opinião. No final achamos que fomos eleitos pelas bases para representá-las e que iríamos esperar até a realização do Encontro Diocesano deste ano e no final do mesmo tomaríamos uma decisão quanto ao rumo do trabalho em 1982. E assim, voltamos para a sala e comunicamos nossa nova proposta a qual não foi questionada pelos participantes, decidimos que aproveitaríamos o final do tempo para montar o Encontro Diocesano.

No decorrer do intervalo do meio dia alguns companheiros acharam que a idéia de apelação até o Encontro não estava bem amadurecida e esses companheiros não estavam satisfeitos com a decisão tomada, então nos reunimos novamente, questionamos mais, e no final da mesma decidimos que, já que a Fundação Padre Ibiapina não oferecia nenhuma possibilidade de continua-

do trabalho, inclusive a colegiada nem se quer se fez presente em sua totalidade, concluímos que o passo mais acertado é o desligamento da Fundação, isto é, o nosso desligamento. E assim, voltamos para o segundo horário apenas para encerrar o encontro com a firme decisão de nos desligarmos e continuar o trabalho independente da FPI.

Tendo em vista o apoio financeiro e moral que nos foi negado, a Comissão Executiva se reunirá nos dias 31 de outubro e 1º de novembro para estudar a possibilidade de realizarmos o Encontro do final do ano. O referido encontro será realizado na Delegacia Regional da FETRAECE, à Rua Mons. Esmeraldo, 946 (Praça de São Vicente) e contaremos com o nosso próprio esforço, cada um se encarregará de sua própria manutenção. Traçaremos nossas atividades baseados nas diretrizes estabelecidas para 1981 e nos ajudando mutuamente esperamos levar a frente o nosso trabalho de libertação do homem rural.

Deixamos bem claro, mais uma vez, que as justificativas da FPI não nos convenceram, porque vemos o descaso em um verdadeiro trabalho de promoção e libertação do homem todo e enquanto os prédios não podem parar de serem construídos, o homem feito a imagem e semelhança de Deus deve parar a sua caminhada em busca da liberdade e esperar!!!

Foi baseados em todas as justificativas aqui expostas que decidimos assumir concretamente o desligamento e a continuidade do trabalho de conscientização. Para levarmos adiante o pretendido carecemos do apoio incondicional de todo o povo de Deus que está oprimido, mas que está lutando também por uma verdadeira libertação. Encerramos o nosso manifesto pedindo e exigindo o apoio de todos os companheiros que sofrem e que lutam como nós.

Crato, 23 de setembro de 1981

COMISSÃO EXECUTIVA DOS CONSELHOS DE LÍDERES DA REGIÃO DO
CARIRI